



RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS JUNHO/2023

IPMU/092/2023



1- Introdução

O Relatório Mensal de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, referente ao mês de **junho de 2023** apresenta as operações dos ativos alocados em fundos de investimentos e aderência à Política de Investimentos e Meta Atuarial para o exercício de 2023.

O Relatório tem por finalidade demonstrar o cenário econômico, as informações relevantes sobre os investimentos e apresentar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do IPMU no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão e a diligência dos produtos que compõem a carteira de investimentos do IPMU, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõe, os indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos, levando em consideração o cenário econômico do período de referência.

2- Legislação

A Gestão dos Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito do Regime Próprio de Previdência:

- Resolução Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Portaria 419/2002, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;
- Portaria 519/2011, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera redação da Portaria MPS 204/2008 e da Portaria MPS 402/2008;
- Portaria 185/2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS";
- Política Anual de Investimentos - PAI 2023.

3- Certificação Institucional RPPS

O Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU realizou a "ADESÃO ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Pró-Gestão RPPS", em 04 de abril de 2018. Em **31/10/2018 o IPMU foi certificado no Nível I e em 16/06/2021 alcançou o Nível III.**

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.



FUNDACÃO VANZOLINI

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

A FUNDACÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
certifica que o RPPS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA - IPMU
Rua Paraná, 408 - Ubatuba - SP - Brasil

vinculado ao ente federativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

implementou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível I

por meio de auditoria realizada pela Fundação Vanzolini, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3/2018.

Este certificado é válido até: 30 de Outubro de 2021


Número do certificado: RPPS-0002-2018

São Paulo, 31 de Outubro de 2018.



FUNDACÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
Rua Camburiá, 353
Alfama Lagoa - São Paulo - SP - Brasil

A validade deste documento poderá ser confirmada em:
<http://www.vanzolinicert.org.br/validade/>

17889/09

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil
certifica que a empresa:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA - IPMU

Endereço: Rua Paraná, nº. 408, Centro, CEP: 11.680-000

Vinculado ao ente federativo do
Município de Ubatuba

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível III

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3.030/2021.

Validade do Certificado: 05/05/2024
Certificado Nº - CPG: 90/2021



Goiania, 16 de junho de 2021
Av. Araguaia, nº 1644, Ed. Albano Franco,
St. Leste Vila Nova - Goiania - GO - CEP 74848-070





4- Cenário Macroeconômico

Política monetária restritiva nos países desenvolvidos e desaceleração econômica à frente. Permanece a visão de um cenário internacional ainda desafiador. A inflação nas principais economias desenvolvidas continua elevada e acima da meta. O processo de desinflação em curso ocorre num ritmo mais lento, com convergência para níveis mais próximos das metas apenas para o final de 2024. O mercado de trabalho apertado é um risco para a desinflação prevista, podendo acarretar num movimento adicionalmente mais gradual.

Divergência entre bancos centrais desenvolvidos e emergentes. Diversos bancos centrais de países desenvolvidos seguem no ciclo de aperto da política monetária. Para os analistas a primeira fase da desinflação já ocorreu, mas a segunda fase tem apresentado desafios relevantes. Não deixa de ser emblemático que o Banco Central da Inglaterra tenha subido sua taxa de juros em um passo superior ao ritmo recente (alta de 50 pb, para 5,00%) ou que o Banco Central do Canadá tenha retomado o ajuste de política monetária depois de ter interrompido o aperto nas reuniões de março e abril (o juro encontra-se em 4,75%). O Fed manteve a taxa de juros inalterada na reunião de junho, mas a expectativa é na reunião de julho a elevação da taxa, que passaria de 5,25% para 5,50%. Os membros do Fed devem manter em aberto a possibilidade de subir a taxa de juros em novembro (duas reuniões seguintes).

No caso do Reino Unido, a maior fonte de preocupação da autoridade monetária foi a recente surpresa com a inflação. Os núcleos da inflação exibiram elevação nos últimos meses e surpreenderam as projeções do banco central. Os reajustes de salários também têm se mantido em patamar elevado, refletindo um mercado de trabalho apertado. A taxa de desemprego está próxima ao mínimo histórico das últimas quatro décadas. Novos aumentos estão encomendados e, no momento, as curvas de juros indicam que a taxa básica deverá superar 6% no final do ano.

Em relação ao Fed, sua última decisão refletiu o desejo de desacelerar adicionalmente o ritmo de aperto da política monetária, para que seja possível avaliar de forma mais adequada o comportamento da economia após a substancial elevação dos juros nos últimos 12 meses. Os indicadores recentes têm sido mais ambíguos. De um lado, há retração relevante dos índices de confiança na indústria e no setor de serviços. A média dos núcleos de inflação ao consumidor, ainda que em patamar alto, também tem exibido descompressão. De outro lado, o mercado de trabalho segue aquecido, com criação de vagas (próxima a 275 mil vagas por mês na média do 2º trimestre). O grande destaque tem sido uma clara retomada do setor imobiliário residencial nos EUA. Houve elevação das vendas de imóveis novos, do início de construções, melhora da confiança dos empresários do setor e tendência ascendente dos preços. Em um estágio no qual a política monetária está bastante apertada, certamente não era isso que o banco central norte-americano esperaria observar. Assim, o quadro para o Fed segue apontando que estamos mais próximos do final do ciclo de aperto, mas que ainda há assimetria para novas altas.

De forma geral, a dificuldade de completar a segunda fase do processo de desinflação tem sido observada em diversos outros países. Há efeitos favoráveis da queda dos preços das commodities, melhora dos gargalos de oferta e deflação de preços no atacado. Contudo, não há clara ociosidade na indústria (as taxas de utilização da capacidade estão próximas de níveis neutros) e persiste uma situação de mercados de trabalho aquecidos. A perseverança dos bancos centrais tem sido capaz de manter as expectativas bem ancoradas. Assim, ainda que requerendo alguns ajustes adicionais de política monetária, avaliamos que o processo de desinflação terá continuidade.

Nos países emergentes, que iniciaram o ciclo de política monetária antecipadamente, estamos nos aproximando de um ponto de inflexão, ainda limitado a alguns poucos países. O Banco Central do Chile poderá iniciar um ciclo de queda em julho, sendo seguido possivelmente pelo Banco Central do Brasil poucos dias depois (as reuniões ocorrem no final de julho e início de agosto, respectivamente). Será um desafio importante a convivência de um ciclo de redução de juros desses países emergentes simultaneamente à continuidade do aperto pelos bancos centrais de países avançados.

Desaceleração da economia global também tem sido observada no setor de serviços, enquanto a indústria seguiu enfraquecida. O índice PMI Composto global recuou de 54,4 para 52,7 pontos entre maio e junho. Ainda no campo expansionista, mas recuando, o índice de serviços passou de 55,5 para 54 pontos no período. A atividade manufatureira, por sua vez, entrou na região contracionista, caindo de 51,4 para 49,2 pontos, com queda de novos pedidos, produção, preços e continuidade da normalização dos gargalos do setor. Parte dessa desaceleração da indústria global se deve ao alívio de restrições importantes do suprimento de insumos nas cadeias produtivas e isso tem favorecido a desinflação de bens. Destaque para o desempenho de algumas regiões: nos EUA, o índice subiu de 53 para 53,2 pontos, com aceleração de serviços e queda da indústria. Já na Área do Euro e na China, o desempenho da indústria e, mais recentemente, dos setores não manufatureiros tem decepcionado nos últimos meses, e os índices PMI confirmaram essa perda de ritmo em junho. O índice composto europeu recuou de 50,3 para 49,9 pontos e o chinês mostrou queda de 55,6 para 52,5 pontos.

Estados Unidos

O Banco Central americano (Fed) interrompeu a sequência de alta da taxa de juros e a manteve no intervalo entre 5,00% e 5,25%, conforme a expectativa do mercado. Em relação ao cenário, o comitê de política monetária (FOMC) reafirmou a continuidade da expansão moderada da atividade, a condição apertada do mercado de trabalho e o nível elevado da inflação. Novamente, apesar de ressaltar a solidez do sistema bancário, o comitê chamou atenção para a possibilidade de condições de crédito mais apertadas e a incerteza dos efeitos desse panorama. Com viés de alta para a reunião de julho, o Fed justificou a opção por pausar a alta de juros como uma estratégia que possibilitará uma avaliação do efeito defasado do aperto monetário. O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que a manutenção foi prudente para a obtenção de mais informações, embora tenha reforçado que novos aumentos de juros são prováveis. Em entrevista coletiva após o anúncio da decisão, Powell destacou que já é possível observar efeitos do aperto de juros nos setores mais sensíveis, como habitação e investimentos, mas que todo o impacto sobre a inflação ainda demandará tempo, ressaltando que o balanço de riscos para a inflação ainda é de alta. Com isso, Powell afastou qualquer possibilidade de discussão sobre corte de juros nesse ano.

A ata da reunião de junho, quando o Fed manteve a taxa de juros básico no intervalo entre, 5,00% e 5,25%, revelou que a interrupção das altas se deveu à necessidade de obtenção de mais informações dos efeitos do ciclo de aperto monetário. Os membros do Comitê novamente concordaram que as medidas de inflação permanecem acima dos patamares aceitáveis e que, apesar da queda no índice cheio ao longo do ano, o núcleo da inflação não mostrou redução sustentável no período. Notou-se que mesmo com o mercado de trabalho apertado e os ganhos salariais em um nível incompatível com a meta de inflação de 2%, a expectativa é de melhor equilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra, compatível com um cenário de crescimento do PIB abaixo do potencial. A avaliação do Comitê sobre o sistema bancário é de que o estresse foi reduzido e que a contração do crédito não foi muito além do esperado, ainda que a extensão do impacto sobre o crédito seja incerta. Tendo em vista a preocupação com a defasagem do ciclo de aperto monetário já executado, os membros decidiram manter a taxa de juros na reunião em referência, aguardando mais informações do cenário. Embora a decisão tenha sido unânime, alguns membros manifestaram a preferência pela elevação da taxa de juros em 25 pb nessa reunião. Nesse sentido, o comitê manifestou a preocupação em manter a mensagem de necessidade de manter o grau de aperto monetário na economia

O relatório de emprego mostrou que o mercado de trabalho segue bastante apertado, sem sinais contundentes de perda de força. Em junho, foram criados liquidamente 209 mil vagas de emprego em junho, abaixo da expectativa do mercado de 230 mil. A média de novas vagas nos últimos três meses reduziu levemente de maio para junho (de 247 mil para 244 mil). Em relação aos setores, destacam-se positivamente construção civil, serviços profissionais e empresariais, além de lazer e hospitalidade. Negativamente, houve a destruição de vagas no varejo e em transporte e armazenamento. Os salários avançaram 0,4% na margem e 4,4% na comparação interanual, mesmo patamar do mês anterior. Por sua vez, a taxa de desemprego apresentou leve recuo de 3,7% em maio para 3,6% em junho.

Zona do Euro

O Banco Central Europeu (ECB) elevou suas taxas de juros referenciais em 25 pb, conforme antecipado pelos mercados. No comunicado, o ECB trouxe revisões altistas para a trajetória de inflação nos próximos anos, em especial para os núcleos de inflação de 2023 e 2024, sugerindo que a persistência inflacionária deve ser maior do que a esperada. O comitê sinalizou que deve manter a abordagem de dependência dos dados, mas que ainda há trabalho a ser feito e que as taxas de juros devem permanecer em patamar suficientemente elevado por período prolongado. A inflação ainda pressionada, combinada com a desaceleração em curso da atividade e os efeitos defasados da política monetária, foi determinante para a decisão do Banco Central Europeu. Dentro do esperado pelo mercado, a taxa de juros aplicável às operações de refinanciamento e as taxas de juros aplicáveis às linhas permanentes de liquidez e de depósito subiram para 4,00%, 4,25% e 3,50%, respectivamente. A instituição revisou suas projeções de curto e médio prazo, ajustando para cima suas expectativas para a inflação ao consumidor, que agora apontam altas de 5,0% (2023), 3,0% (2024) e 2,2% em 2025. Além de reforçar que a inflação está e seguirá elevada por algum tempo, a presidente da instituição, Christine Lagarde, destacou, na coletiva de imprensa após a decisão, que os juros continuarão subindo, ao menos mais uma vez, dado que a política monetária não está em nível suficientemente restritivo para trazer o índice de preço de volta para a meta de 2%. Ainda assim, chamou atenção que a transmissão da alta de juros adotada até aqui – de 400 pb – já é percebida nas condições de crédito. Mesmo que a inflação já tenha feito pico e os preços de energia e alimentos sigam sua tendência de alívio, o nível elevado e o comportamento de serviços demandam atenção e devem manter o BCE com tom duro nos meses à frente. Dessa forma, mantemos nossa expectativa de mais uma alta dos juros, de 25 pb, em julho, levando a taxa básica para 3,75%. No entanto uma alta final de 25 pb, na decisão em setembro, segue em aberta e dependente da evolução dos dados. O discurso de Lagarde em Sintra manteve o tom hawkish, reafirmando que o ciclo de aperto monetário atual deve continuar à frente, com nova alta de juros na reunião de julho. À luz da persistência das pressões inflacionárias, Lagarde sinalizou que as taxas de juros devem permanecer em patamar restritivo pelo período necessário e que ainda é cedo para afirmar que essas atingiram seu pico.

Reino Unido

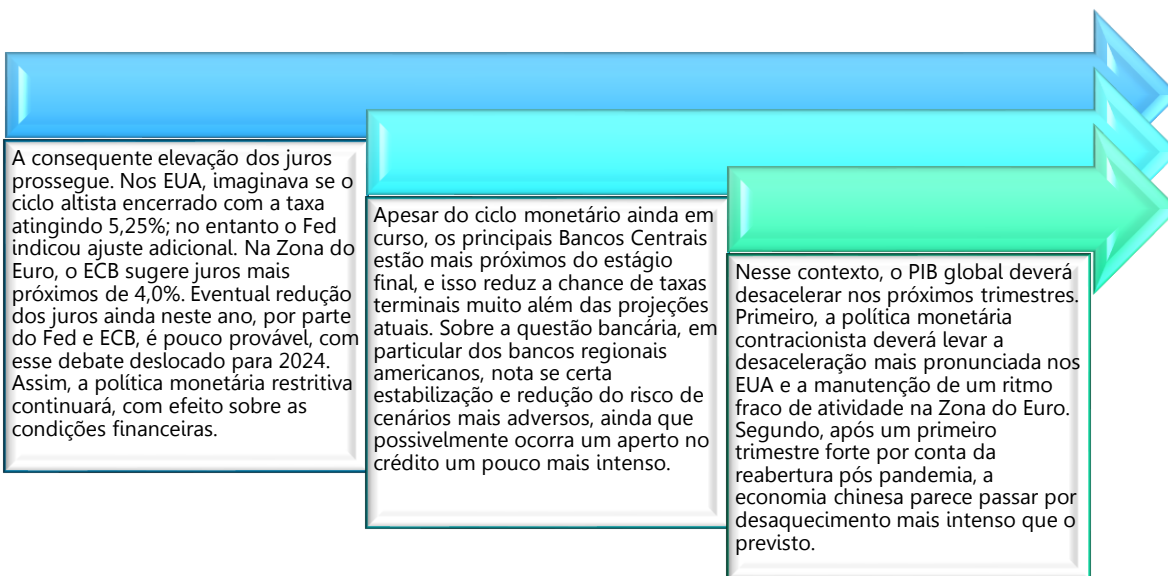
O Banco Central inglês (BoE) elevou sua taxa básica de juros em 50 pb (de 4,5% para 5,0%), surpreendendo a expectativa do mercado, cuja mediana indicava uma alta de 25 pb. No comunicado, o comitê manteve o tom hawkish e reafirmou o compromisso com a convergência da inflação à meta de 2%, mantendo a sinalização de que deve dar sequência ao ciclo de aperto monetário caso as pressões inflacionárias sigam se mostrando mais persistentes e mais intensas do que o esperado.

China

Desaceleração da economia chinesa ainda não foi interrompida. Após forte crescimento observado no primeiro trimestre, os sinais de moderação da atividade têm se consolidado. Dentro do esperado, o índice PMI do setor de manufatura mostrou leve alta de 48,8 para 49,0 pontos e o indicador dos setores não industriais (que consideram serviços e construção) recuou de 54,5 para 53,2 pontos, entre maio e junho. Somado a isso, dados de alta frequência apontam que o arrefecimento das vendas de imóveis não foi interrompido, aumentando as incertezas sobre a sustentabilidade do crescimento. A moderação da indústria e a piora do setor imobiliário residencial justificam nossa expectativa mais cautelosa para o crescimento deste ano. Mesmo esperando medidas de estímulos, essas devem ser contidas e serão capazes apenas de estancar a desaceleração em curso.

Chile

o Banco Central chileno manteve sua taxa básica de juros em 11,25%, em linha com o esperado. A surpresa na decisão adveio do dissenso na votação, uma vez que dois dos cinco membros do comitê votaram por um corte de 50 pb. A decisão dividida levou a uma precipitação de aceleração do ciclo de cortes.



5- Cenário Doméstico



No Brasil, o segundo trimestre marcou uma sequência de eventos favoráveis. Do lado fiscal, as novas regras estão em fase final de aprovação e reduziram a incerteza sobre a trajetória da dívida pública nos próximos anos. A desoneração tributária foram revertidas (como no caso dos combustíveis) e novas medidas tiveram compensações (como no caso dos incentivos para aquisição de automóveis). Persiste o desafio de viabilizar o atingimento da meta de resultado primário equilibrado para 2024 e os objetivos para os anos subsequentes. O balanço da política fiscal foi positivo. Houve surpresa favorável com o desempenho da atividade econômica, concentrada no setor do agronegócio. A safra abundante de grãos também potencializou a queda das cotações das commodities nos mercados internacionais e resultou na maior deflação no atacado já observada (o IPA registrou deflação de 10,3% no período). Esse movimento foi a principal explicação para a retração das projeções de inflação para o ano corrente. As expectativas de inflação para prazos mais longos reagiram, principalmente, às sinalizações de manutenção da meta de inflação em 3%. Na reunião do dia 29 de junho, o CMN (Conselho Monetário Nacional) confirmou a manutenção do centro da meta e da banda em +/- 1,5%. Houve alteração do horizonte de aferição da meta, para um período contínuo, e definição de um valor permanente, sem previsão de reuniões regulares do CMN para definir as metas futuras (os detalhes ainda serão estabelecidos por um decreto a ser divulgado). A última reunião do semestre do Copom foi marcada pela comunicação, através da ata do encontro, que é provável uma redução da taxa Selic a partir de agosto. A indicação é de “parcimônia” e houve divergência entre os membros do comitê sobre a sinalização de início de redução de juros, o que indica que o primeiro passo deverá ser de 25 pb. Na sequência, o ritmo natural seria de passos de 50 pb, o que levaria a taxa de juros básica a 12,00% no final do ano.

Na visão dos analistas, a principal questão para o cenário econômico que se apresenta, neste momento, é em que medida a segunda etapa do processo de desinflação está efetivamente completada. A deflação no atacado

é o principal ponto favorável para o quadro adiante, uma vez que ainda haverá transmissão para os preços ao consumidor. Adicionalmente, a perspectiva para a produção do agronegócio permanece benigna, com expectativa de uma 2ª safra de milho elevada. Do lado que recomenda maior cautela, temos núcleos de inflação ainda ao redor de 5,5% na média dos últimos meses e expectativas de inflação razoavelmente acima da meta. Assim como observado em diversos outros países, também registramos no país um mercado de trabalho resiliente (com taxa de desemprego significativamente abaixo do pré-pandemia) e um nível de utilização da capacidade na indústria próximo do patamar neutro. Assim os analistas avaliam que será importante monitorar os próximos indicadores, em particular as medidas de inflação subjacente, para mensurar em que medida podemos considerar a segunda fase do processo de desinflação superada.

Após a aprovação do Arcabouço Fiscal, o principal foco em relação a reformas econômicas passa a ser a Reforma Tributária. Houve avanço importante ao longo do segundo trimestre, com a apresentação de um texto para a proposta de emenda constitucional que balizaria o novo sistema tributário. O formato proposto contempla um IVA dual (um para o Governo Federal e outro para Estados e Municípios), uma alíquota padrão para a maioria dos setores e uma reduzida para alguns setores (especialmente no segmento de serviços), regras de transição bastante graduais para a implementação do novo sistema e fundos com recursos da União (um voltado ao desenvolvimento regional de caráter permanente e outro para prover os recursos em substituição a incentivos tributários, de prazo determinado). Ainda que a efetivação do novo sistema ocorra em um horizonte longo, a reforma do sistema tributário representaria um avanço. Após a eventual aprovação da proposta de emenda à Constituição, as regras do novo sistema precisariam ser completadas por um conjunto de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais. Ainda em relação à agenda de política econômica, novas medidas voltadas para elevar a arrecadação provavelmente serão propostas nos próximos meses. O objetivo será obter um conjunto de medidas que poderá compor a proposta para o Orçamento do Governo Federal (a ser enviado até o final de agosto) e que tornaria possível alcançar a meta de resultado primário equilibrado no próximo ano.

O Relatório Trimestral de Inflação, divulgado no dia 29/06 pelo Banco Central, trouxe uma revisão altista para o crescimento do PIB deste ano, de 1,2% para 2,0%, em linha com o consenso de mercado. Outro destaque foi a projeção para a inflação de 2025, que foi revisada ligeiramente para baixo, de 3,2% para 3,1%. O Relatório também trouxe a discussão acerca da taxa real neutra de juros, que foi revisada pelo Banco Central de 4,0% para 4,5% na última ata do COPOM. Em termos de sinalização, o Relatório manteve a comunicação adotada no comunicado do COPOM, reafirmando o tom de cautela e serenidade na condução da política monetária, cujo cenário segue demandando paciência.

O cenário de inflação evoluiu de forma mais favorável recentemente. A desaceleração do IPCA parece um pouco mais rápida que a esperada, ainda que seu núcleo siga em patamar mais elevado e acima da meta. Alguns condicionantes da inflação, como taxa de câmbio e commodities, apresentam trajetória mais benigna. De acordo com o boletim Focus, o consenso para 2023 recuou para 5,0%, enquanto para 2024 está em torno de 4,0%. Houve recuo das projeções de IPCA para o horizonte mais longo, ainda conforme o boletim Focus; as expectativas passaram de 4,0% (desde março) para 3,60% para 2025 e 3,50% para 2026 e 2027, no final de junho. A previsão de que o Conselho Monetário Nacional (CMN) fosse manter a meta de inflação em 3,0%, depois de fato confirmada no final de junho, deve ter tido contribuição importante para esse movimento.

Neste ambiente, na reunião de junho, o Copom manteve a taxa Selic estável em 13,75% e trouxe uma comunicação mais branda, particularmente na ata deste encontro, que sugeriu início do ciclo de afrouxamento monetária a partir da reunião de agosto, de forma parcimoniosa. A evolução do cenário de inflação e a proximidade do ciclo de afrouxamento monetário, com início esperado para a reunião do Copom de agosto, contribuíram para uma percepção mais construtiva da conjuntura local. O novo arcabouço fiscal já havia sido uma informação nesta direção, ainda que continue importante acompanhar o andamento de medidas para aumento das receitas do governo, que é fundamental para o sucesso do arcabouço.

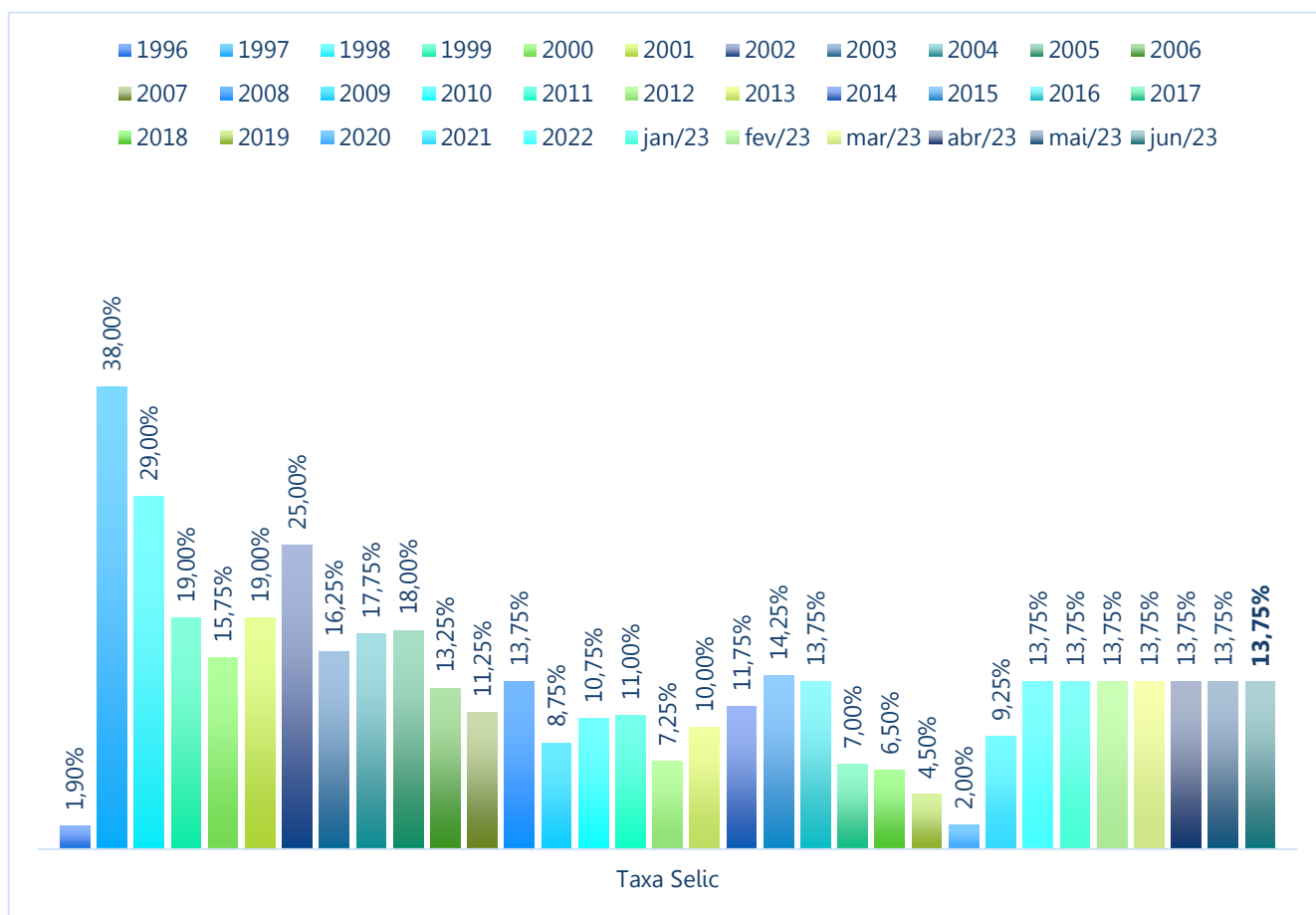
5.1- Taxa Básica de Juros

O Banco Central manteve a taxa básica em 13,75%, em linha com as expectativas do mercado. Indicadores econômicos divulgados recentemente consolidaram a percepção de que em agosto a taxa básica de juros começará a cair. Governo vem defendendo que o Banco Central comece a baixar os juros.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, na reunião realizada no dia 21/06 manteve a taxa básica de juros estável em 13,75% ao ano. A expectativa do mercado financeiro, é de que essa seja a última reunião que vai manter da taxa básica da economia no atual patamar. A previsão é de que o Banco Central inicie um ciclo de corte dos juros a partir de agosto, quando a Selic recuará para 13,50% ao ano.

A decisão já era esperada pelo mercado financeiro, que aposta em queda da Selic apenas a partir de agosto ou setembro. Embora o Copom indique na nota emitida após a reunião que ainda existem riscos sobre a inflação, como eventuais pressões globais sobre os preços, e também incertezas “residuais” sobre a votação do arcabouço fiscal, não incluiu a frase presente nos últimos documentos que afirmava que o Banco Central poderia voltar a elevar os juros caso a inflação subisse.

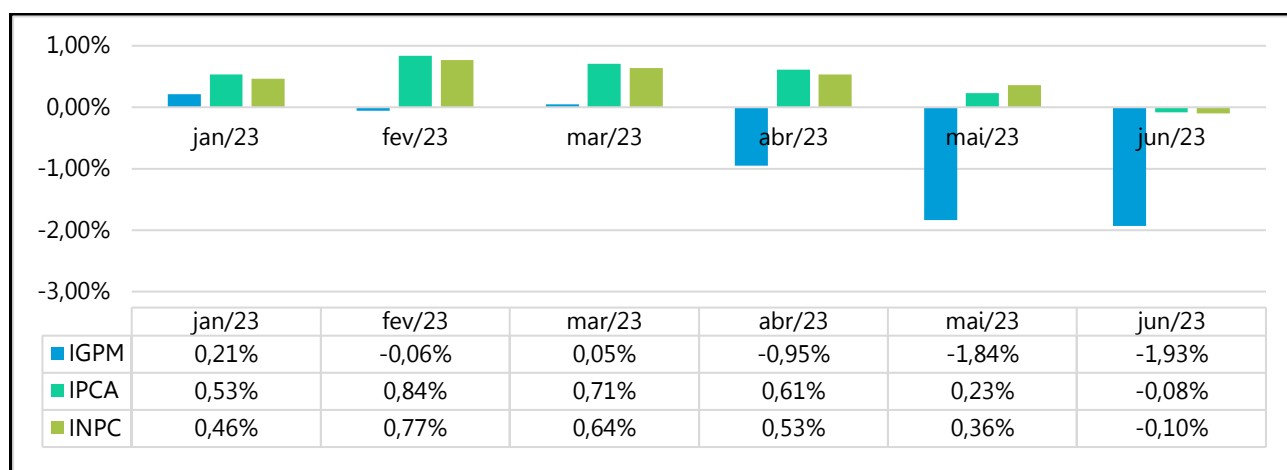
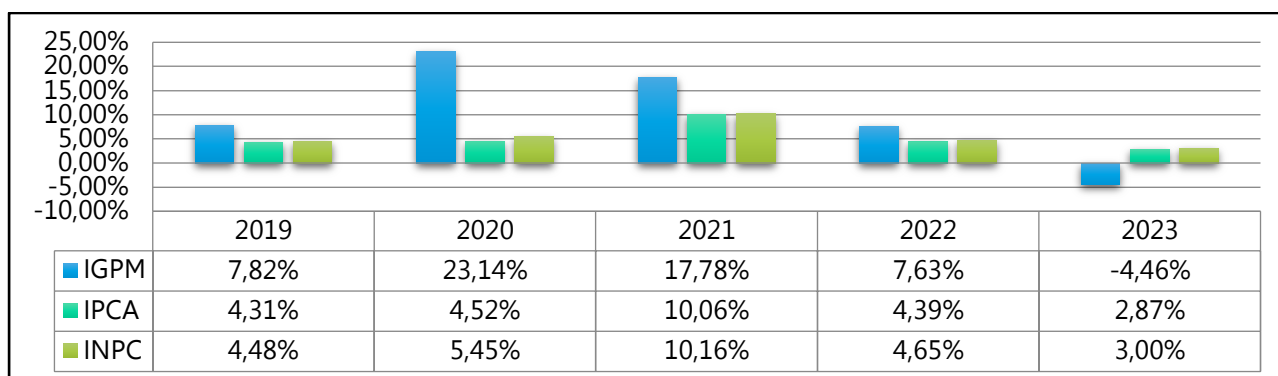
O mercado reagiu ao comunicado do Copom divulgado após o anúncio de que o colegiado decidira, por unanimidade, manter a Selic em 13,75% ao ano. A manutenção da taxa em 13,75% era esperada, mas o que o mercado não gostou foi que o comunicado não sinalizou a intenção de cortar a taxa básica em agosto. A previsão anterior dos analistas era de que o início do processo de redução dos juros, pelo BC, aconteceria somente em meados de setembro. Para o fim de 2023, o mercado financeiro já projeta um juro básico de 12,25% ao ano.



5.2- Inflação

IPCA tem deflação de 0,08% em junho e inflação chega a 3,16% em 12 meses. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do País, teve deflação de 0,08% em junho ante maio. Em 2023, a alta acumulada do IPCA está em 2,87%. Já nos últimos 12 meses, o índice é de 3,16%. Em junho de 2022, a variação da inflação havia sido de 0,67%. A variação negativa foi menos intensa que a esperada pelos analistas de mercado. É a primeira deflação em 9 meses. É a menor variação para o mês de junho desde 2017, quando foi registrada uma deflação de 0,23%. Em junho de 2022, a inflação foi de 0,67%. Segundo o IBGE, Alimentação e bebidas (-0,66%) e Transportes (-0,41%) foram os grupos que mais contribuíram para o resultado do mês, com impacto de -0,14 p.p. e -0,08 p.p no índice geral, respectivamente. Já a alimentação fora do domicílio (0,46%) desacelerou em relação ao mês anterior (0,58%), em virtude das altas menos intensas do lanche (0,68%) e da refeição (0,35%).

O **IGP-M** permaneceu em terreno deflacionário em junho e registrou variação de -1,93% M/M, abaixo do esperado pela SulAmérica Investimentos (-1,86% M/M) e pela expectativa mediana do mercado (-1,73% M/M). Na comparação interanual, a inflação medida pelo IGP-M acumula deflação de -6,86%. Os preços ao produtor recuaram -2,73% M/M em junho, repercutindo o impacto da queda dos preços de combustíveis que compensaram o avanço relativo de commodities, com destaque para o minério de ferro. Os preços ao consumidor também tiveram variação negativa no mês (-0,25% M/M), puxados por Alimentação (-0,33% M/M) e Transportes (-1,68%), o último influenciado pela queda na gasolina e em passagens aéreas. O INCC acelerou de 0,40% M/M para 0,85% M/M, refletindo a alta de 1,81% M/M em Mão de Obra.



5.3- Relatório de Mercado

O Relatório Focus desta segunda-feira trouxe rodada adicional de revisões baixistas para a trajetória de inflação. O consenso para o IPCA deste ano caiu de 5,06% para 4,98%, enquanto a projeção mediana para o IPCA de 2024 recuou para 3,92%, de 3,98%. As quedas mais intensas ocorreram nos horizontes mais longos, que incluem 2025 e 2026, refletindo em grande parte a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) pela manutenção das metas de inflação em 3% na última semana. A expectativa para a inflação de 2025 recuou 20 pb, de 3,8% para 3,6%; para 2026, a inflação esperada caiu 22 pb, de 3,72% para 3,5%. Em relação ao cenário de juros, houve revisão para baixo da meta para a taxa Selic esperada ao final de 2023 da ordem de 25 pb, de 12,25% para 12%, incorporando uma queda de juros antecipada neste ano.

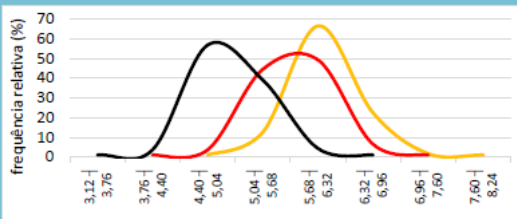
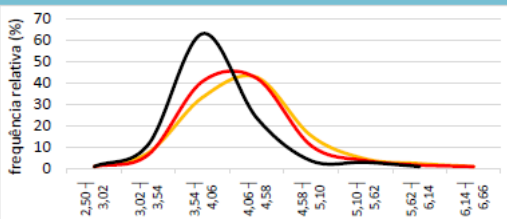
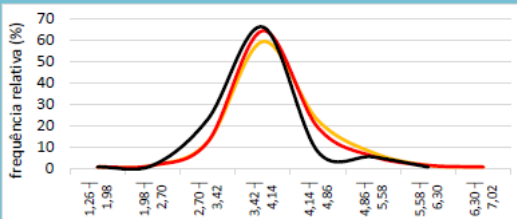
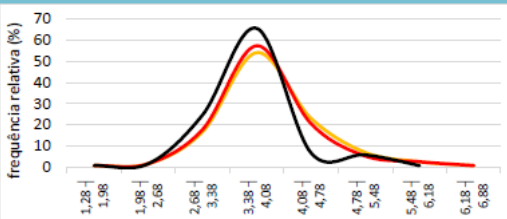
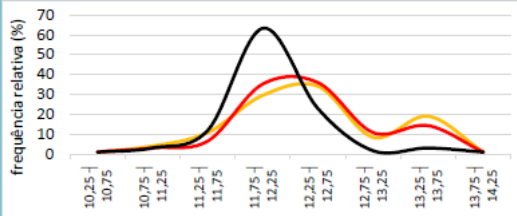
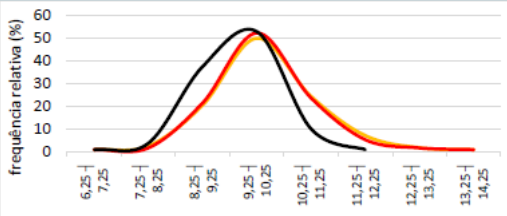
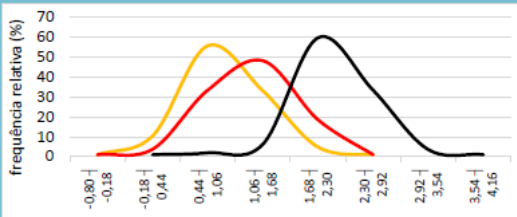
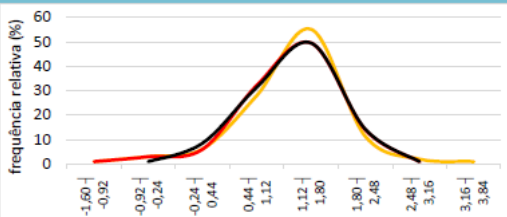
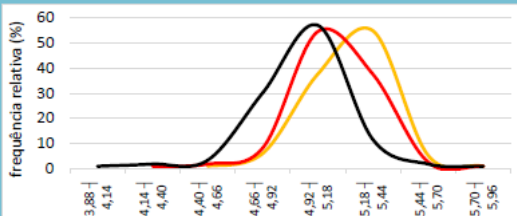
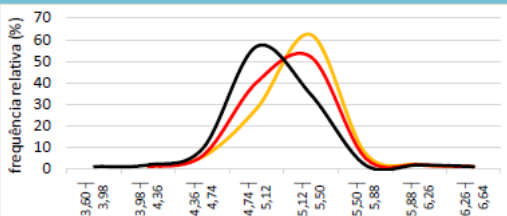
30 de junho de 2023

Expectativas de Mercado

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,69	5,06	4,98	▼ (7)	153	4,92	81	4,12	3,98	3,92	▼ (5)	151	3,90	79
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,68	2,18	2,19	▲ (8)	114	2,19	46	1,28	1,22	1,28	▲ (2)	105	1,34	42
Câmbio (R\$/US\$)	5,10	5,00	5,00	▬ (2)	123	5,00	53	5,16	5,10	5,08	▼ (1)	120	5,10	52
Selic (% a.a.)	12,50	12,25	12,00	▼ (1)	147	12,00	90	10,00	9,50	9,50	▬ (2)	144	9,50	88
IGP-M (variação %)	-0,08	-1,86	-2,50	▼ (12)	77	-2,68	33	4,10	4,00	4,00	▬ (2)	68	4,00	30
IPCA Administrados (variação %)	9,41	9,03	8,97	▼ (9)	99	8,83	42	4,53	4,44	4,46	▲ (1)	86	4,51	38
Conta corrente (US\$ bilhões)	-47,53	-43,90	-43,22	▲ (4)	34	-42,00	11	-53,00	-51,01	-50,40	▲ (3)	33	-50,50	10
Balança comercial (US\$ bilhões)	58,75	62,00	63,76	▲ (4)	34	67,75	12	55,30	55,61	55,65	▲ (1)	30	60,00	9
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	78,80	79,50	▲ (1)	30	79,40	8	80,00	80,00	80,00	▬ (22)	29	75,00	7
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,70	60,47	60,60	▲ (1)	31	60,65	12	64,45	63,90	64,00	▲ (1)	29	64,40	11
Resultado primário (% do PIB)	-1,10	-1,01	-1,02	▼ (1)	46	-1,10	16	-0,70	-0,80	-0,80	▬ (2)	44	-1,00	15
Resultado nominal (% do PIB)	-7,93	-7,74	-7,74	▬ (1)	30	-7,50	9	-7,00	-7,00	-7,00	▬ (10)	28	-7,00	9

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento; ** resp. = resposta; *** resp. = resposta

Indicadores	Projeções p/2023			Projeções p/2024			Projeções p/2025		
	Semana anterior	Semana atual	Var.	Semana anterior	Semana atual	Var.	Semana anterior	Semana atual	Var.
IPCA (%)	5,06	4,98	▼ (7)	3,98	3,92	▼ (5)	3,80	3,60	▼ (1)
PIB (var. %)	2,18	2,19	▲ (8)	1,22	1,28	▲ (2)	1,83	1,81	▼ (1)
Câmbio (R\$/US\$)	5,00	5,00	= (2)	5,10	5,08	▼ (1)	5,15	5,17	▲ (1)
Selic (% a.a.)	12,25	12,00	▼ (1)	9,50	9,50	= (2)	9,00	9,00	= (21)

IPCA 2023

2024
28/4/23 31/5/23 30/6/23

2025

2026

Selic 2023

2024

PIB 2023

2024

Câmbio 2023

2024

Mediana Agregado

	IPCA				Selic				PIB				Câmbio			
	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026
28/4/23	6,05	4,18	4,00	4,00	12,50	10,00	9,00	8,88	1,00	1,41	1,80	1,80	5,20	5,25	5,30	5,32
31/5/23	5,70	4,13	4,00	4,00	12,50	10,00	9,00	9,00	1,28	1,30	1,70	1,80	5,10	5,17	5,20	5,25
30/6/23	4,98	3,92	3,60	3,50	12,00	9,50	9,00	8,63	2,19	1,28	1,81	1,90	5,00	5,08	5,17	5,20

Obs.: o formato dos gráficos, a partir de uma mesma base de dados, pode sofrer alterações em edições futuras, caso os intervalos sejam alterados em virtude da maior ou menor amplitude da distribuição. Os números nos eixos das abscissas indicam as amplitudes dos intervalos, abertos à esquerda.

5.4- Perspectiva

Comentários sobre as projeções

Fed se aproxima do final do ciclo de aperto monetário. Atividade resiliente, desinflação incipiente e estabilização no setor bancário devem levar o Fed a prosseguir com o aperto monetário, com uma nova alta de 25 pb na reunião de julho, e encerrar o ciclo com a taxa de juros no intervalo entre 5,25% - 5,5%. Com o juro real apertado para padrão histórico, sinais de desaceleração da atividade e da inflação de serviços, analistas acreditam que o comitê irá adotar uma postura mais cautelosa a respeito dos próximos apertos.

A frustração com o desempenho da economia chinesa e a expectativa de que estímulos serão contidos nos levaram a revisar a projeção para o crescimento do PIB deste ano, para 5,2%. Ainda que a perda de tração da economia após a reabertura seja espalhada, chama atenção o ciclo do setor imobiliário residencial, com retração dos lançamentos (23,2%) e das vendas (5,2%) no acumulado do ano. Na mesma direção, as exportações adotaram uma tendência mais fraca nos últimos meses. Diante disso, já houve reversão da política econômica, com queda de juros, mas bastante tímida para os analistas.

Na Área do Euro, destaque para a desaceleração em curso da economia, especialmente do setor industrial. Com isso, os analistas revisaram a expectativa para o PIB deste ano, para uma expansão de 0,5%. Mesmo assim, a dinâmica da inflação ainda demanda atenção, conforme reforçado pelo Banco Central Europeu, dado o nível elevado do índice, especialmente do núcleo. Mesmo que a inflação ao consumidor venha cedendo nos últimos meses, com elevação de 5,5% em junho (ante pico de 10,6% verificado em outubro do ano passado), o núcleo de inflação continua pressionado, chegando a uma alta de 5,4% neste mês. Dessa forma, entendem que o ciclo de alta de juros ainda não foi encerrado, com mais uma elevação dos juros na reunião de julho, chegando a 3,75%. Depois dessa decisão, o BCE levará em conta os efeitos defasados da política monetária e o alívio recente da inflação para interromper as altas e manter os juros parados por um período prolongado.

Para o Brasil, mantém a expectativa de crescimento do PIB neste ano. Após a surpresa com o resultado do 1º trimestre, fruto de um desempenho excepcional do setor agropecuário e sua extensão sobre serviços, os dados de atividade de abril e maio começam a mostrar mais claramente um processo de desaceleração em curso. Reforça essa tendência, a desaceleração verificada no crédito às famílias e empresas. O mercado de trabalho ainda segue resiliente, com geração consistente de emprego formal e ganhos de renda real. Assim, espera-se que a desaceleração nos próximos trimestres seja fruto não apenas do patamar contracionista de juros, mas também de um arrefecimento mais rápido do mercado de trabalho, justificado pela composição de empregos gerados no pós-pandemia.

Do lado da inflação projeção de alta do IPCA neste ano. A queda relevante observada dos preços de commodities nos últimos meses começou a dar sinais de esgotamento, principalmente pelo mercado climático norte-americano e impacto nos preços de grãos. Nesse caso, a maior parte do efeito do arrefecimento já foi incorporado no cenário e espera-se que, ao longo do segundo semestre, ocorra alguma reversão parcial de preços. Em relação à inflação de serviços, continua a avaliação que ainda há desafios, uma vez que a desaceleração é lenta, mas que o recuo relevante do índice cheio vai contribuir para uma desaceleração de serviços no segundo semestre



Monitorando

No exterior: atividade e inflação nos países desenvolvidos, atividade na China, próximos passos dos principais bancos centrais e perspectiva para o setor bancário. No Brasil: inflação, expectativas de inflação, próximos passos do Copom e evolução da política fiscal.

6- Aplicações Financeiras

Tivemos um mês de junho bem otimista tanto no mercado doméstico quanto internacional. Por aqui a melhora no índice de confiança do consumidor, o agro em alta, inflação em queda, e o avanço do programa fiscal trouxeram ares otimistas ao longo do mês. O cenário internacional também melhorou bem pela menor probabilidade de recessão tanto nos EUA quanto na Europa, além do potencial PIB Chines, que apesar da previsão de desaceleração, deve superar 5% este ano. O FED nos EUA previu em ata que deve ter mais duas altas de 0,25%, já ditando o final do ciclo. Já na Europa devemos ver um ciclo um pouco mais longo de alta de juros, pelo fato deterem começado o movimento mais tarde. Os pontos citados, aliado a uma inflação mais branda por aqui trouxeram um otimismo aos mercados, pois reforçam a possibilidade do início de corte de juros pelo BACEN, que já pode ocorrer na próxima reunião. Com isso as curvas de juros se mantiveram em queda, trazendo boa performance às estratégias de Renda Fixa. Olhando a frente, esse otimismo e a confirmação de uma inflação menos pressionada e início de corte na SELIC devem manter o fechamento nas curvas de juros ao longo do segundo semestre. Nesse sentido os analistas recomendam a avaliação de retorno para as estratégias "IMA B" e "Pré-Fixadas".

Em junho o mercado acionário internacional continuou em trajetória positiva com ganhos nos índices de ações. No entanto, as curvas de juros dos EUA tiveram alta, visto que o Banco Central dos EUA ("Fed") sinalizou possíveis incrementos adicionais nos juros. Em contrapartida, o dólar se enfraqueceu no mês. No Brasil, com a evolução mais construtiva no cenário de inflação, os juros continuaram em queda e o Ibovespa encerrou o mês no campo positivo. No câmbio, o Real ganhou espaço frente ao dólar. No cenário internacional, observamos a alta da curva de juros, em linha com a sinalização do Fed de probabilidade de incrementos adicionais em 2023. Localmente, acompanhamos a queda dos juros que foi sustentada pelo alívio nas expectativas de inflação para este ano, a aprovação do novo arcabouço fiscal e a manutenção da meta de inflação para os próximos anos. Para os ativos de crédito privado, os títulos com maior qualidade creditícia continuaram apresentando queda dos spreads de crédito. No Brasil, a queda nos juros resultou em redução de prêmios e as curvas parecem refletir, em boa medida, a trajetória esperada para a taxa Selic.

O mercado continua esperando bons números para o 2º semestre, porém, os núcleos de inflação, que sinalizam as tendências de médio e longo prazo, ainda são altos, ficando próximos de 6% ao ano. Isso deixa o Banco Central numa situação difícil porque ele trabalha com a meta cheia de IPCA, mas analisa os dados e percebe que ainda há uma inflação de fundo captada pelos núcleos que provavelmente não permitirá uma queda mais rápida da taxa Selic. Apesar da média dos núcleos de inflação também estar desacelerando, passando de 8,45% em fevereiro para 6,72% em maio, este é um número que ainda incomoda o Banco Central pois caminha bem acima da meta de inflação para 2023 que é de 3,25%. A diferença de patamar entre a média dos núcleos e o IPCA na variação em doze meses reflete, em parte, o efeito das desonerações tributárias de 2022 e o repasse para o mercado interno da queda dos preços internacionais do petróleo. Nos dois casos, a média dos núcleos é menos afetada do que a inflação IPCA.

O início do mês foi marcado também pelo anúncio do pacote de desconto para carros baratos do governo. O subsídio reduziu de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil no preço final de carros populares. No total, o governo reservou R\$ 1,5 bilhão para o programa. Apesar de inicialmente bem visto, a notícia de extensão do pacote no final do mês provocou ruídos fiscais, já que, o mercado espera que o governo cumpra com as regras do arcabouço fiscal que exigirão dureza nos gastos e aumento de receitas.

A segunda semana do mês foi marcada pela alteração da perspectiva do rating soberano brasileiro pela agência de classificação de risco S&P. A nota soberana do Brasil saiu de estável para positiva, o que não acontecia desde 2019. A mudança da perspectiva não elevou o patamar de nosso rating, mas é um sinal de que pode acontecer no futuro. Nosso rating atual de longo prazo em moeda estrangeira é BB-, ainda em grau especulativo e três níveis abaixo do grau de investimento. Segundo a S&P, o gatilho para a mudança foi a melhora da perspectiva para o crescimento econômico. A perda de fôlego da inflação e o relaxamento monetário, apoiado por uma

diminuição do risco fiscal (arcabouço fiscal), tenderão a apoiar a expansão da atividade. O Brasil obteve o grau de investimento em 2008, no segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O país perdeu o selo em 2015, no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

Durante o mês de junho tivemos a divulgação de novos dados setoriais para a atividade econômica. As previsões para o crescimento da economia têm aumentado ao longo do semestre e hoje espera-se que a economia brasileira cresça entre 1,8% e 2,1% em 2023. A atividade econômica vem mostrando bom crescimento apesar do alto nível de juros reais. Neste primeiro trimestre crescemos 1,9%, superando as expectativas de mercado. O resultado repercute sobretudo o desempenho do setor agropecuário. A evolução da demanda doméstica, mais sensível aos ciclos econômico e de juros, reforça para o futuro imediato o arrefecimento da atividade econômica.

Outro fator gera otimismo no mercado. O texto preliminar da reforma tributária foi apresentado na Câmara em junho e está previsto para ser votado em plenário entre os dias 3 e 7 de julho. O novo texto prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), baseado no modelo de imposto sobre valor agregado (IVA), já aplicado em outros países. O tributo substituiria duas contribuições – o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – e três impostos – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o ICMS. O imposto que vai substituir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS será dual, ou seja, com uma parcela gerida pela União (CBS) e a outra, por estados e municípios. Haverá um período de transição de oito anos para esses tributos, a começar em de 2026 a 2033.

Economia Internacional

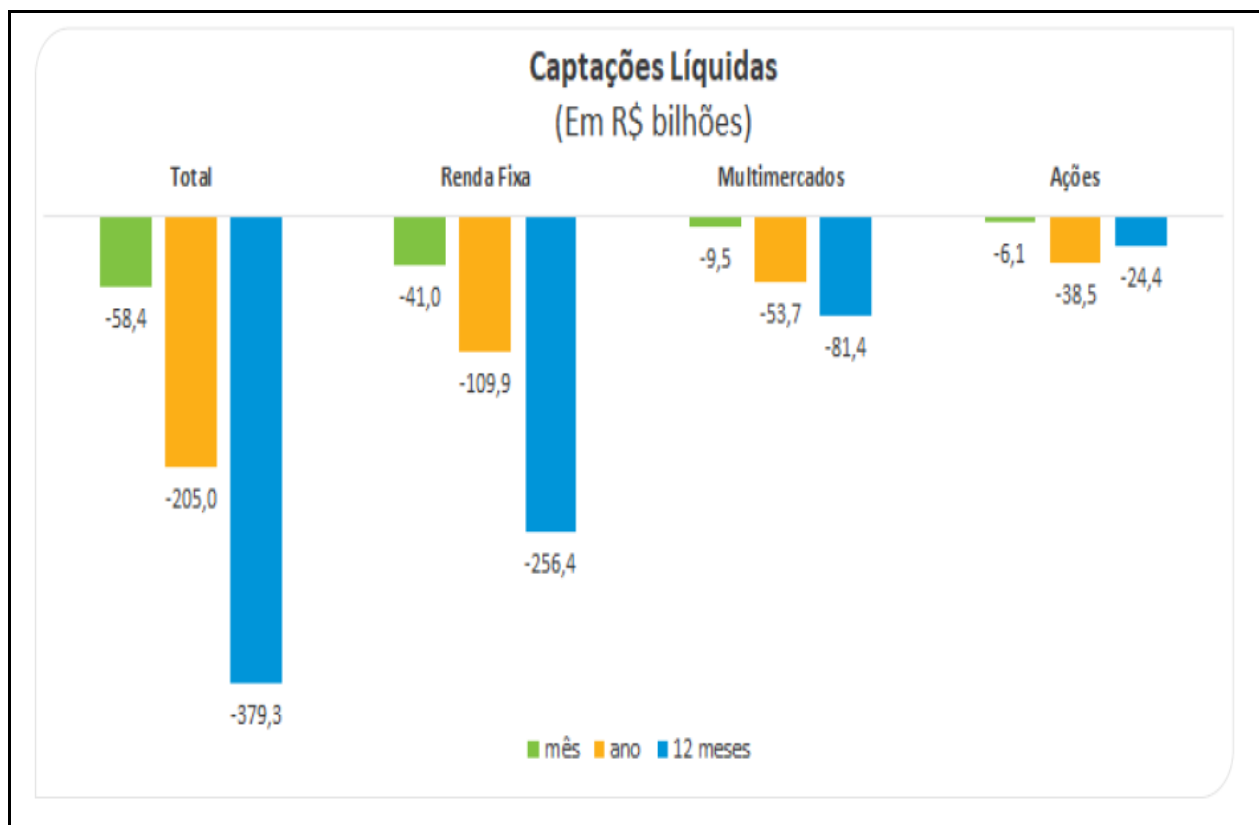
No mês de junho, os dados de atividade na zona do euro mostraram desaceleração mais acentuada, com destaque para a Alemanha. A deterioração da demanda por bens, após os excessos do período pós-pandemia, em conjunto com o aperto das condições de crédito está exercendo impacto negativo sobretudo sobre a indústria. Na mesma direção, o ciclo industrial na Ásia segue fraco. Na China, apesar dos anúncios de medidas de estímulo para a economia, há poucos sinais de avanço até agora, com o setor de propriedades em longa estagnação. Com relação aos EUA, a economia continua a mostrar maior resiliência que as demais, com destaque para o melhor desempenho do setor imobiliário nos últimos meses, apesar do aperto monetário. Por fim, a inflação tem mostrado queda mais acentuada ao redor do mundo, embora as medidas de núcleo e serviços sigam relativamente elevadas.

Economia Brasileira

A reunião do CMN confirmou o cenário mais provável, no qual as metas de inflação até 2025 foram mantidas e a meta de 2026 foi fixada em 3,0%. Após a reunião, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que haverá uma alteração na forma como a consecução da meta seria aferida a partir de 2025, com o estabelecimento de um horizonte móvel, mas ainda sem divulgar os detalhes sobre a nova mecânica. O Copom, por sua vez, mostrou uma visão mais positiva em relação às perspectivas para a inflação em sua última reunião. Desta forma, ainda que o colegiado tenha adotado uma taxa de juro real neutra mais elevada, a maioria de seus membros considerou adequado sinalizar a possibilidade de início de um processo parcimonioso de flexibilização da política monetária já em sua próxima reunião.

Fundos de investimento registram saída líquida de R\$ 58,4 bilhões em junho

Em junho, a indústria de fundos de investimento registrou resgates líquidos de R\$ 58,4 bilhões. Desta forma, o segmento já acumula perda de R\$ 205 bilhões no ano contra uma saída de R\$ 128,8 bilhões referente a 2022. Desde novembro do ano passado, o segmento registra captações líquidas mensais negativas. Os maiores resgates ocorreram na classe de renda fixa, na ordem de R\$ 41 bilhões, seguida da classe multimercados, que apresentou R\$ 9,5 bilhões, e do FIDC, com R\$ 5,3 bilhões. Entre os 16 tipos de carteiras de renda fixa, oito apresentaram captação negativa. A maior perda foi do tipo duração baixa soberano, com R\$ 41,4 bilhões, seguido do tipo renda fixa, com R\$ 5,3 bilhões.



Fonte: ANBIMA



Permanece a visão de um **ambiente internacional desafiador**



Cenário global com **inflação ainda elevada**, juros restritivos e desaceleração econômica a frente



No Brasil, quadro de inflação apresenta **evolução mais construtiva**



Copom sinaliza início do ciclo de **redução da taxa Selic**

6.1- Renda Fixa

O mercado brasileiro de juros continuou em festa no mês de junho, seguindo tendência iniciada em maio. A convicção de que o Copom iniciará o ciclo de afrouxamento monetário na reunião de agosto não arrefeceu nem depois de um comunicado duro pós-reunião do Copom de junho, em que o Banco Central ainda mostrou bastante resistência em sinalizar, de alguma maneira, a intenção de iniciar o ciclo de queda da taxa Selic. O único movimento real do colegiado foi a retirada da frase que previa a possibilidade de aumento dos juros caso o processo de desinflação não ocorresse conforme o desejado. Trata-se de algo muito tênue para sugerir que o próximo passo seria um corte de juros. O mercado, no entanto, não piscou, e continuou embutindo corte da Selic na próxima reunião. A ata trouxe a mensagem desejada: “a avaliação predominante foi de que a continuação do processo desinflacionário em curso, com consequente impacto sobre as expectativas, pode permitir acumular a confiança necessária para iniciar um processo parcimonioso de inflexão na próxima reunião”. Foi o suficiente para que a curva de juros embutisse um corte mais próximo de 50 pontos-base já na próxima reunião, ignorando olímpicamente o adjetivo “parcimonioso” que acompanhou o processo de inflexão anunciado para a próxima reunião.

No dia 29 tivemos a reunião do CMN que serviria para definir a meta de inflação para 2026. Além de o Conselho manter a meta em 3%, o presidente da República mudou a sistemática de acompanhamento da meta, de anual para contínuo. Na prática, não muda muita coisa, dado que o Copom já trabalha com um horizonte móvel para calibrar a política monetária. O importante mesmo foi a manutenção da meta em 3%, depois de um intenso bombardeio por parte de membros do governo, principalmente no 1º trimestre do ano. Para os analistas, trata-se de uma vitória de Roberto Campos Neto, que conseguiu convencer o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que por sua vez conseguiu convencer o presidente da República sobre a importância de manter a meta para permitir uma melhor ancoragem das expectativas e, assim, facilitar o trabalho do Banco Central. Com isso, é provável que as expectativas mais longas, que estavam em 4%, recuem, em algumas poucas semanas, para algo na faixa de 3%-3,5%. Apesar desta incerteza ter saído do radar, outras permanecem, principalmente no que se refere à trajetória das contas públicas e à composição futura do Copom. Por isso, será difícil vermos novamente uma ancoragem perfeita das expectativas de longo prazo, pelo menos por enquanto. Refletindo o cenário acima, a curva de juros prosseguiu o rally iniciado em abril, com recuos na curva nominal a depender do vencimento, sendo as maiores quedas na parte mais longa. Na curva real, os recuos ficaram por volta de 30 pontos-base ao longo de toda a curva de juros reais.

Os ativos com duration maior dão sinal consistente de melhor performance com a queda dos juros futuros. O fechamento (queda do prêmio de risco) da curva de juros futura está beneficiando quem tem posições em títulos pré-fixados e títulos que pagam IPCA + juro real. O efeito da queda do juro futuro deverá continuar ajudando. Mesmo para quem construa posições agora, as estratégias de duration longa, por conta da marcação à mercado, e para os analistas devem compensar o risco. A queda do juro futuro no mês de junho, em média 0,8% para vencimentos acima de 2024, foi próxima a do mês de maio e está dando tração na rentabilidade recente dos títulos pré-fixados (vencimentos de 2 a 4 anos de duration) e indexados ao IPCA. Apesar de vermos os prêmios para futuras quedas nos juros futuros cada vez menores, as posições em durations mais altas vão trazer uma melhora consistente em seus índices sharpe nos próximos meses como sempre aconteceu nos ciclos de baixa da Selic. Posições em CDI/Selic ainda compensam, mas muito mais no curto prazo.

Tesouro Direto: títulos têm 1º semestre positivo e momento ainda é de oportunidade. Tanto nos papéis prefixados quanto naqueles indexados ao IPCA, quanto maior a taxa, menor o preço. Em um mês cheio de acontecimentos no Brasil e no exterior, os papéis do Tesouro Direto resistiram, em rentabilidade, encerrando junho no terreno positivo e em busca de cenários menos incertos à frente. A manutenção da taxa Selic a 13,75% ao ano, decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na semana passada, deu pelo menos mais 45 dias para os investidores aproveitarem a renda fixa com o juro básico nesse patamar. Com isso, os papéis prefixados tiveram desempenho próximo a 5% em junho. Os analistas recomendam que o investidor aproveite esse título antes que a Selic comece a cair, por ainda oferecerem juros acima dos dois dígitos. Os ganhos são ainda maiores se levar em consideração o semestre — que se encerra hoje. Vale lembrar que, tanto nos papéis prefixados

como naqueles indexados ao IPCA, quanto maior a taxa, menor o preço. Quando as taxas sobem, portanto, apesar de ser uma boa notícia para quem vai investir — já que assegura rentabilidade maior se mantiver a aplicação até o vencimento —, o valor de mercado dos papéis diminui, o que implica em perda temporária para quem possui os títulos na carteira.

Crédito Privado

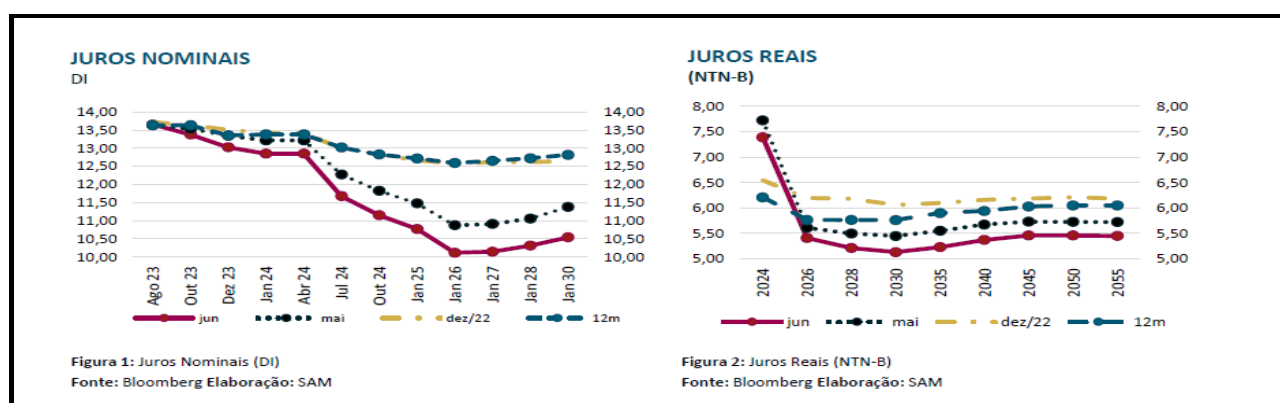
Em junho, observamos uma continuidade da melhora iniciada no mês de maio. Embora o nível seja elevado, o comportamento de preços foi significativamente melhor. Houve um maior equilíbrio entre investidores buscando compra e venda, principalmente em emissores com rating AAA, e o volume negociado no mercado secundário foi substancial. Aos motivos técnicos que mencionamos na carta de maio (redução do volume de resgates dos fundos de crédito, baixo volume de emissão e carregos elevados dos títulos de crédito) se somaram alguns fundamentos macroeconômicos. Os números de inflação local vieram abaixo do esperado e a decisão do governo de não alterar a meta de inflação possibilitou uma melhoria de expectativas sobre a inflação futura. Essa conjuntura, que é favorável para mercados de risco em geral, deve beneficiar o mercado de crédito de forma particular em virtude dos seguintes fatores:

- O nível médio de spreads está elevado,
- A redução do custo financeiro trará melhora de fundamentos,
- Apesar da iminência do início de quedas nos juros básicos, o patamar continua proporcionando bons retornos aos investidores,
- A rentabilidade dos fundos de crédito deverá atrair maior volume de aplicações.

Mesmo esperando um maior volume de operações no mercado primário, a combinação de um carregos elevado com a possibilidade de algum fechamento gradual de spreads nos deixa um pouco mais otimistas com as oportunidades de investimento disponíveis no mercado secundário dentre os emissores de melhor rating. Baseados nessa expectativa, aumentamos a alocação ao longo do mês e reduzimos a posição em caixa.

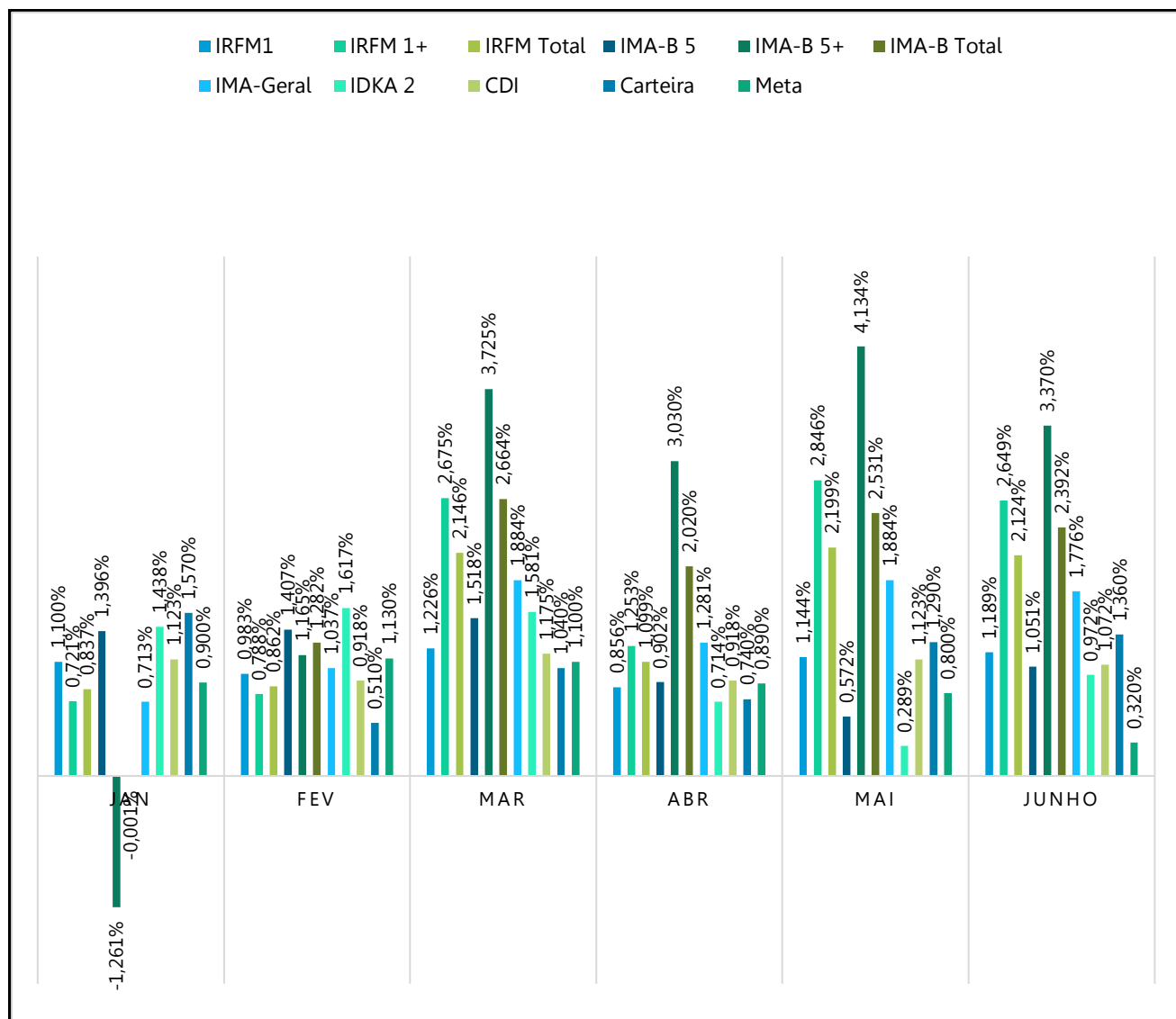
Câmbio e Juros

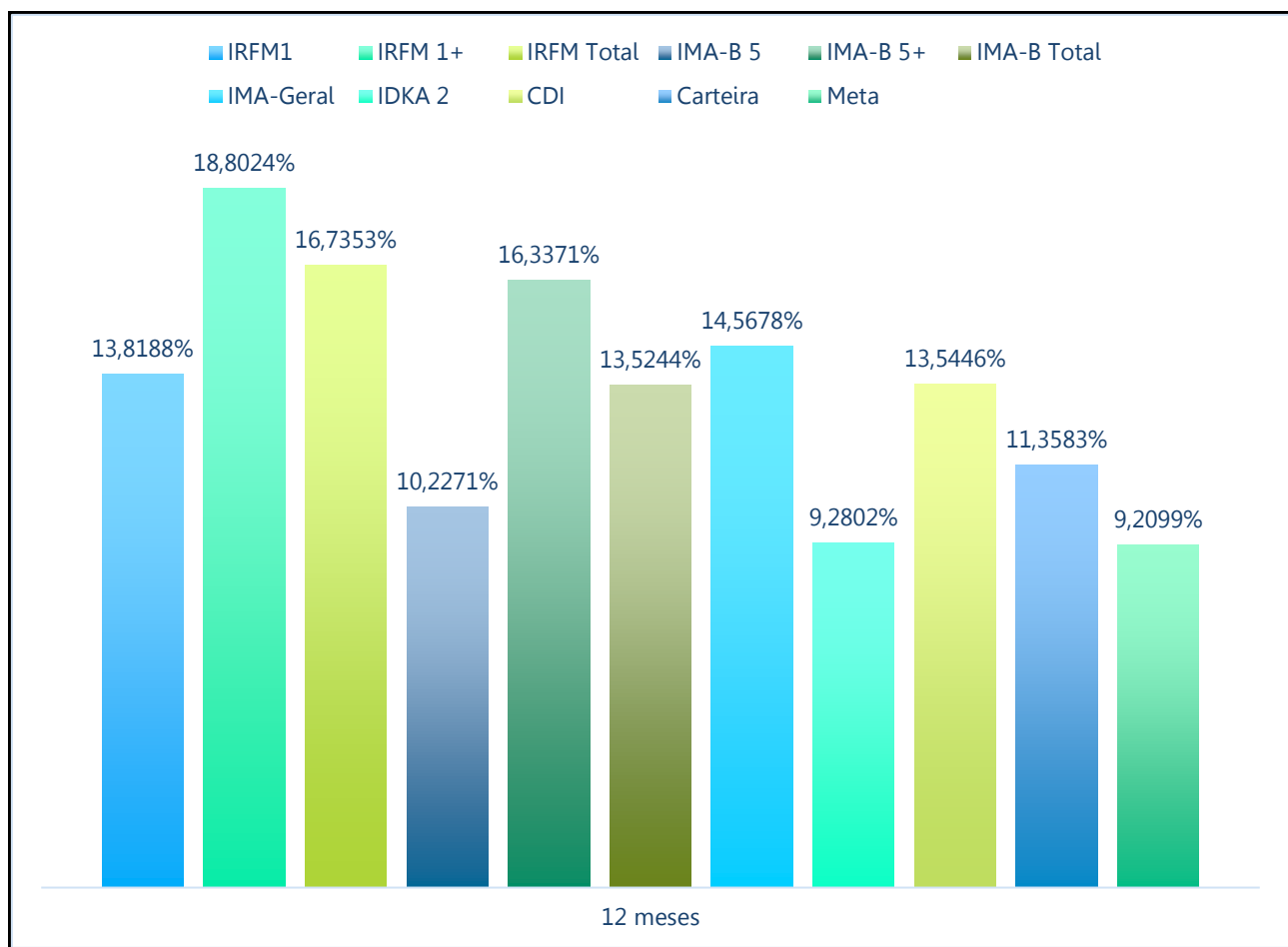
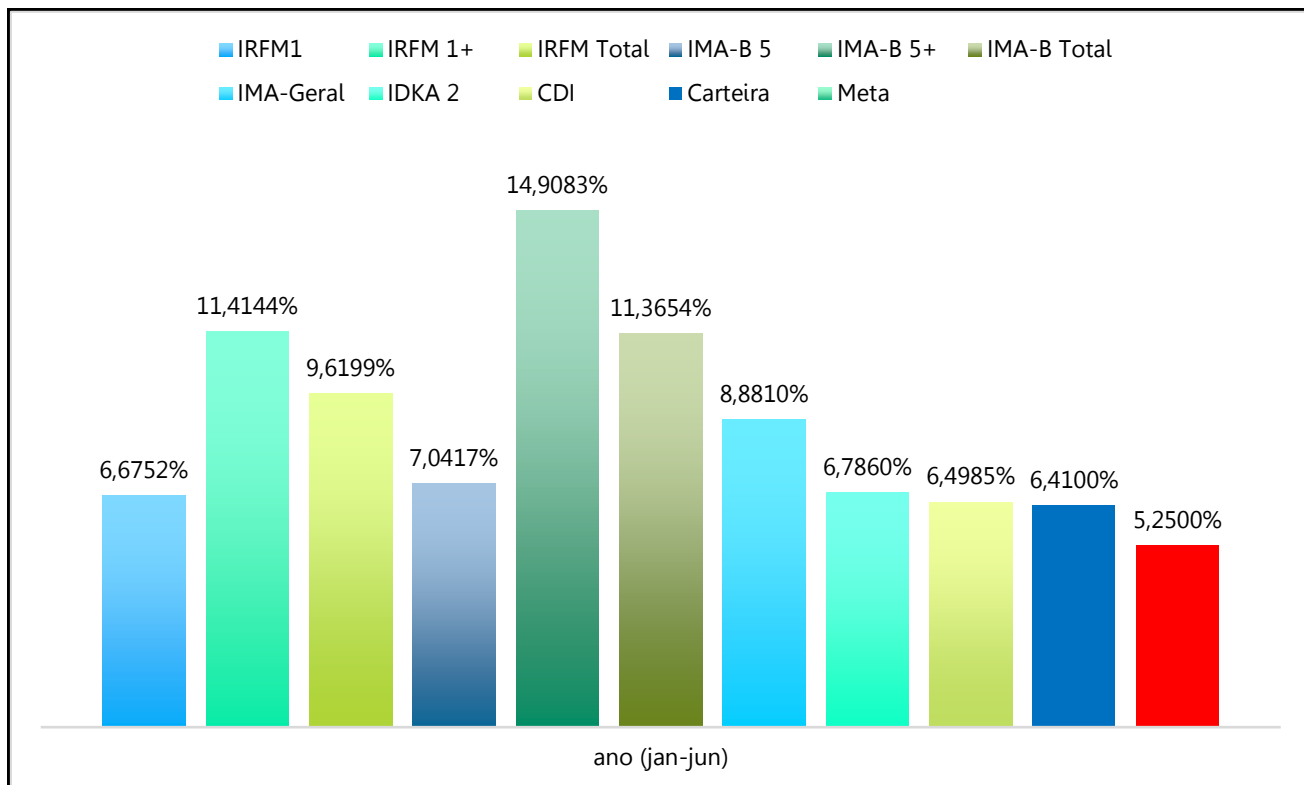
No mês de junho, observamos uma divergência pronunciada no comportamento das curvas de juros de países desenvolvidos em relação à de emergentes. Nos EUA, tivemos dados de atividade econômica mais fortes, que se somaram à sinalização de que ajustes adicionais nos Fed Funds devem ser necessários. Além disso, tivemos surpresas altistas nas decisões de política monetária do Reino Unido, Canadá, Austrália e Noruega. Já nos países emergentes, o processo de desinflação se mostra mais avançado. A proximidade do início dos cortes de juros em vários países fez com que a Renda Fixa tivesse um comportamento benigno nessa região, com destaque para América Latina. No Brasil, estamos observando uma melhora do cenário doméstico que permitirá que o Banco Central inicie o ciclo de corte de juros em breve.



6.1.1- Desempenho

Com o IPCA continuando a vir abaixo das expectativas e a nova redução dos preços dos combustíveis, o mercado continuou revisando para baixo as projeções de inflação, o que causou o recuo mais intenso das taxas prefixadas e a redução mais tímida dos cupons das NTN-Bs de curto prazo, o que novamente se refletiu negativamente na performance do IMA-B5.





6.2- Renda Variável

IBOVESPA também seguiu o tom de otimismo com alta no mês de 9%, a maior desde dez/2020. Olhando para frente, a melhora no tom do governo quanto a preocupação fiscal, perspectivas de menor inflação e início de corte de juros, aliado ao avanço da reforma tributária, trazem bons ares para a estratégia. Todavia, ainda temos a SELIC como vilã, dado que ainda oferece juros reais em torno de 6% aos investidores domésticos, o que pode potencializar uma alta volatilidade na estratégia.

O Ibovespa obteve forte alta em junho subindo 9,0%, maior alta desde dezembro/2020 e já acumula ganhos de 7,6% no ano. Revisões altistas de PIB, e baixistas de IPCA e Selic foram os principais motivos para o rally, além de um cenário externo benigno onde a bolsa americana (S&P) subindo. Com melhores perspectivas para Brasil, aumentamos nossas exposições líquida e bruta localmente, continuando o movimento descrito no último mês de adicionar papéis domésticos e reduzir as ações mais defensivas.

Ibovespa fecha último pregão do mês em queda, mas valoriza 9,00% em junho. Os índices de ações globais encerraram o mês em território positivo, apesar do tom mais duro dos bancos centrais ao longo do mês. O Ibovespa, principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, fechou a sexta-feira (30/06) com queda 0,25%, aos 118.087,00 pontos. O volume financeiro somou R\$ 32,916 bilhões. Na semana, o índice teve alta de 4,91%. Enquanto no mês, a valorização foi de 9,00%. Entre as ações com as maiores altas da sessão estão: Hapvida (4,29%), MRV (3,58%) e BRF (3,24%). E entre os papéis com as maiores perdas estão: Lojas Renner (-6,50%), Sid Nacional (-6,19%) e Petrobras (-5,13%).

No **mercado local**, o Ibovespa encerrou o mês com ganhos expressivos como resultado do sentimento mais positivo pela queda dos juros futuros e a aprovação do novo arcabouço fiscal. Setorialmente, o mês de junho mostrou as maiores valorizações nos setores de petróleo e bancário. À frente, os analistas mantêm posicionamento cauteloso, porém, com viés mais positivo. No Brasil, a queda de juros pode continuar incentivando à alta da Bolsa, porém, continuaremos atentos às discussões da reforma tributária. O ciclo global segue desafiador, com desaceleração da atividade econômica global e juros ainda elevados.

Na **Renda Variável Internacional**, a redução da perspectiva de recessão tanto nos EUA quanto na Europa trouxe "bons ares" também no mercado internacional. Nos EUA a previsão pelo FED de mais 02 altas de 0,25% demonstra que o final do ciclo pode ficar em 5,50%, reforçado por uma inflação dando sinais de desaceleração. Na Europa a inflação também vem desacelerando, apesar de alguns núcleos estarem pressionados, o que mantém o viés de alta de juros pelo Banco Central Europeu. Em junho o S&P 500 fechou com alta de 6,47% no mês. Para frente, os analistas entendem que o final do ciclo de alta nos juros dos EUA trará oportunidades de ganho em várias estratégias, no horizonte de médio/longo prazo.

O balanço de risco está muito favorável para o mercado acionário sobretudo em setores mais expostos à economia doméstica e sensíveis às mudanças na curva de juros como o varejo e construção civil. A forte valorização que iniciou entre março e abril continuou neste mês de junho e a performance dos índices de Small Caps, Imobiliário e de Consumo é bem melhor que a do Ibovespa. Alguns fatores explicam o bom momento do mercado de renda variável e o melhor que está por vir. Dentre os mercados emergentes, o Brasil continua apresentando um dos *valuations* (ações baratas) mais atrativos, tem um mercado razoavelmente líquido e com certa segurança geopolítica. Em relação aos mercados desenvolvidos, estamos à frente na redução da inflação/juros, na mudança do ciclo e a pauta fiscal, com o novo arcabouço, deu certa segurança de médio prazo se for efetivamente cumprida. A renovação dos estímulos monetários na China deve favorecer as ações de empresas brasileiras exportadoras de commodities. Por fim, a alocação estrangeira em renda variável brasileira deve aumentar e dar consistência ao movimento de alta. Cabe destacar que nos últimos ciclos de corte de juros, o Ibovespa se valorizou em média 20% após 12 meses do início do afrouxamento monetário.

Dólar fecha em R\$ 4,79 melhor primeiro semestre para o câmbio desde 2016. Cotação da moeda americana já recuou mais de 9% no acumulado do ano até junho. O dólar comercial fechou em queda, no último pregão de junho e do primeiro semestre do ano. O comportamento do câmbio doméstico, assim, reservou volatilidade adicional devido à formação da Ptax de fim de mês. Participantes do mercado enxergaram na sessão algum benefício da retirada de prêmio de risco após o Conselho Monetário Nacional (CMN) não alterar a meta de inflação de 3%. O dólar recuou 5,60% em junho e 9,27% no primeiro semestre, período mais fraco para a moeda americana desde 2016. Diante do viés mais construtivo para o país, houve a leitura de uma possível entrada de fluxo estrangeiro, especialmente pelo comportamento dos juros de longo prazo. Com o início iminente de um ciclo de flexibilização monetária, o interesse do investidor não-residente pelos títulos pré-fixados de longo prazo costuma aumentar. Além disso, a exposição cambial no mercado futuro nos últimos dias indicou um aumento na posição comprada em dólar pelo estrangeiro. Com indicadores americanos que ajudaram a derrubar o dólar no exterior, houve espaço para um ajuste de posições mais favorável ao real.

6.2.1- Desempenho

31/março/2023

BDI	Boletim Diário de Informações		[B] ³
REFERENTE A SEXTA-FEIRA - 31 DE MARÇO DE 2023 - Nº 63			
Fechamento do IBOVESPA: 101.882,00		-1,76%	
Derivativos		Ações	
Contratos com minis	59.022.795	Volume negociado	26.568.361.861
Contratos sem minis	40.152.075	Quantidade de negócios	3.765.014

28/abril/2023

BDI	Boletim Diário de Informações		[B] ³
REFERENTE A SEXTA-FEIRA - 28 DE ABRIL DE 2023 - Nº 81			
Fechamento do IBOVESPA: 104.431,00		+1,46%	
Derivativos		Ações	
Contratos com minis	57.311.426	Volume negociado	24.942.139.919
Contratos sem minis	40.597.004	Quantidade de negócios	3.284.773

31/maio/2023

BDI

Boletim Diário de Informações

[B]³

REFERENTE A QUARTA-FEIRA - 31 DE MAIO DE 2023 - N° 103

Fechamento do IBOVESPA: 108.335,00 -0,57%

Derivativos

Contratos com minis	29.960.960
Contratos sem minis	10.288.216

Ações

Volume negociado	34.232.169.947
Quantidade de negócios	3.355.917

30/junho/2023

BDI

Boletim Diário de Informações

[B]³

REFERENTE A SEXTA-FEIRA - 30 DE JUNHO DE 2023 - N° 124

Fechamento do IBOVESPA: 118.087,00 -0,24%

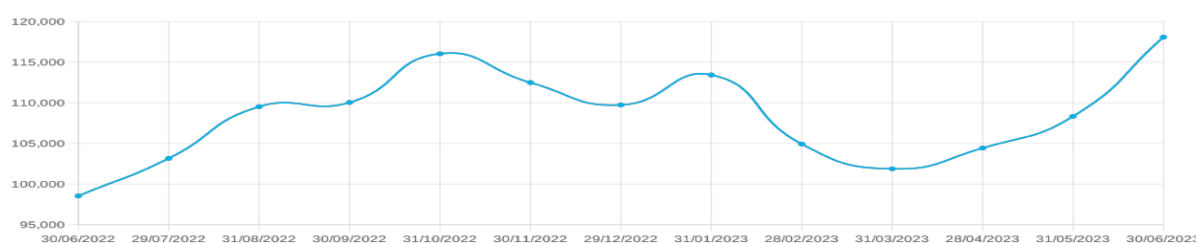
Derivativos

Contratos com minis	59.962.601
Contratos sem minis	41.323.987

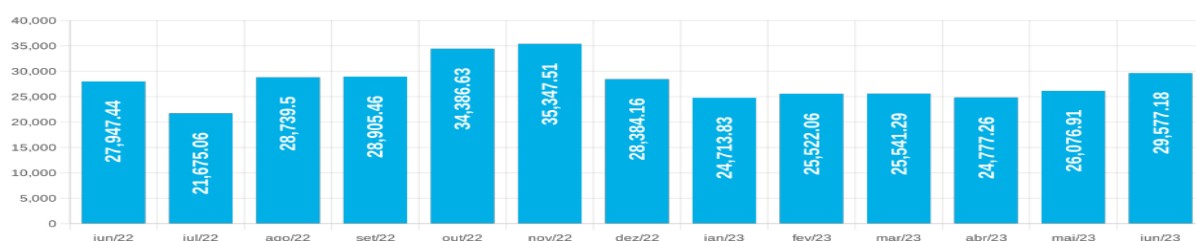
Ações

Volume negociado	32.775.179.928
Quantidade de negócios	4.645.991

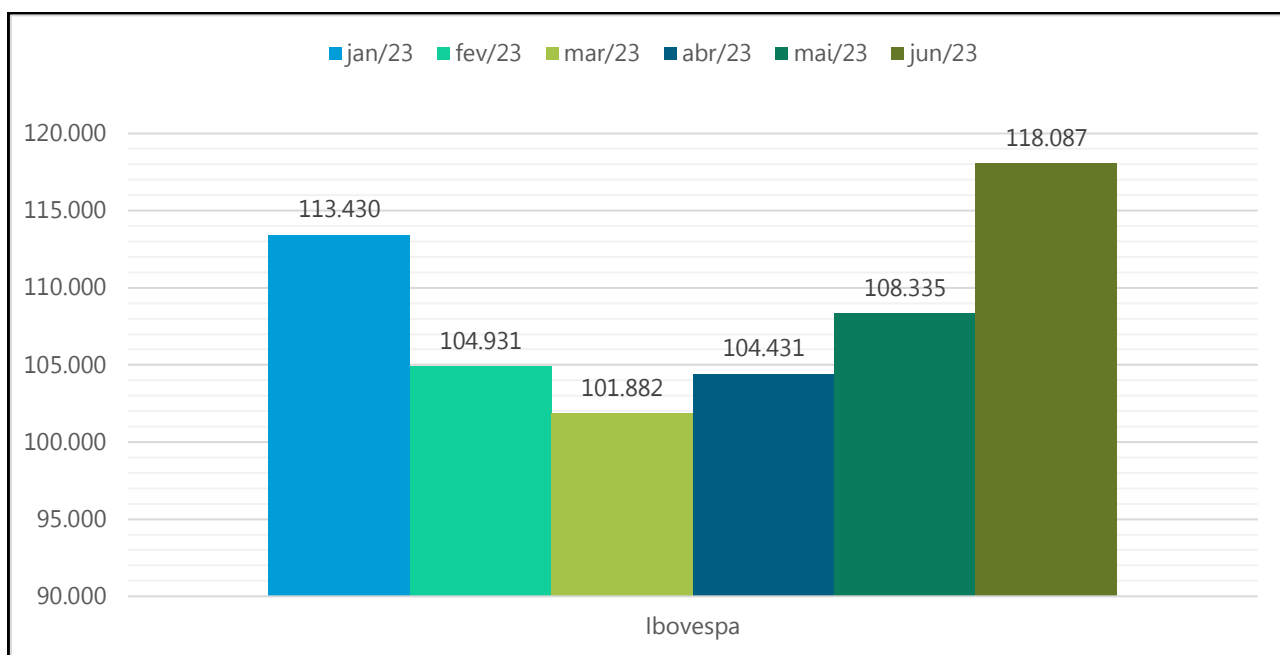
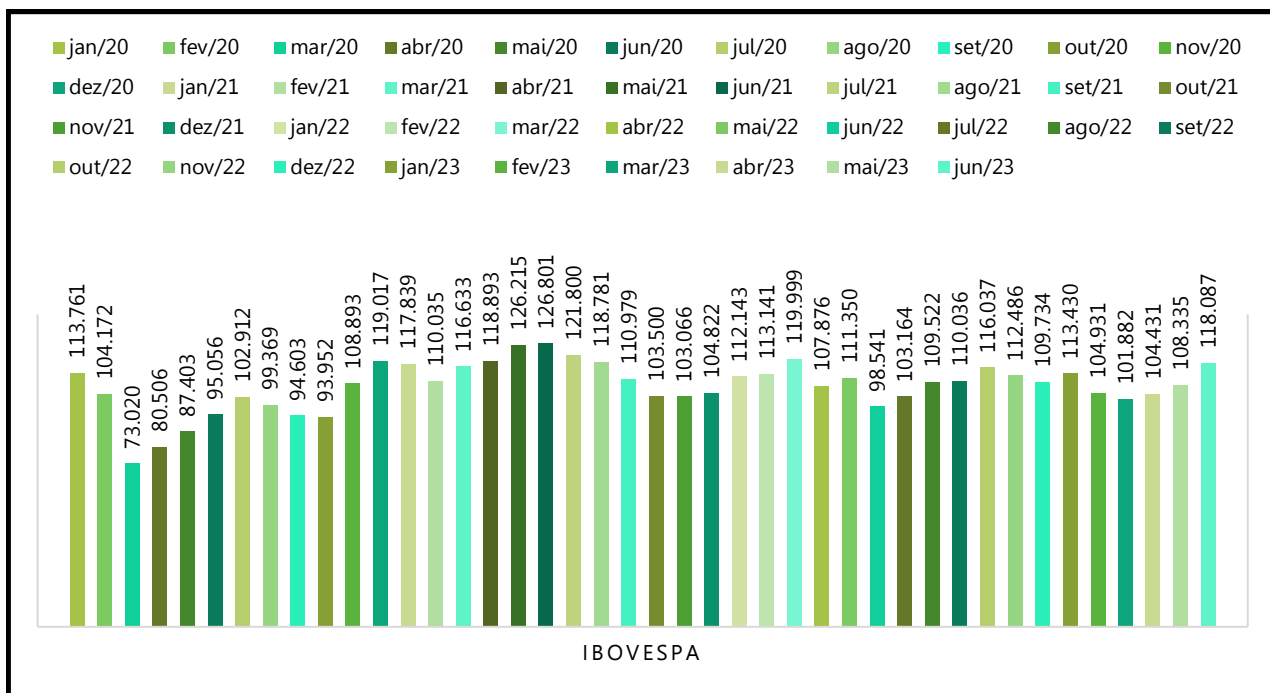
Gráfico dos Índices - IBOVESPA

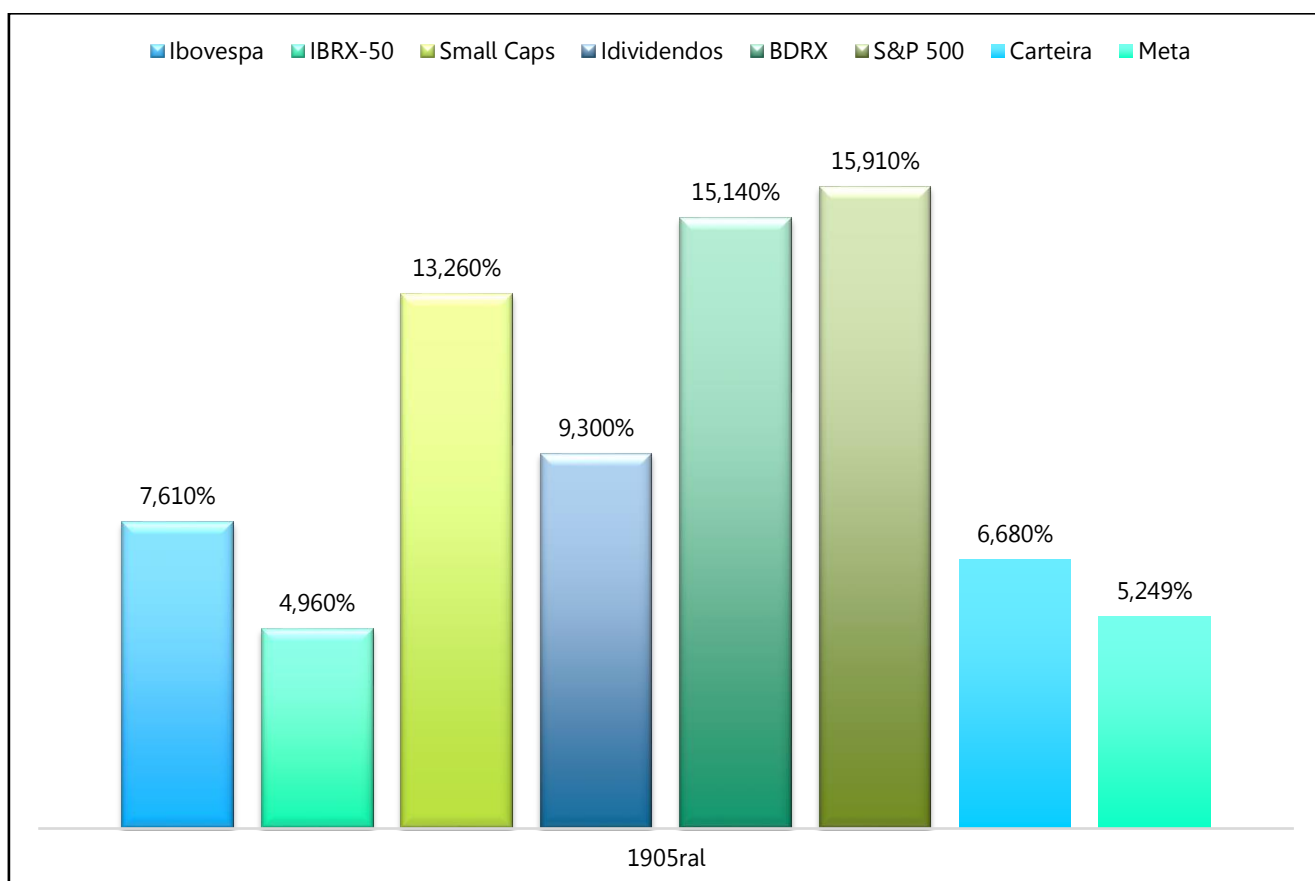
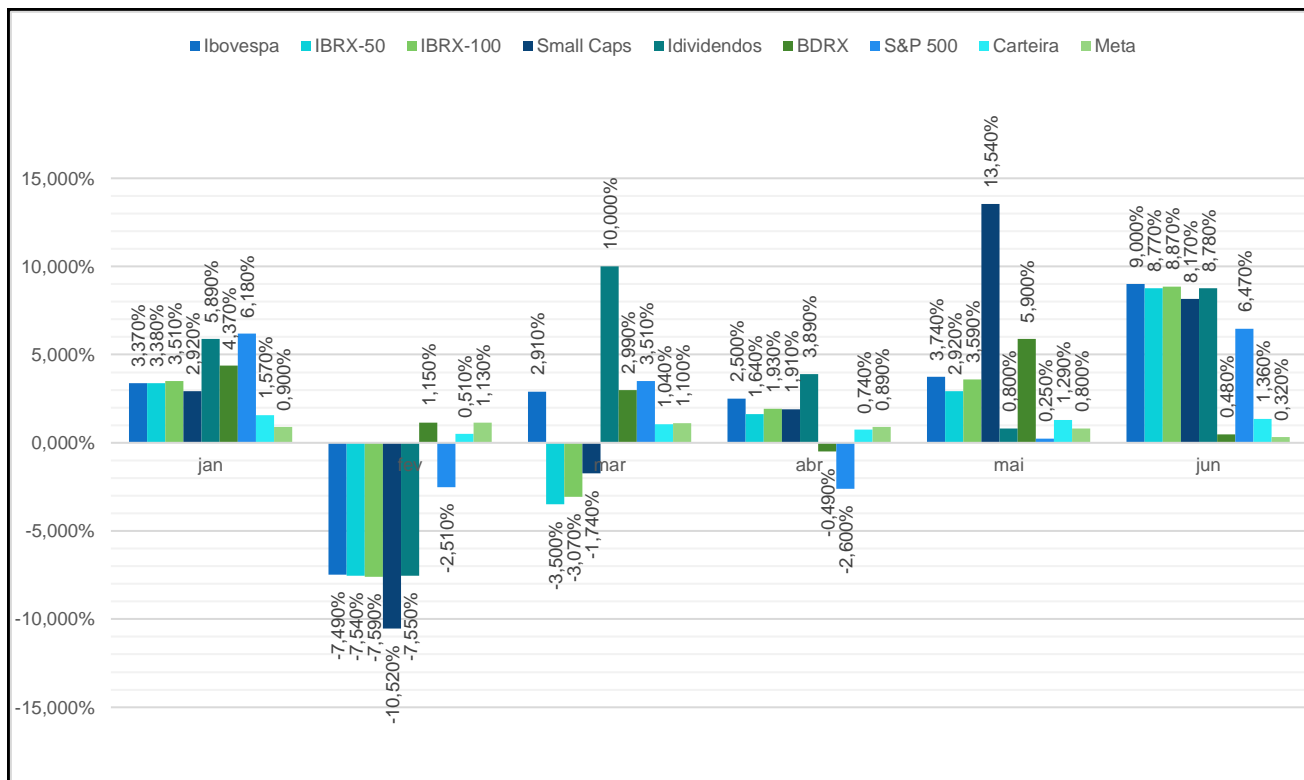


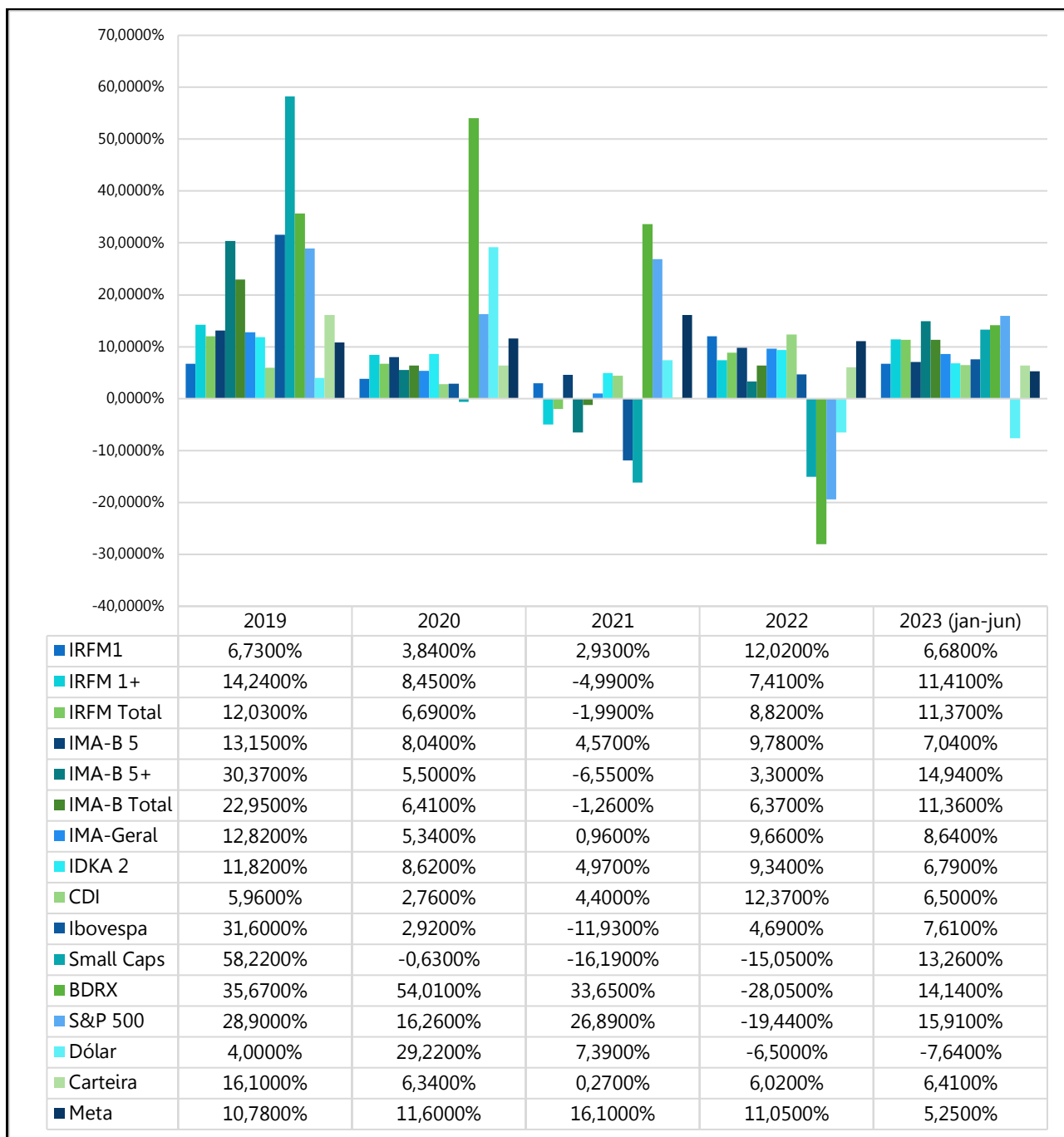
Médias Diárias de Ações – Volume em Um Ano (R\$ em Milhões)



1

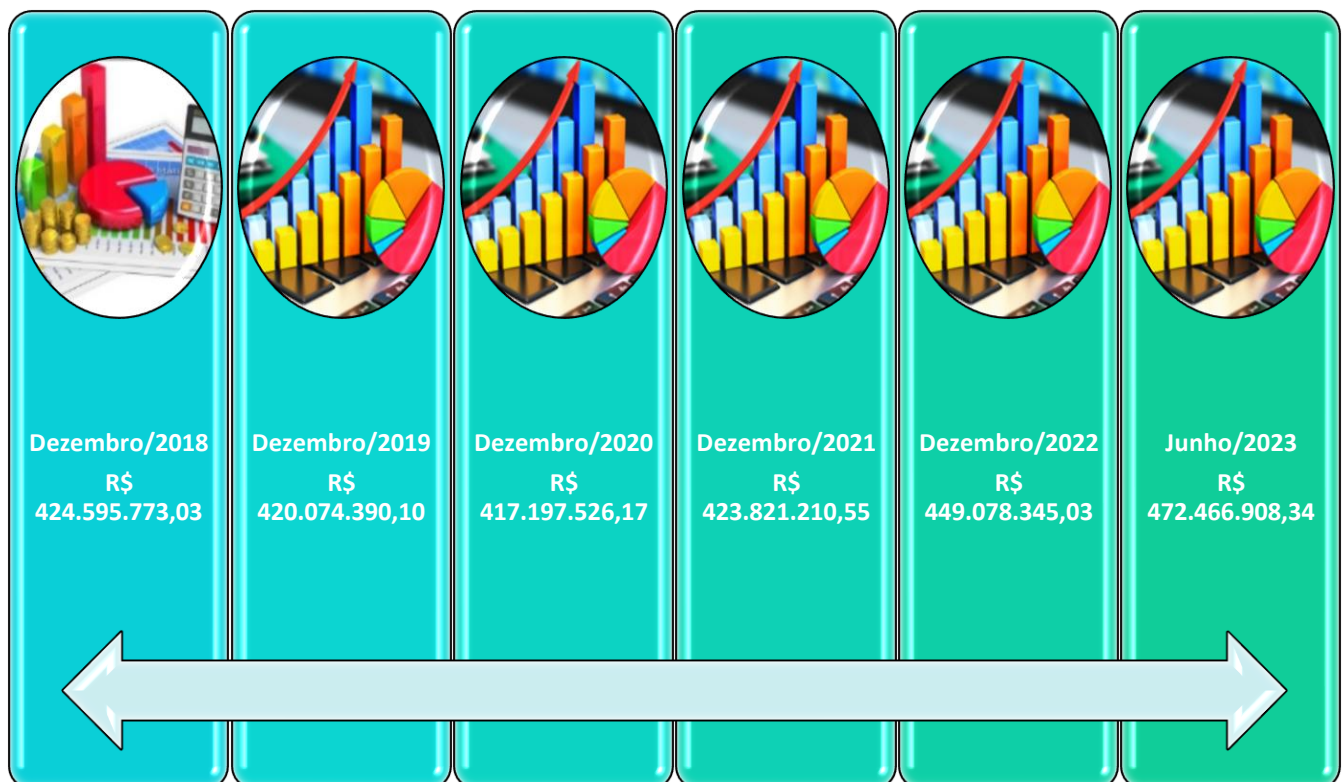
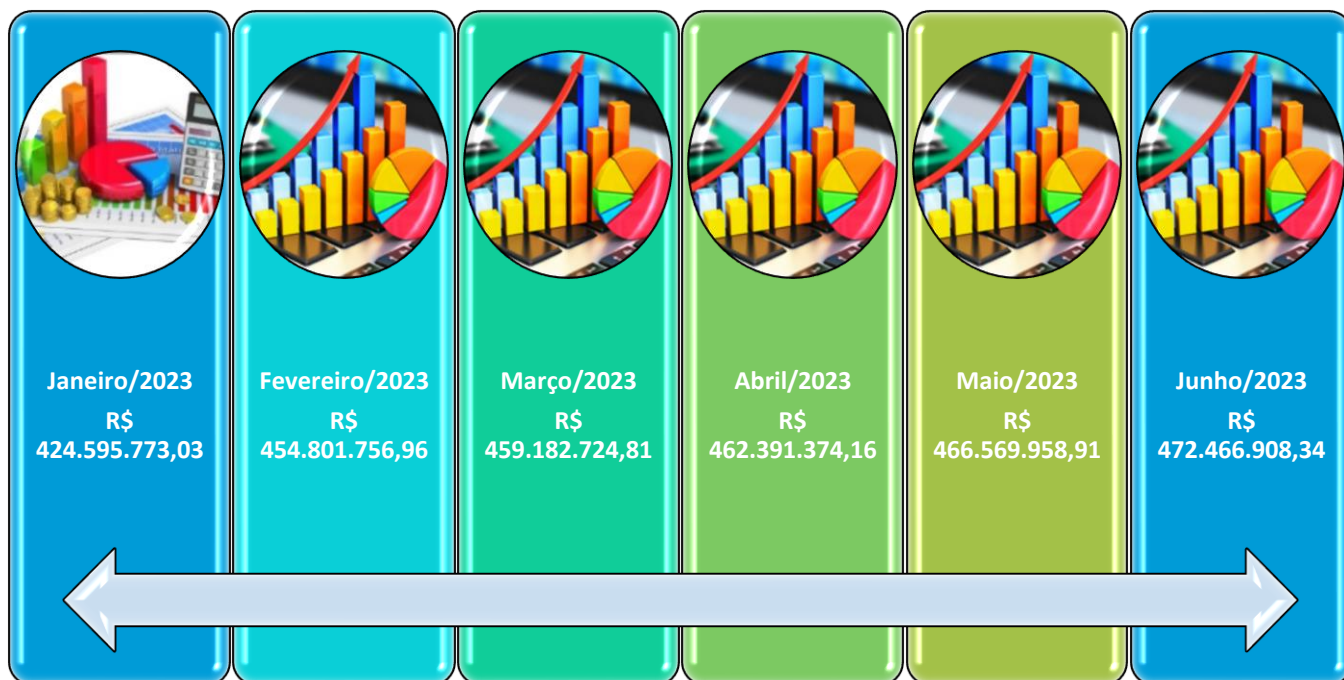




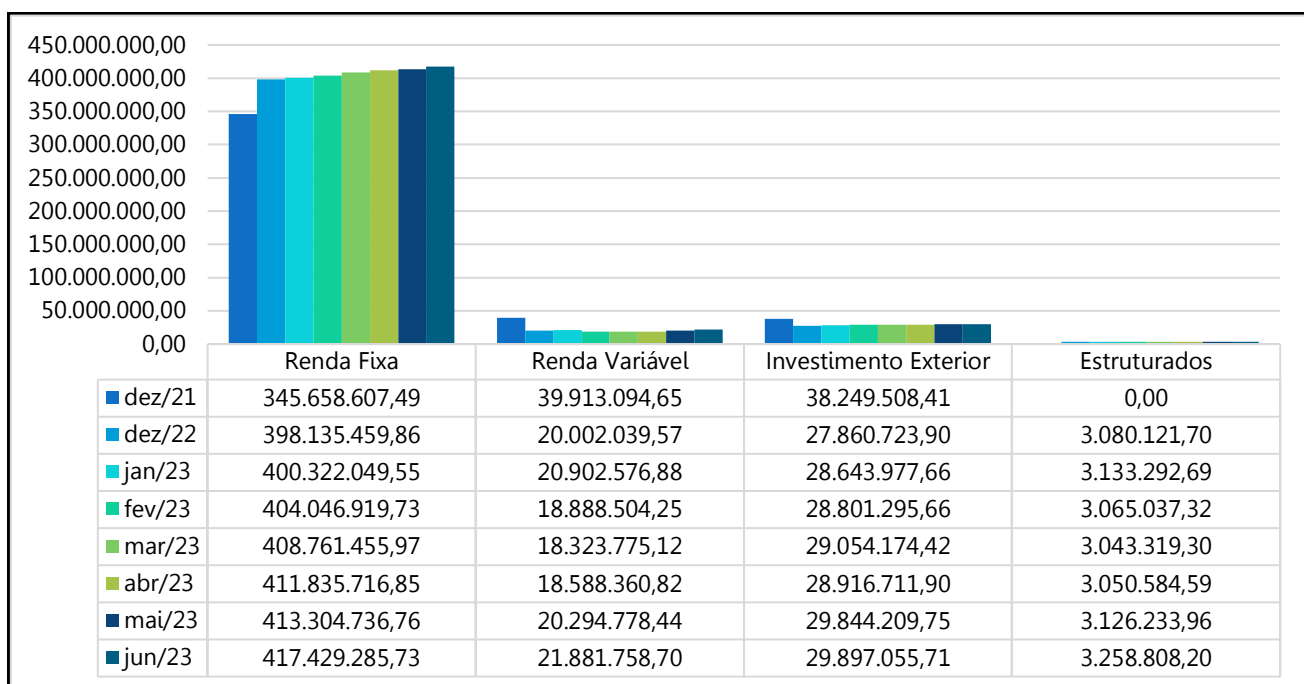


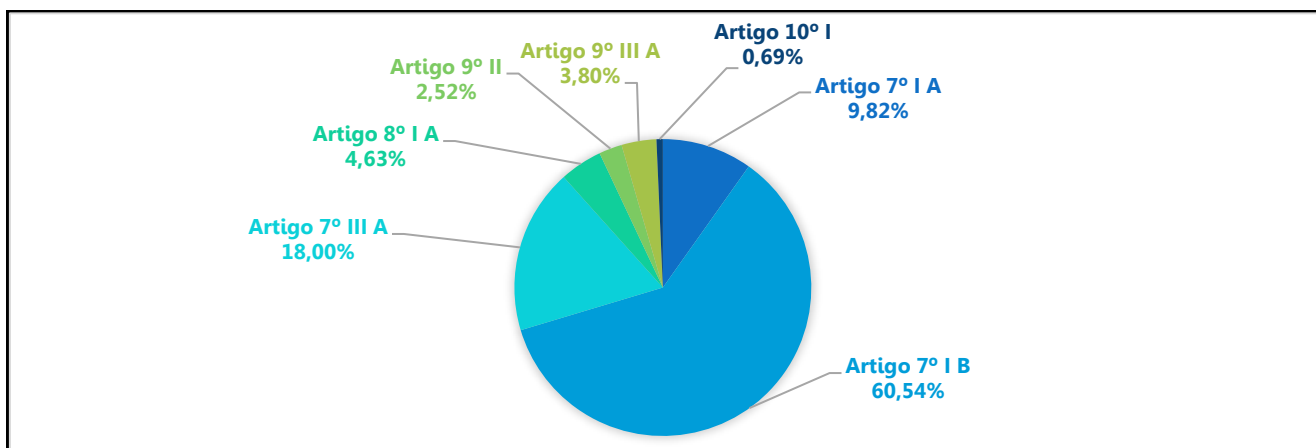
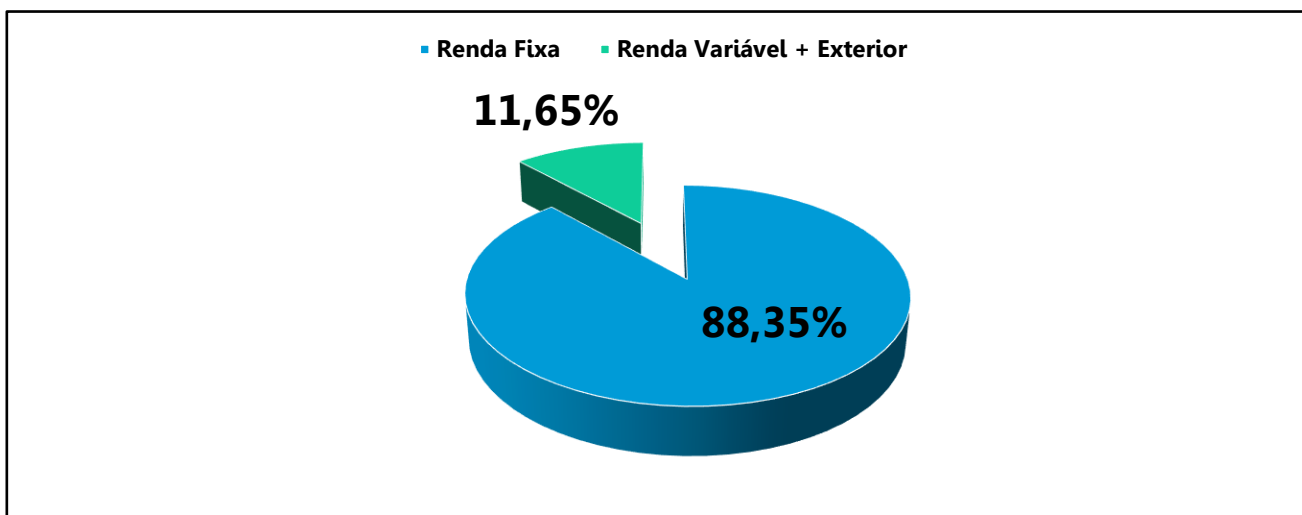
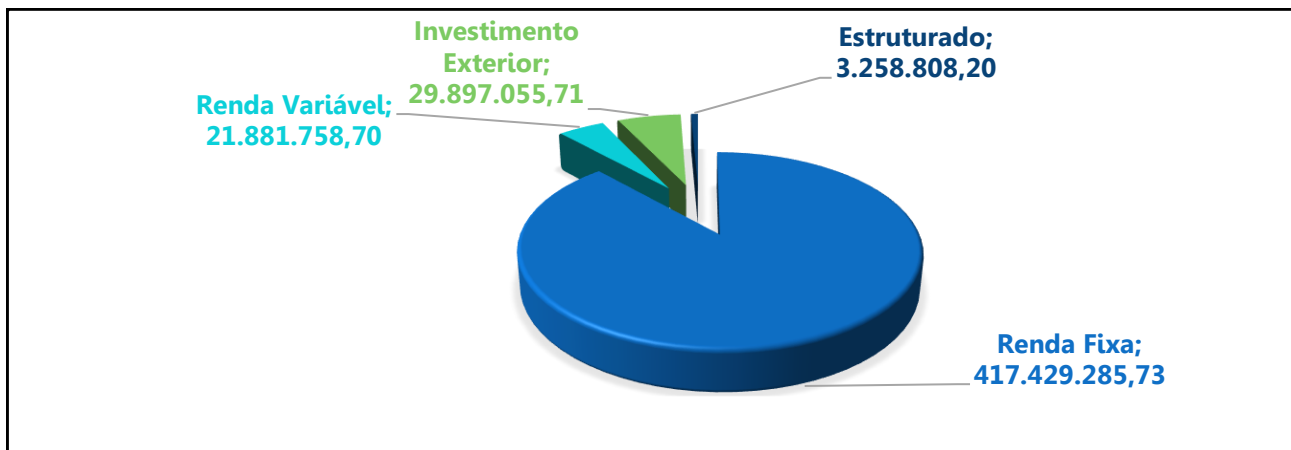
7- Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU apresentou **valorização** no mês de **R\$ 6.336.949,43**.



A composição da carteira de investimentos do IPMU no encerramento do mês atende aos requisitos previstos em Lei e cumpre a **Política Anual de Investimentos – PAI 2023**, elaborada pelos membros do Comitê de Investimentos, aprovada pelos membros do Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal. A carteira de investimentos do IPMU está segregada entre os segmentos de renda fixa (**88,35%**), renda variável (**4,63%**), alocação no investimento no exterior (**6,33%**) e fundos estruturados/multimercado (**0,69%**), dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010 e compatível com os requisitos estabelecidos na Política de Investimentos – PAI 2023. As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de grande volatilidade e as obrigações do Instituto.





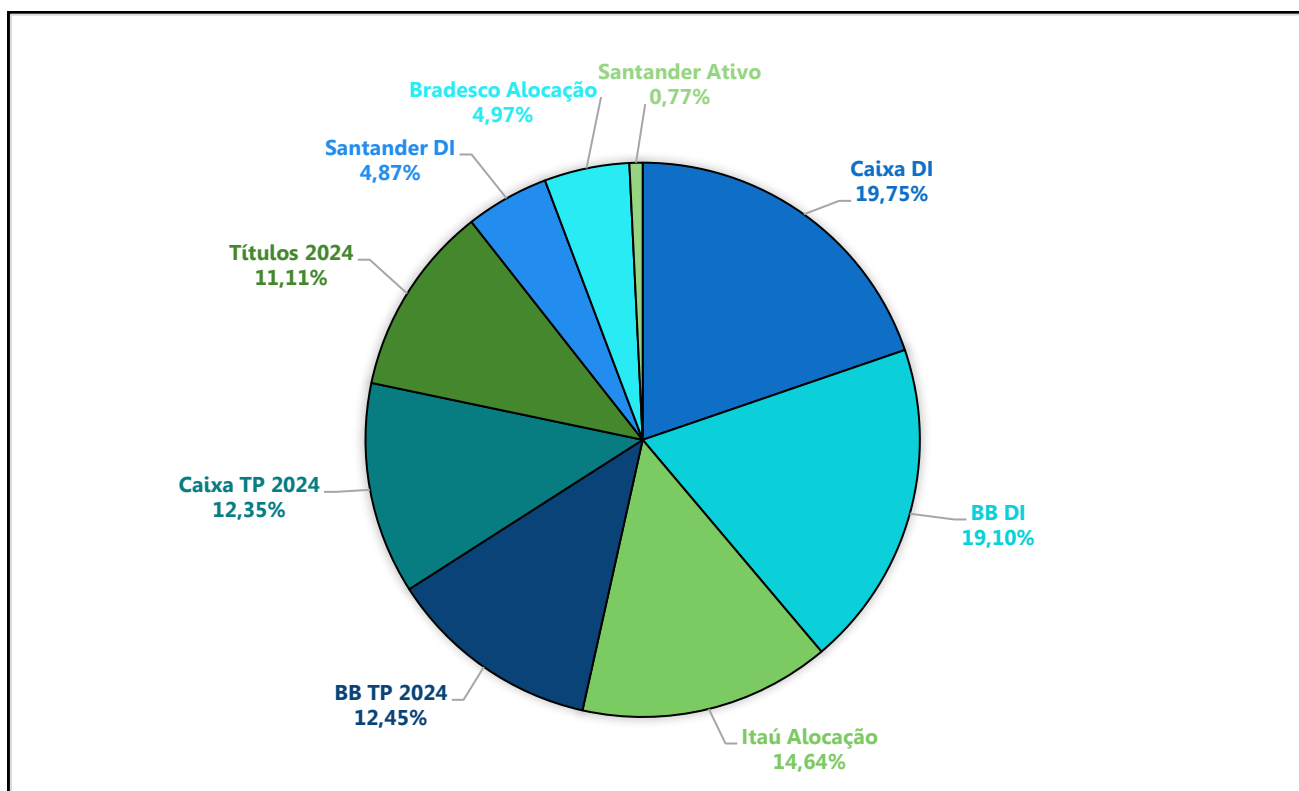
Os investimentos do IPMU demonstram uma “gestão moderada”, com exposição em fundos compostos por 100% títulos públicos, diversificados em vértices de curto, médio e longo prazo.

Os investimentos em **Renda Fixa** estão diversificados, com concentração em maior volume em “IPCA” seguido de “IMA-B Total”. De forma geral, apresentando resultados compatíveis com o desempenho do mercado.

A maioria dos fundos de **Renda Fixa (08 fundos)** da carteira de investimentos do IPMU são fundos “renda fixa ativa”, onde o gestor pode atuar de forma mais abrangente, comprando e vendendo títulos públicos ou privados dos mais variados vértices. O Comitê de Investimentos tem acompanhado de perto o desempenho desses fundos, de forma que aquele que apresente melhor desempenho receba novos aportes, enquanto aqueles que apresentem desempenho ruim sejam alvo de resgates.

Ordem	Fundo de Renda Fixa	CNPJ	Resolução 4963/2021	% PL
1	BB Previdenciário Referenciado DI	11.046.645/0001-81	Artigo 7º I B	100%
2	BB Previdenciário RF TP 2024	44.345.590/0001-60	Artigo 7º I B	100%
3	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	Artigo 7º III A	60%
4	Caixa Brasil TP Referenciado DI	05.164.356/0001-84	Artigo 7º I B	100%
5	Caixa Brasil TP 2024	20.139.595/0001-78	Artigo 7º I B	100%
6	Itaú Institucional Alocação Dinâmica	21.838.150/0001-49	Artigo 7º I B	100%
7	Santander RF Títulos Públicos Premium	09.577.447/0001-00	Artigo 7º I A	100%
8	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º III A	60%
9	Carteira de Títulos Públicos 2024		Artigo 7º I A	100%

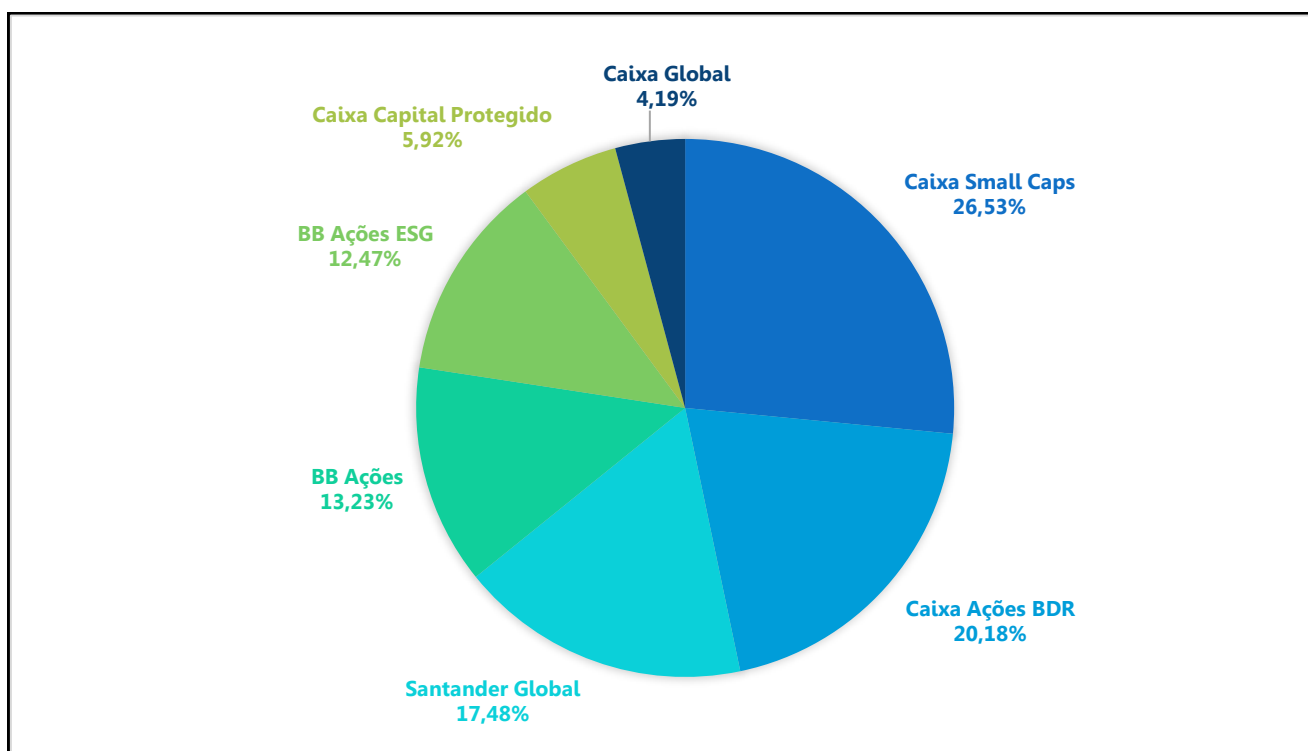
Comparativo em relação ao valor total da Carteira no Segmento de Renda Fixa: **R\$ 417.466.908,34**



Os investimentos em **Renda Variável (7 fundos)** estão distribuídos em “Small Caps”, “BDR” e “Estruturados/Multimercado”. A aplicação neste segmento de investimentos vem evoluindo ao longo dos anos, pensando em um horizonte de médio e longo prazo, estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos, elevou a aplicação no segmento de **0,00%** do PL em 2019 para **7,18%** do PL no final de 2020, em **18,44%** do PL em 2021 e **11,89%** do PL em 2022. Diante da grande volatilidade do mercado, a estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos foi de manutenção da exposição neste segmento, fechando o mês em **11,65%**.

Ordem	Fundos Renda Variável	CNPJ	Resolução 4963/2021	% PL
1	BB Retorno Total FIC Ações	09.005.805/0001-00	Artigo 8º I	30%
2	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	Artigo 9º III	10%
3	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	Artigo 8º I	30%
4	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	39.528.038/0001-77	Artigo 9º II	10%
5	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	Artigo 9º III	10%
6	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	44.683.343/0001-73	Artigo 10º I	10%
7	Santander Global Equiteis Dólar Master	17.804.792/0001-50	Artigo 9º II	10%

Comparativo em relação ao valor total da Carteira no segmento de Renda Variável: **R\$ 55.037.622,61**

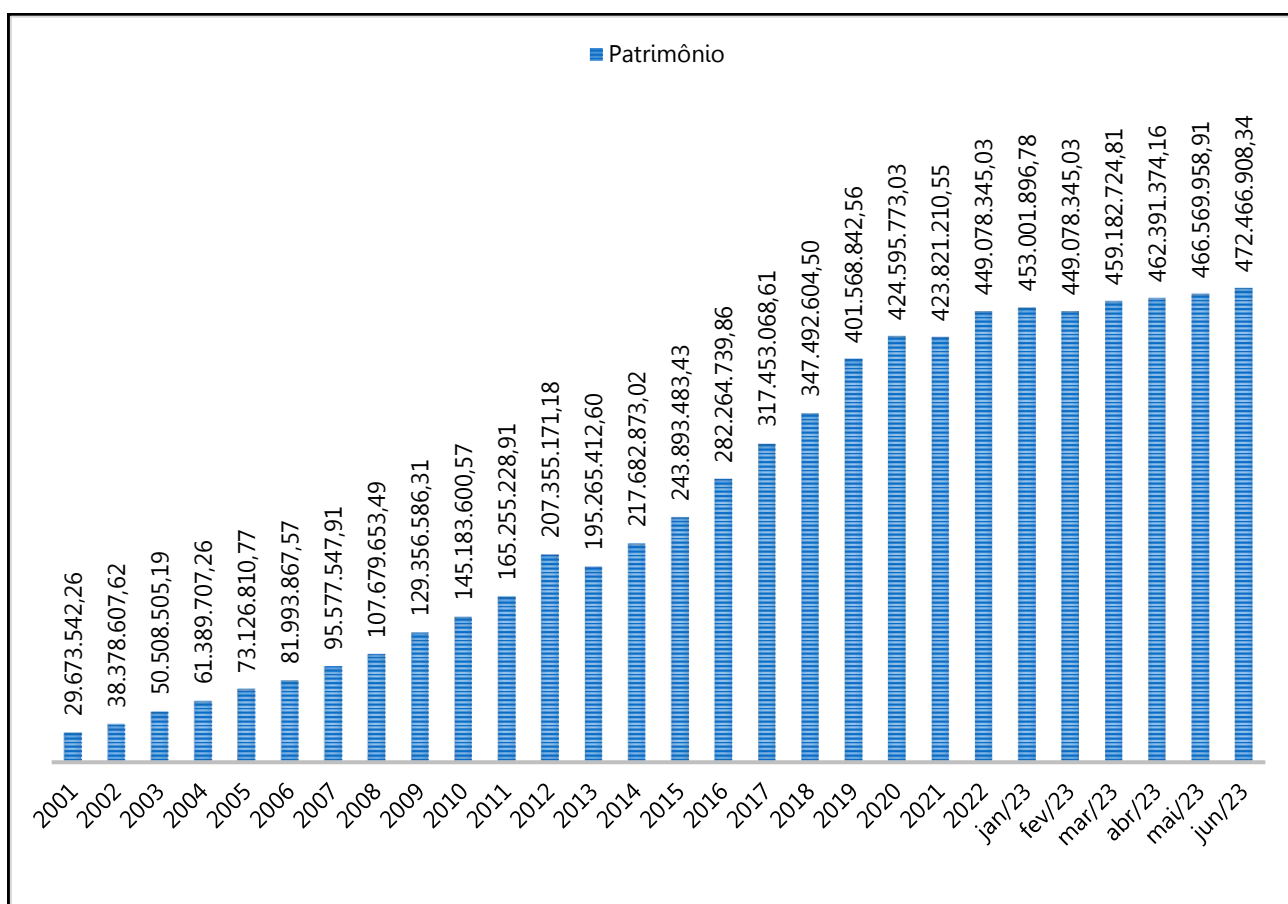


7.1- Evolução da Carteira de Investimentos

A evolução dos investimentos do IPMU dos últimos anos reflete à volatilidade dos mercados financeiros em decorrência do Coronavírus. O ano de 2021 não foi favorável aos investimentos, devido à continuidade das incertezas na recuperação das economias (externa e doméstica) em decorrência da Covid-19 e no cenário doméstico as perspectivas de controle fiscal.

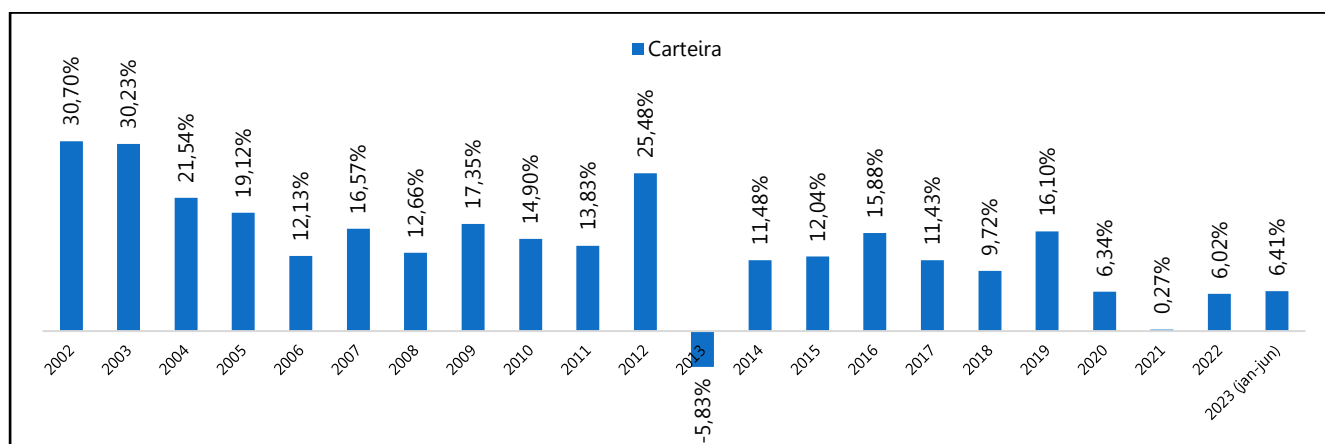
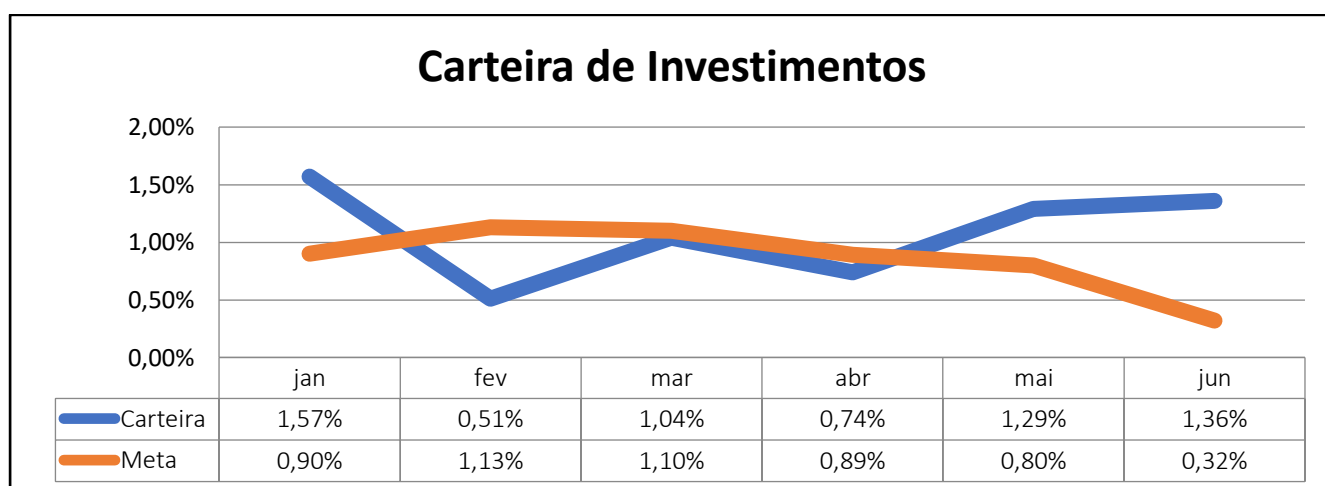
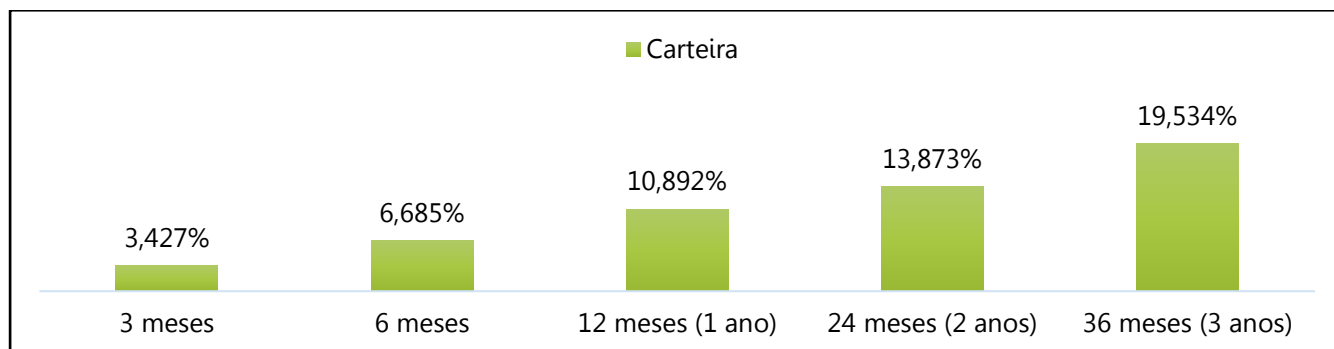
O ano de 2022 iniciou com retração nos investimentos, reflexo da grande volatilidade dos mercados financeiros. De acordo com os analistas, existe a possibilidade de haver novos períodos de retração no patrimônio do IPMU, reproduzindo a volatilidade dos mercados, considerando que a carteira de investimentos apresenta exposição em ativos de alta volatilidade, principalmente os que apresentam vértices mais longos. Com a diversificação nos ativos que compõem os investimentos do IPMU, as retrações poderão ser menores, com a possibilidade de rápida recuperação, mesmo que de forma gradual.

Iniciamos 2023 ainda com incertezas no horizonte, mas o mês de **junho/2023** apresentou resultados positivos, com elevação o patrimônio.



7.2- Retorno da Carteira de Investimentos

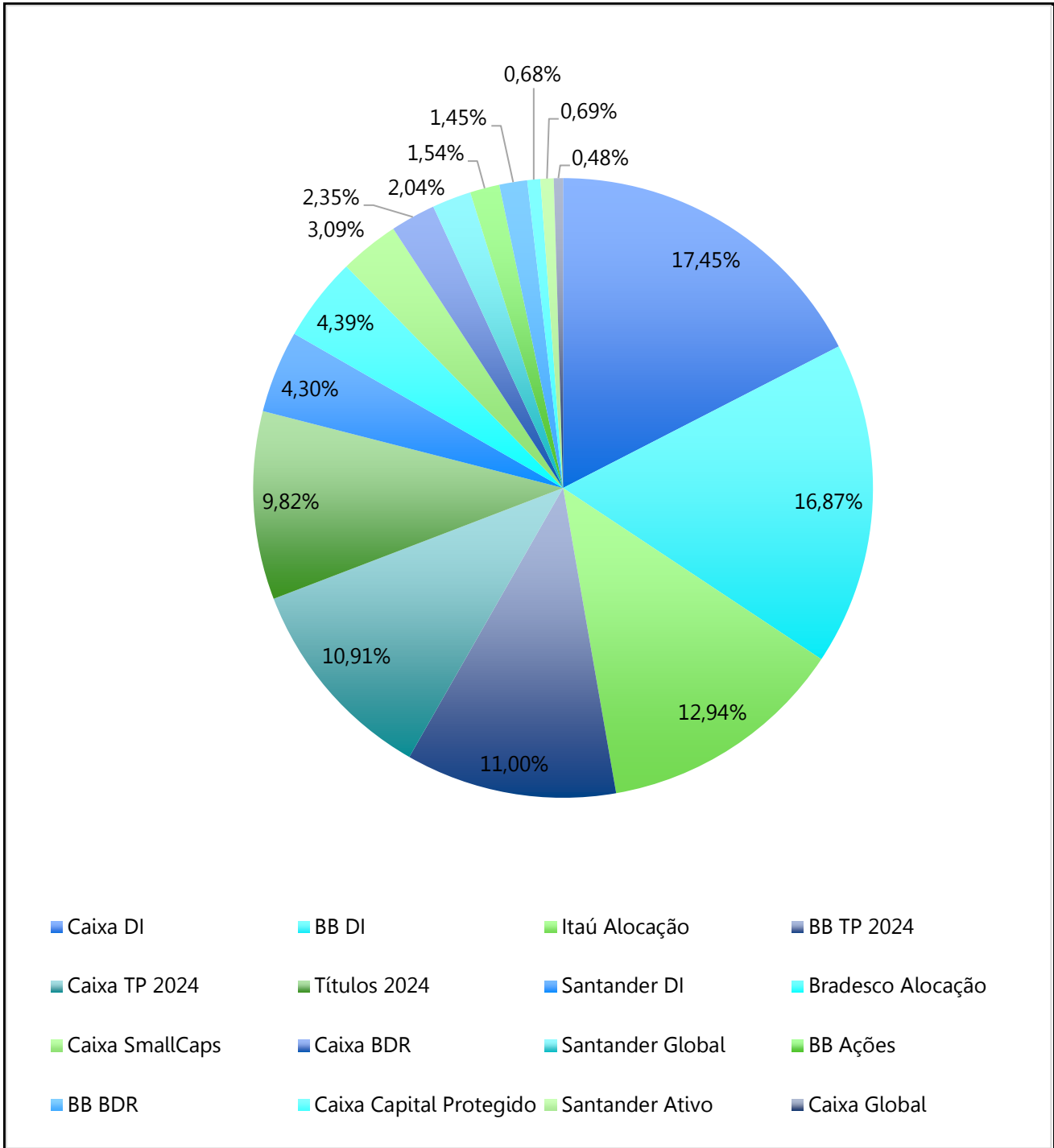
O retorno acumulado na carteira de investimentos do IPMU em 2020 não superou a “meta atuarial” devido as conjunturas dos mercados financeiros que foram fortemente afetados pela pandemia do Covid 19. Esta situação permaneceu em 2021 e 2022. Em 2023, o retorno dos investimentos no mês de **janeiro foi de 1,57%, fevereiro de 0,51%, março de 1,04%, abril de 0,74%, maio de 1,29% e junho de 1,36%**. No consolidado do período a rentabilidade nominal da “carteira de investimentos” foi de **6,41%**, percentual **superior** em relação a “meta atuarial” do período, que foi de (INPC + 5,15% a.a) de **5,25%** refletindo ainda grande volatilidade do mercado financeiro, em especial nos investimentos no exterior.



7.3- Composição da Carteira de Investimentos

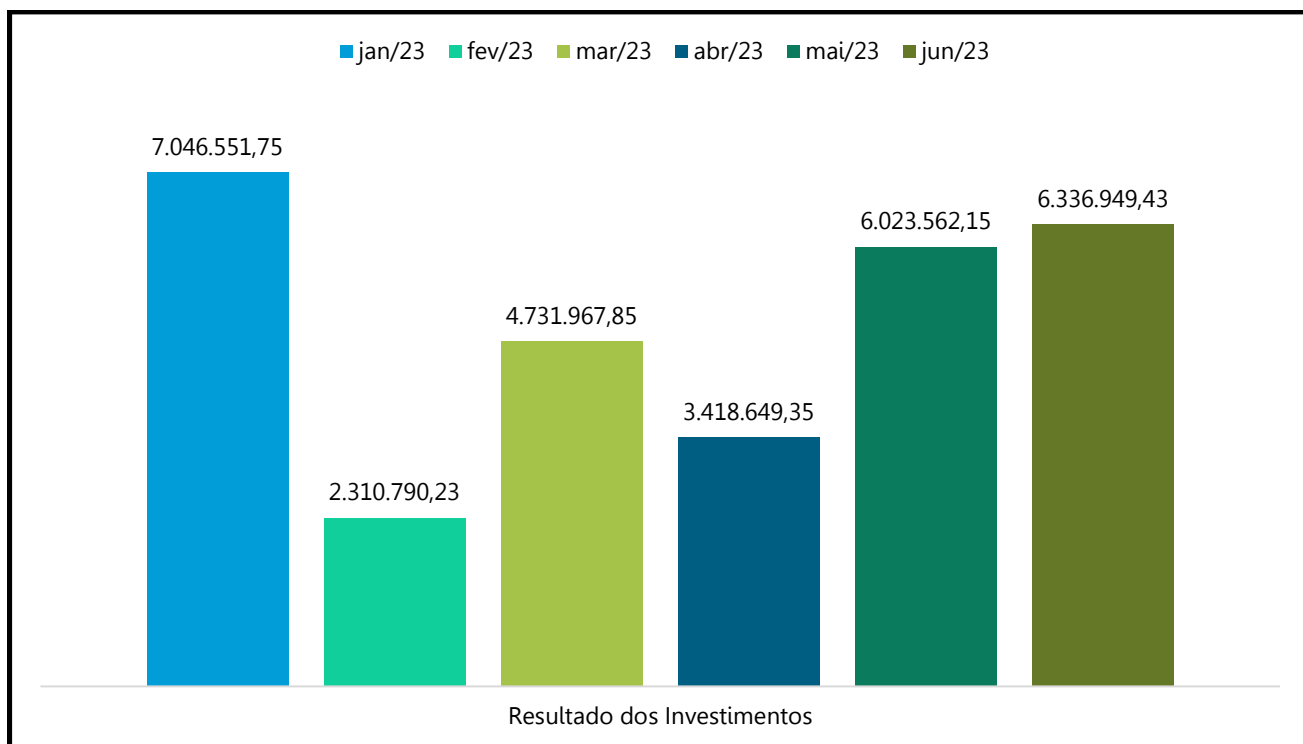
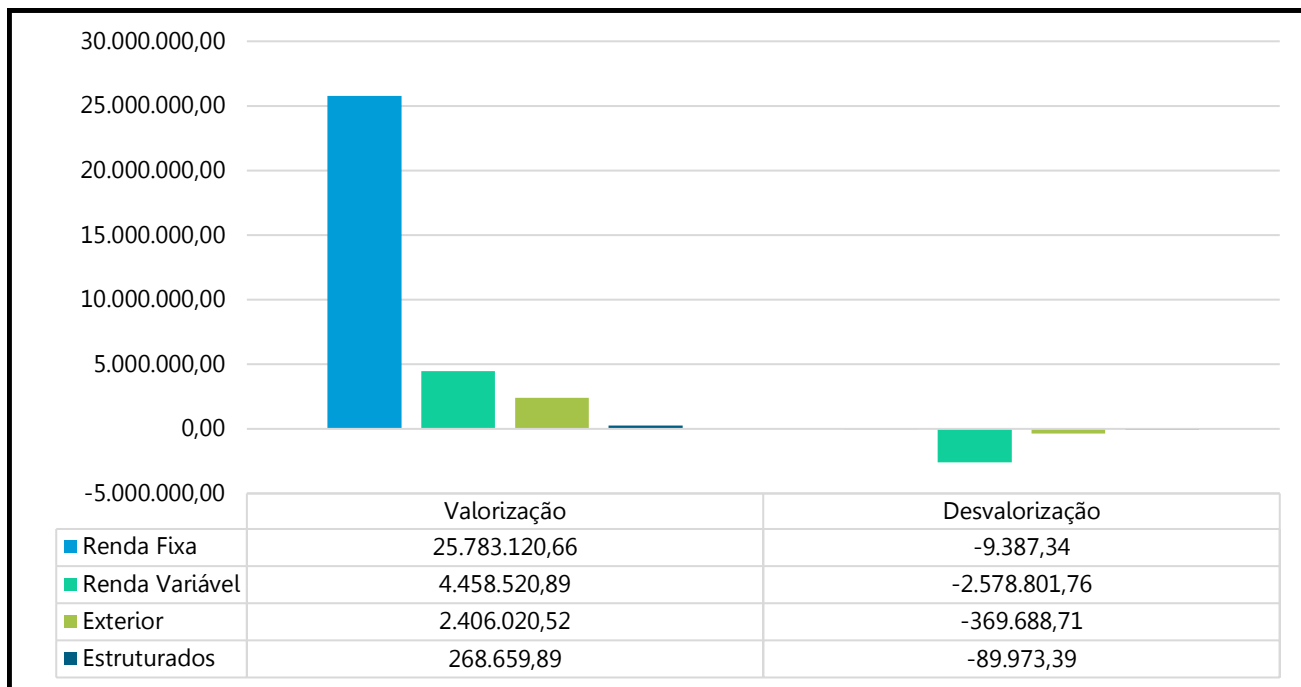
A Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU é composta por **15 (quinze)** fundos de investimentos e por **01** Carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024.

Ordem	Fundo	CNPJ	Resolução 4963/2021
1	BB Previdenciário Renda Fixa Referenciado DI	11.046.645/0001-81	Artigo 7º I B
2	BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos 2024	44.345.590/0001-60	Artigo 7º I B
3	BB Retorno Total FIC Ações	09.005.805/0001-00	Artigo 8º I
4	BB Ações ESG Globais	22.632.237/0001-28	Artigo 9º III
5	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09	Artigo 7º III A
6	Caixa Brasil Renda Fixa Títulos Públicos Referenciado DI	05.164.356/0001-84	Artigo 7º I B
7	Caixa Brasil Títulos Públicos 2024	20.139.595/0001-78	Artigo 7º I B
8	Caixa FI Ações Small Caps	15.154.220/0001-47	Artigo 8º I
9	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	39.528.038/0001-77	Artigo 9º II
10	Caixa Ações BDR Nível I	17.502.937/0001-68	Artigo 9º III
11	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	44.683.343/0001-73	Artigo 10º I
12	Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	00.832.435/0001-00	Artigo 7º III A
13	Santander RF Ref. DI Títulos Públicos Premium (150)	09.577.447/0001-00	Artigo 7º I B
14	Santander Ativo Renda Fixa (350)	26.507.132/0001-06	Artigo 7º III A
15	Santander Global Equiteis Dólar Master	17.804.792/0001-50	Artigo 9º II
16	Carteira de Títulos Públicos 2024		Artigo 7º I A



7.4- Rentabilidade da Carteira de Investimentos

O patrimônio do IPMU apresenta variação **positiva** apesar da grande volatilidade dos mercados financeiros:



:: LÂMINA COMPARAÇÃO ATIVOS

30/06/2023

Resumo										Ano	
Nome	Retorno (%)					PL Médio	Aplicação Mínima	Início do Fundo	Taxa de Administração		
	Mês	Ano	06 meses	12 meses	24 meses						
EXTERIOR	0,18	7,31	9,15	9,05	-6,72	-	-	-	-		
MULTIMERCADO	4,24	5,80	5,71	-2,62	-	-	-	-	-		
Portfólio Carteira IPMU 2023	1,36	6,41	6,61	10,20	12,03	-	-	-	-		
RENDA FIXA	1,10	6,16	6,30	10,23	16,93	-	-	-	-		
RENDA VARIÁVEL	7,82	9,40	8,70	12,71	-21,92	-	-	-	-		
art. 10 I - res. 4963_2021	4,24	5,80	5,71	-2,62	-	-	-	-	-		
art. 7 I a - res. 4963_2021	0,95	2,64	2,84	2,65	5,92	-	-	-	-		
art. 7 I b - res. 4963_2021	1,04	6,49	6,62	10,44	19,44	-	-	-	-		
art. 7 III a - res. 4963_2021	1,39	7,22	7,34	14,01	19,59	-	-	-	-		
art. 8 I - res. 4963_2021	7,82	9,40	8,70	12,71	-21,92	-	-	-	-		
art. 9 II - res. 4963_2021	-0,77	1,44	2,60	5,85	-14,78	-	-	-	-		
art. 9 III - res. 4963_2021	0,82	11,60	13,97	11,28	-0,72	-	-	-	-		
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	1,38	7,15	9,14	8,68	-1,76	R\$ 654.047.375,94	R\$ 0,00	29/12/2015	1,00%		
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	7,40	2,75	2,13	4,63	-29,08	R\$ 844.023.030,54	R\$ 0,00	02/10/2007	1,00%		
BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,08	6,49	6,59	13,58	23,48	R\$ 28.413.496.966,11	R\$ 10.000.000,00	15/03/2010	0,10%		
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,05	6,98	7,07	11,38	22,76	R\$ 2.964.843.989,43	R\$ 300.000,00	23/01/2014	0,15%		
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93	5,56	5,76	8,58	-	R\$ 3.166.294.617,55	R\$ 100.000,00	24/01/2022	0,20%		
BRANDESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,01	9,45	9,60	14,56	19,72	R\$ 698.273.895,50	R\$ 50.000,00	28/12/2017	0,40%		
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,13	6,55	6,66	13,58	23,57	R\$ 16.190.585.766,61	R\$ 0,00	10/02/2006	0,20%		
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	4,24	5,80	5,71	-2,62	-	R\$ 111.800.568,74	R\$ 5.000,00	10/01/2022	0,90%		
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	0,47	14,53	17,18	12,95	-0,23	R\$ 1.999.299.459,37	R\$ 0,00	24/06/2013	0,70%		
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,75	3,21	4,10	4,82	-22,54	R\$ 79.814.942,62	R\$ 25.000,00	11/11/2020	1,00%		
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	8,03	13,04	12,31	17,22	-28,89	R\$ 561.821.822,03	R\$ 0,00	01/11/2012	1,50%		
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,17	6,46	6,57	13,79	24,72	R\$ 4.257.869.607,77	R\$ 1,00	02/10/1995	0,18%		
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	1,78	7,75	7,88	12,99	20,58	R\$ 282.123.586,53	R\$ 50.000,00	09/05/2017	0,40%		
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,78	1,02	2,24	6,11	-12,82	R\$ 848.128.247,36	R\$ 50.000,00	09/09/2013	1,00%		
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,15	6,37	6,48	13,65	24,23	R\$ 3.094.542.782,64	R\$ 500.000,00	27/11/1997	0,20%		
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,08	6,45	6,56	13,50	23,29	R\$ 7.261.951.107,30	R\$ 100,00	24/11/2008	0,20%		
Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	0,32	5,26	5,36	8,34	27,49	-	-	-	-		
NTN-B 760199 20240815*	0,95	2,64	2,84	2,65	5,92	-	-	-	-		
INPC	-0,10	2,69	2,75	3,03	15,31	-	-	-	-		

Retorno Mensal (%)												
Nome	jun/23	mai/23	abr/23	mar/23	fev/23	jan/23	dez/22	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22
EXTERIOR	0,18	3,21	-0,47	0,88	0,55	2,81	-3,66	6,85	2,89	-6,57	-3,65	7,37
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	55,52	400,46	-53,09	79,65	48,51	311,89	-323,08	876,68	331,22	-6.701,58	-2.466,37	-4.023,50
MULTIMERCADO	4,24	2,48	0,24	-0,71	-2,18	1,73	-1,01	-0,07	-3,29	-5,13	0,39	0,79
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	1.329,63	309,61	26,79	-64,28	-192,42	191,51	-88,91	-9,32	-377,92	-5.234,48	260,42	-429,40
Portfólio Carteira IPMU 2023	1,36	1,32	0,74	1,04	0,22	1,57	0,59	0,12	2,11	-0,15	0,06	0,80
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	425,92	164,83	83,45	94,18	19,33	174,18	52,17	15,30	241,74	-154,38	42,98	-434,64
RENDA FIXA	1,10	0,80	0,80	1,25	0,73	1,33	1,11	0,28	1,84	0,49	-0,18	0,12
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	345,60	99,37	89,85	113,50	64,09	148,10	98,05	35,99	210,82	496,38	-119,26	-65,87
RENDA VARIÁVEL	7,82	9,18	1,44	-2,99	-9,64	4,50	-2,95	-10,47	6,78	-2,26	9,99	4,75
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	2.451,77	1.146,14	162,01	-271,23	-851,11	499,47	-260,26	-1.340,77	778,31	-2.307,93	6.754,22	-2.591,69

:: LÂMINA COMPARAÇÃO ATIVOS

30/06/2023

art. 10 I - res. 4963_2021	4,24	2,48	0,24	-0,71	-2,18	1,73	-1,01	-0,07	-3,29	-5,13	0,39	0,79
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	1.329,63	309,61	26,79	-64,28	-192,42	191,51	-88,91	-9,32	-377,92	-5.234,48	260,42	-429,40
art. 7 I a - res. 4963_2021	0,95	0,01	0,53	1,29	-1,55	1,41	1,34	-0,50	1,91	0,50	-3,03	-0,31
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	297,61	1,08	59,23	117,41	-136,73	156,06	118,19	-63,88	219,42	512,83	-2.050,65	168,80
art. 7 I b - res. 4963_2021	1,04	0,74	0,79	1,22	1,09	1,45	1,10	0,24	2,10	0,27	-0,11	-0,05
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	326,25	92,20	88,11	110,23	95,95	161,33	97,06	30,97	240,83	270,90	-73,58	27,96
art. 7 III a - res. 4963_2021	1,39	1,42	1,01	1,35	0,84	1,00	1,03	0,74	1,07	1,15	1,22	0,83
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	437,13	177,75	112,91	122,77	74,12	111,02	91,30	95,38	123,30	1.177,90	827,06	-455,27
art. 8 I - res. 4963_2021	7,82	9,18	1,44	-2,99	-9,64	4,50	-2,95	-10,47	6,78	-2,26	9,99	4,75
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	2.451,77	1.146,14	162,01	-271,23	-851,11	499,47	-260,26	-1.340,77	778,31	-2.307,93	6.754,22	-2.591,69
art. 9 II - res. 4963_2021	-0,77	1,02	-0,23	-1,14	0,51	2,08	-2,01	7,09	3,10	-5,65	-3,15	6,72
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	-241,60	127,25	-25,92	-103,54	45,25	230,20	-177,88	907,48	355,79	-5.761,14	-2.129,23	-3.666,82
art. 9 III - res. 4963_2021	0,82	4,74	-0,64	2,33	0,58	3,35	-4,82	6,68	2,74	-7,21	-3,99	7,82
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	255,80	591,40	-71,99	211,63	50,86	371,51	-426,03	854,92	313,93	-7.352,48	-2.697,68	-4.270,77
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	1,38	3,04	-0,62	1,00	0,31	1,88	-4,87	6,32	4,33	-6,40	-4,11	7,74
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	433,89	379,29	-69,46	90,39	27,05	208,78	-430,16	809,91	496,78	-6.532,73	-2.778,44	-4.224,11
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	7,40	1,99	0,68	-4,98	-8,08	6,69	-2,86	-9,13	6,17	-2,86	8,77	4,33
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	2.319,12	247,85	76,12	-452,15	-713,79	741,90	-252,73	-1.168,65	708,08	-2.918,11	5.926,46	-2.362,59
BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,08	1,14	0,89	1,16	0,93	1,12	1,11	1,01	1,03	1,08	1,17	1,03
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	339,47	142,35	99,73	105,06	81,88	124,33	98,43	129,06	118,60	1.101,30	791,48	-563,36
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,05	1,19	0,95	1,18	0,91	1,50	0,95	0,74	2,24	0,08	-0,14	0,08
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	328,82	148,32	106,68	107,43	80,81	166,49	84,33	94,16	257,40	85,33	-95,46	-42,50
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93	0,00	0,51	1,27	1,34	1,39	1,32	-0,51	1,89	0,49	-0,17	-0,33
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	291,95	-1,12	57,54	115,54	118,66	153,93	116,50	-65,79	217,28	495,12	-116,97	179,29
BRASESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,01	2,19	1,38	2,06	0,91	0,57	0,73	-0,34	1,09	1,29	1,31	0,34
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	629,74	273,56	154,64	186,90	80,04	63,03	64,33	-43,94	124,69	1.314,64	888,41	-186,78
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,13	1,22	0,84	1,14	0,93	1,12	1,09	0,98	1,01	1,09	1,17	1,02
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	353,71	152,84	94,23	103,19	82,13	123,87	96,63	125,20	116,28	1.115,08	793,60	-558,03
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	4,24	2,48	0,24	-0,71	-2,18	1,73	-1,01	-0,07	-3,29	-5,13	0,39	0,79
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	1.329,63	309,61	26,79	-64,28	-192,42	191,51	-88,91	-9,32	-377,92	-5.234,48	260,42	-429,40
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	0,47	5,80	-0,66	3,19	0,75	4,32	-4,79	6,91	1,70	-7,72	-3,92	7,88
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	146,77	724,75	-73,59	289,49	66,22	478,97	-423,30	884,83	195,47	-7.876,09	-2.645,99	-4.300,67
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,75	0,94	-0,62	0,09	0,79	2,76	-1,46	6,86	0,99	-6,19	-3,23	6,46
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	-235,35	117,91	-70,10	7,75	70,12	305,92	-128,50	877,90	113,50	-6.318,25	-2.181,20	-3.526,79
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	8,03	13,18	1,87	-1,83	-10,52	3,30	-2,99	-11,19	7,11	-1,94	10,67	4,98
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	2.518,28	1.645,97	210,38	-165,97	-928,88	366,54	-264,38	-1.432,89	816,22	-1.975,33	7.213,30	-2.719,55
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,17	1,16	0,89	1,12	0,82	1,13	1,13	1,07	1,09	1,12	1,19	1,05
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	366,04	144,87	99,52	101,91	72,62	125,47	99,62	137,22	124,84	1.141,10	804,77	-573,65
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	1,78	1,58	0,93	1,31	0,97	0,93	0,88	0,22	0,88	1,07	0,98	0,63
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	558,94	196,80	104,51	119,07	86,03	103,67	77,52	28,21	100,65	1.093,65	665,43	-343,85
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,78	1,04	-0,14	-1,43	0,45	1,92	-2,14	7,14	3,61	-5,52	-3,13	6,78
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	-243,10	129,49	-15,28	-129,94	39,37	212,45	-189,37	914,39	413,82	-5.626,76	-2.116,68	-3.700,73
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,15	1,19	0,88	1,13	0,81	1,05	1,14	1,05	1,05	1,12	1,21	1,04
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	360,11	148,72	99,05	102,60	71,30	116,44	100,47	134,07	120,45	1.142,76	816,01	-570,31
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,08	1,13	0,88	1,14	0,93	1,12	1,09	1,00	1,03	1,08	1,17	1,02
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	337,74	141,69	99,20	103,64	81,97	123,96	96,55	127,52	118,73	1.102,58	790,85	-557,76

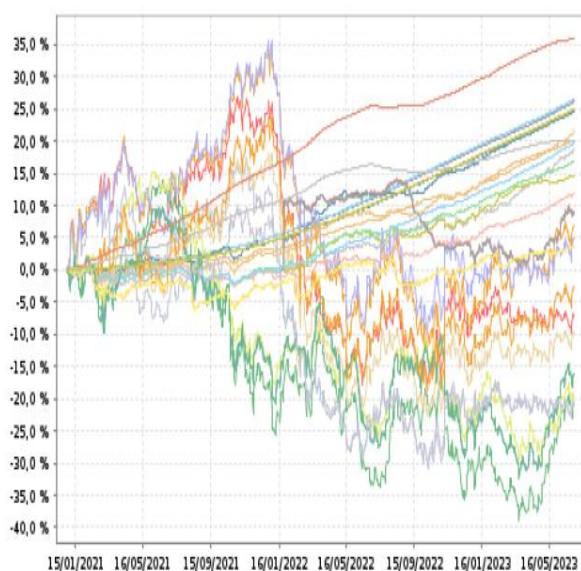
:: LÂMINA COMPARAÇÃO ATIVOS

30/06/2023

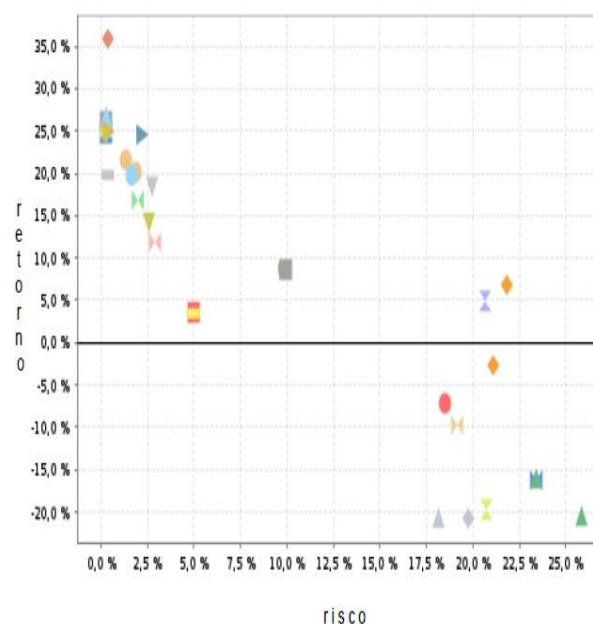
Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	0,32	0,80	0,89	1,10	1,13	0,90	1,13	0,78	0,87	0,10	0,15	-0,18
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
NTN-B 760199 20240815*	0,95	0,01	0,53	1,29	-1,55	1,41	1,34	-0,50	1,91	0,50	-3,03	-0,31
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	297,61	1,08	59,23	117,41	-136,73	156,06	118,19	-63,88	219,42	512,83	-2.050,65	168,80
INPC	-0,10	0,36	0,53	0,64	0,77	0,46	0,69	0,38	0,47	-0,32	-0,31	-0,60
% do Meta Atuarial 2023 - Índice INPC +5,150%	-31,35	44,95	59,47	58,06	68,01	51,03	60,93	48,66	53,95	-326,48	-209,51	327,59
CDI	1,07	1,12	0,92	1,17	0,92	1,12	1,12	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03
Dólar	-5,43	1,90	-1,57	-2,45	2,13	-2,27	-1,44	0,71	-2,77	4,39	-0,18	-0,95
Euro	-3,06	-1,67	-0,07	0,00	-0,26	-0,55	2,14	4,91	-1,75	1,49	-1,53	-3,47
Ibovespa	9,00	3,74	2,50	-2,91	-7,49	3,37	-2,45	-3,06	5,45	0,47	6,16	4,69
IBX	8,87	3,59	1,93	-3,07	-7,59	3,51	-2,63	-3,11	5,57	-0,05	6,15	4,40
IGP-M	-1,93	-1,84	-0,95	0,05	-0,06	0,21	0,45	-0,56	-0,97	-0,95	-0,70	0,21

Gráficos

Retorno Acumulado - 31/12/2020 a 30/06/2023 (diária)



Risco x Retorno - 31/12/2020 a 30/06/2023 (diária)



8. – Controle de Risco

O risco está associado ao grau de incerteza sobre um investimento no futuro, havendo diversas formas de mensurá-lo. Em geral, há uma forte relação entre o risco e o retorno de um ativo: quanto maior o risco, maior a probabilidade de um retorno (ou perda) mais elevado.

Qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de riscos que podem afetar adversamente o seu retorno. Dessa forma, os responsáveis pela gestão financeira dos recursos do IPMU devem exercer o acompanhamento e controle sobre esses riscos.

Com relação ao risco de mercado (risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro) corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimentos, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado (taxa de juros, preços de ações e outros índices). É ligado às oscilações do mercado financeiro.

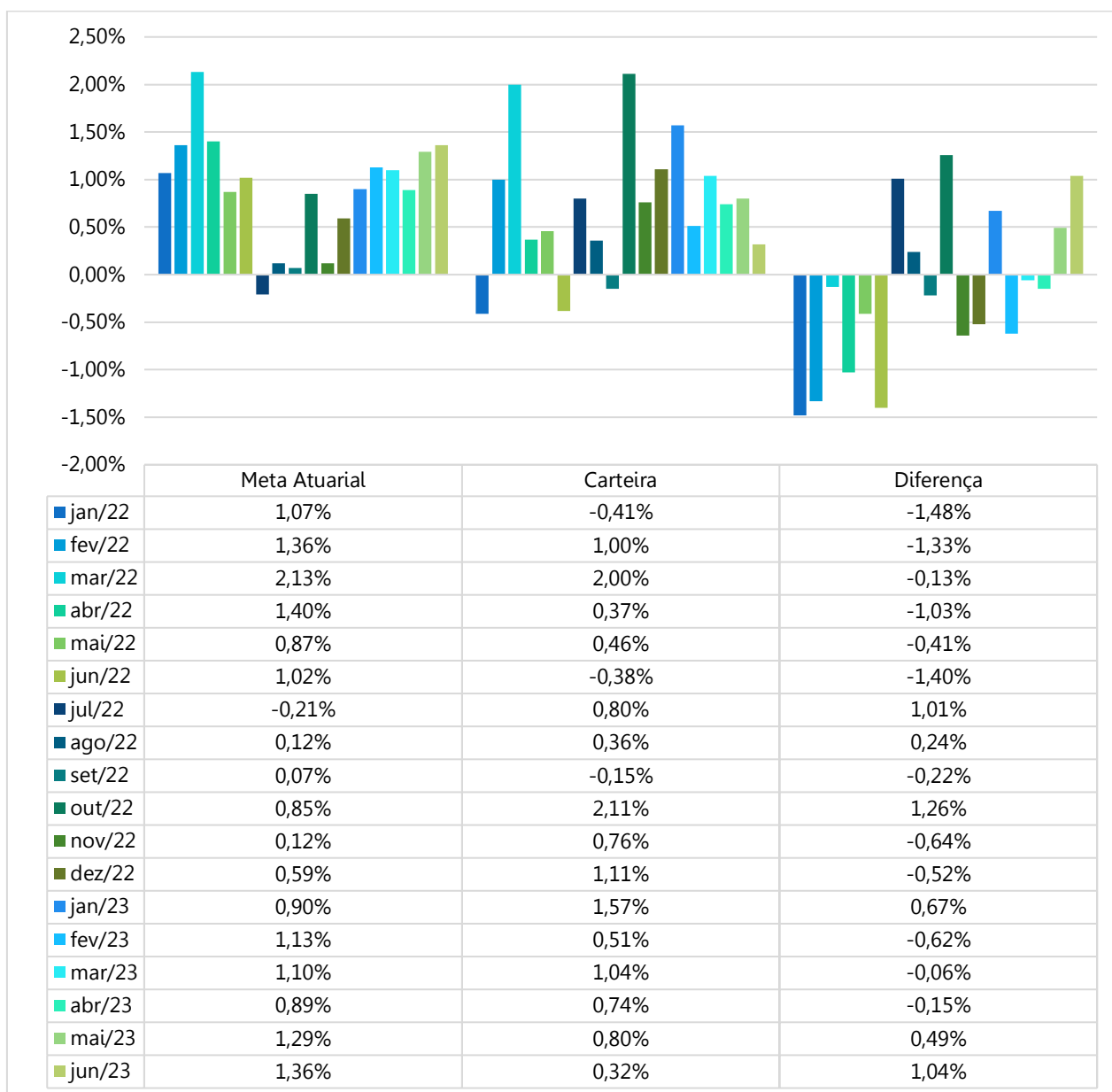
Apesar de todas as aplicações possuírem certo grau de risco, que pode ou não ser equivalente ao retorno pretendido, é possível tomar algumas medidas visando a redução do risco da carteira ao mesmo tempo em que potencializa os retornos, como, por exemplo, diversificando.

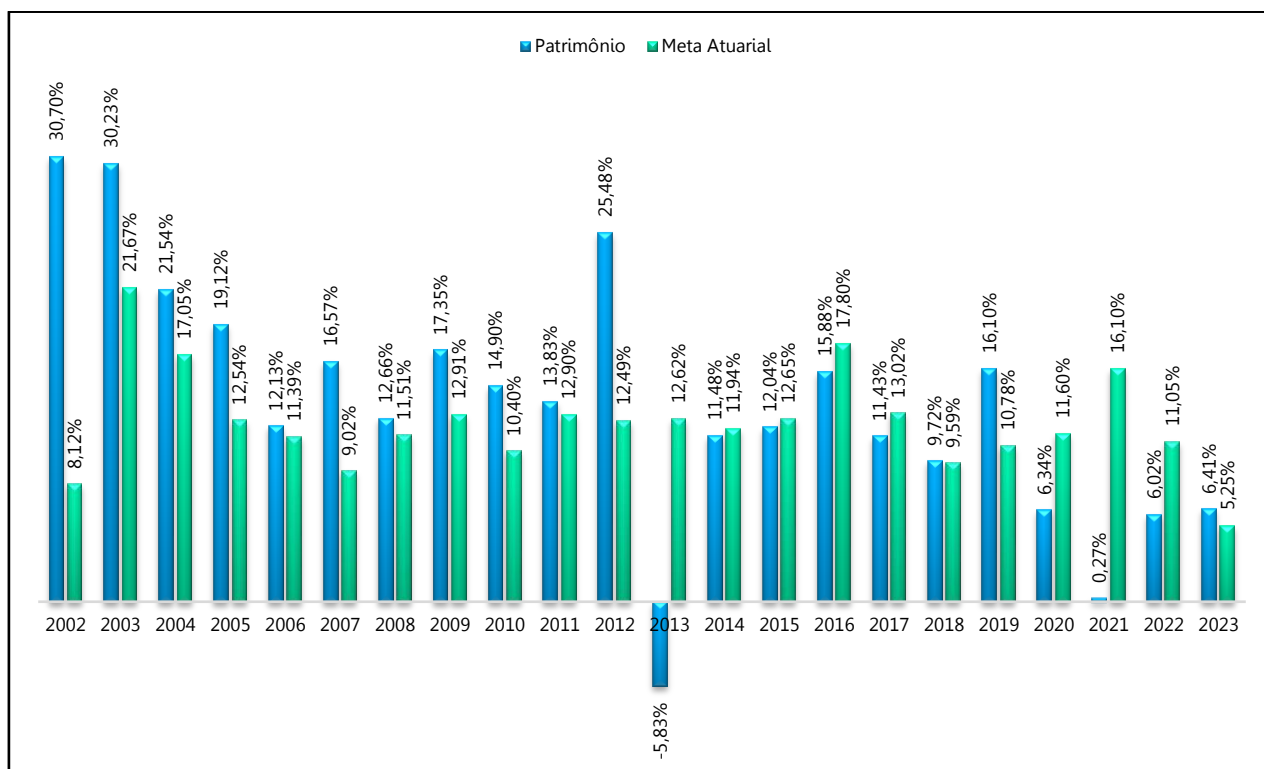
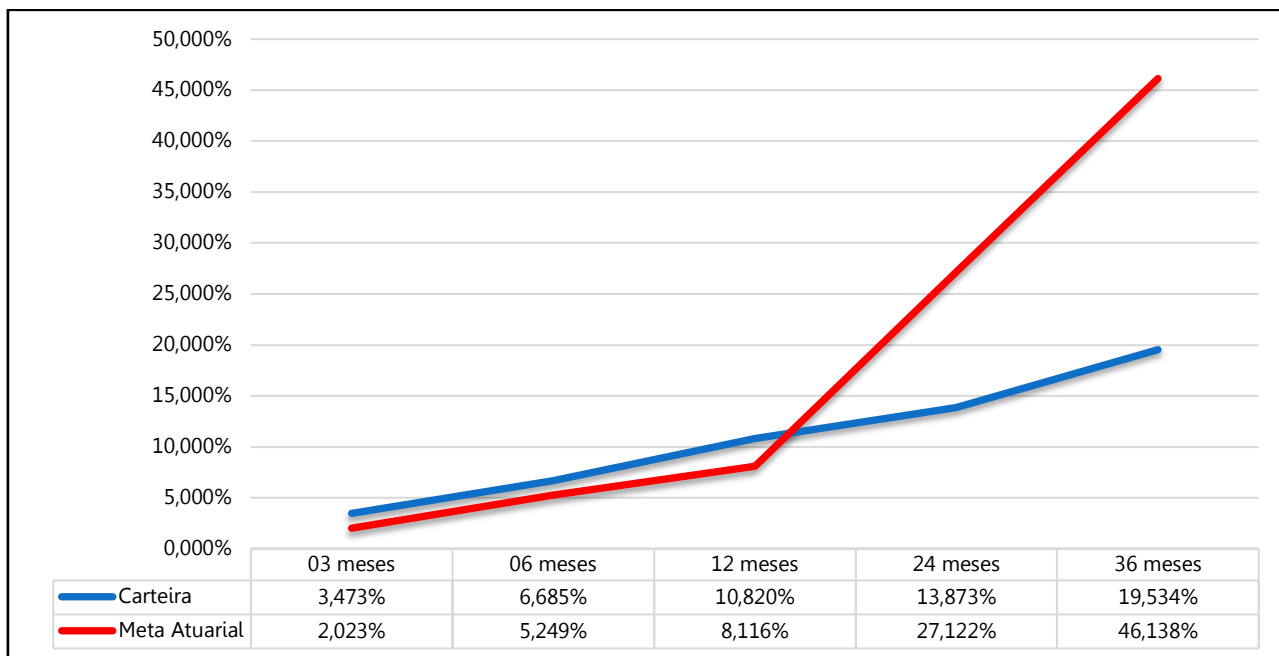
Os riscos da Carteira de Investimentos do IPMU são baixos e a diversificação tornou-se mais do que uma opção para os investidores, tornou-se uma obrigação. Quem não diversificar os investimentos corre o risco de ter resultados insatisfatórios que podem comprometer uma carteira ou um fundo de investimentos.

30/06/2023		Volatilidade no mês	Retorno no mês	Volatilidade no ano	Retorno no ano
#	1 - ATIVOS				
1	BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	14,13%	1,38%	15,11%	7,15%
2	BB RETORNO TOTAL FI AÇÕES	16,05%	7,40%	18,89%	2,75%
3	BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,00%	0,93%	1,73%	5,56%
4	BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,51%	2,01%	2,65%	9,45%
5	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	8,10%	4,24%	7,20%	5,80%
6	CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	13,89%	0,47%	17,18%	14,53%
7	CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	10,89%	-0,75%	15,09%	3,21%
8	CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	21,07%	8,03%	23,54%	13,04%
9	ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,06%	1,17%	0,12%	6,46%
10	SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	2,24%	1,78%	1,29%	7,75%
11	SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	10,86%	-0,78%	13,82%	1,02%
12	CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	1,00%	0,93%	1,73%	5,55%
13	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,01%	1,08%	0,03%	6,45%
14	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,09%	1,13%	0,09%	6,55%
15	BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,01%	1,08%	0,02%	6,49%
16	NTN-B 760199 20240815*	1,00%	0,95%	3,98%	2,64%
	2 - POR ARTIGO DA 4963				
18	art. 10 I - res. 4963_2021	8,10%	4,24%	7,20%	5,80%
19	art. 7 I a - res. 4963_2021	1,00%	0,95%	3,98%	2,64%
20	art. 7 I b - res. 4963_2021	0,38%	1,04%	0,91%	6,49%
21	art. 7 III a - res. 4963_2021	0,68%	1,39%	0,62%	7,22%
22	art. 8 I - res. 4963_2021	18,58%	7,82%	21,21%	9,40%
23	art. 9 II - res. 4963_2021	10,77%	-0,77%	13,87%	1,44%
24	art. 9 III - res. 4963_2021	13,95%	0,82%	16,13%	11,60%
	3 - POR SEGMENTO				
26	EXTERIOR	11,88%	0,18%	14,27%	7,31%
27	MULTIMERCADO	8,10%	4,24%	7,20%	5,80%
28	RENDA FIXA	0,46%	1,10%	0,88%	6,16%
29	RENDA VARIÁVEL	18,58%	7,82%	21,21%	9,40%
	4 - Consolidado				
30	Portfólio Carteira IPMU 2023	1,06%	1,36%	1,34%	6,41%

9. – Meta Atuarial

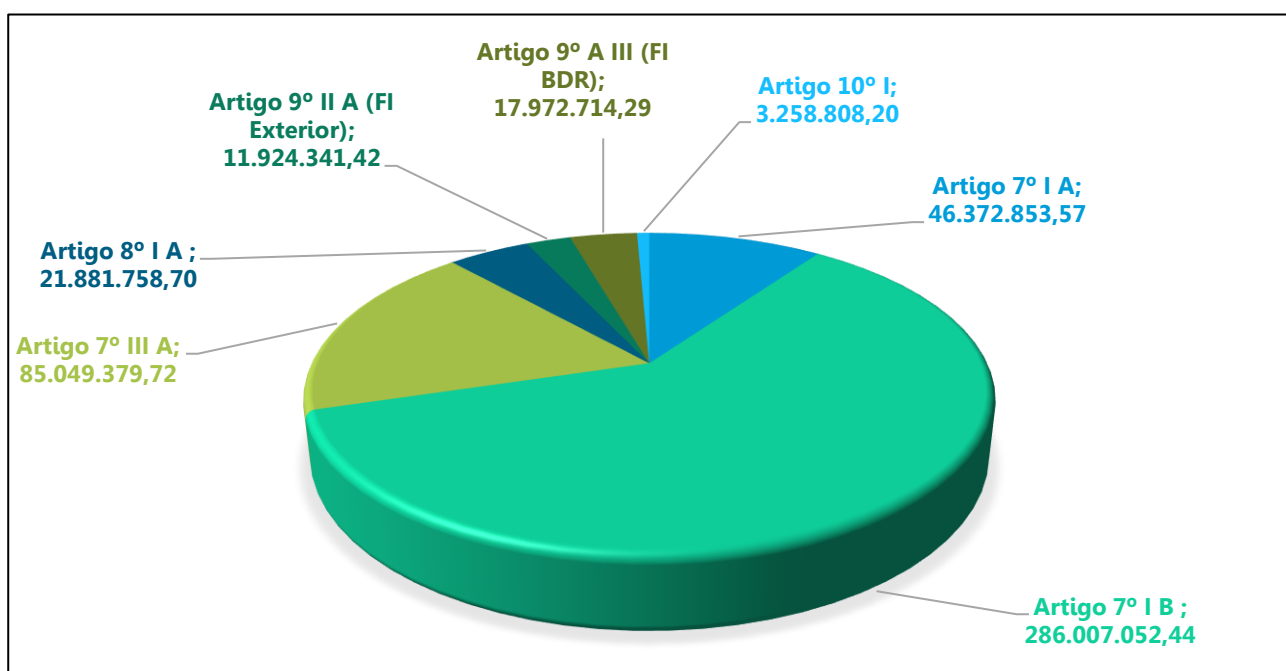
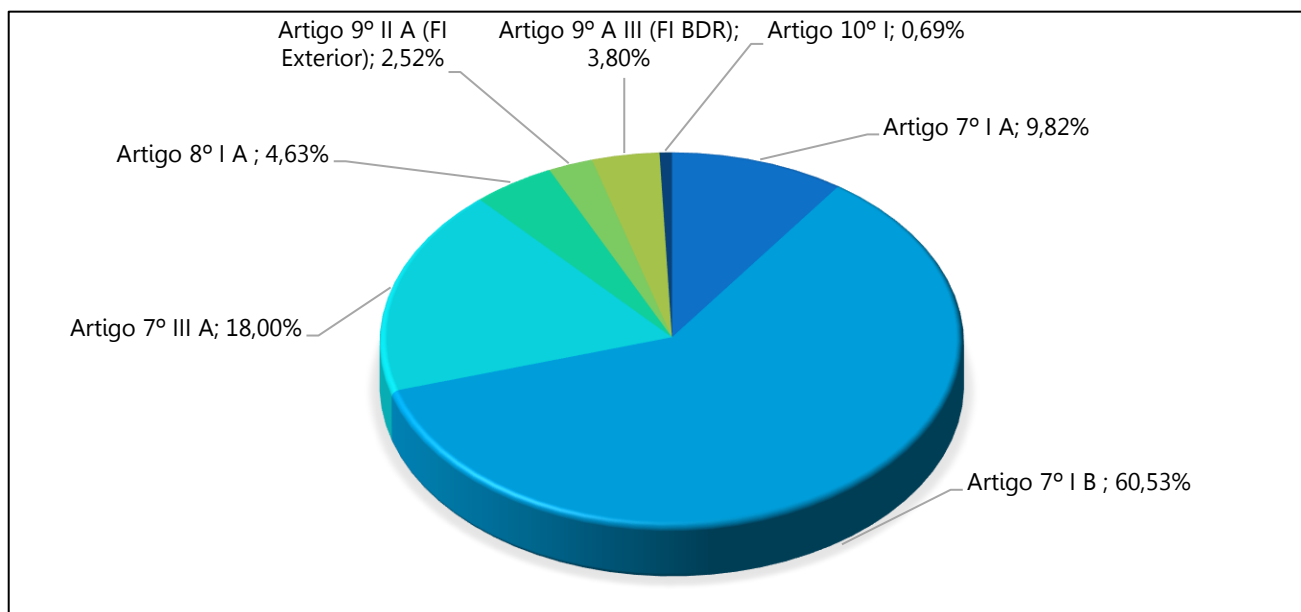
A Portaria MF nº 464/2018, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizadas nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos e a taxa de juros parâmetro. **Meta atuarial** é a rentabilidade mínima que um RPPS precisa auferir para que não haja perdas atuariais causadas pelo descasamento entre a hipótese utilizada (taxa de juros atuarial) e a rentabilidade alcançada. Para o exercício de 2023, considerando o resultado da duração o passivo do IPMU a taxa de juros definida é de **5,15% + INPC**.

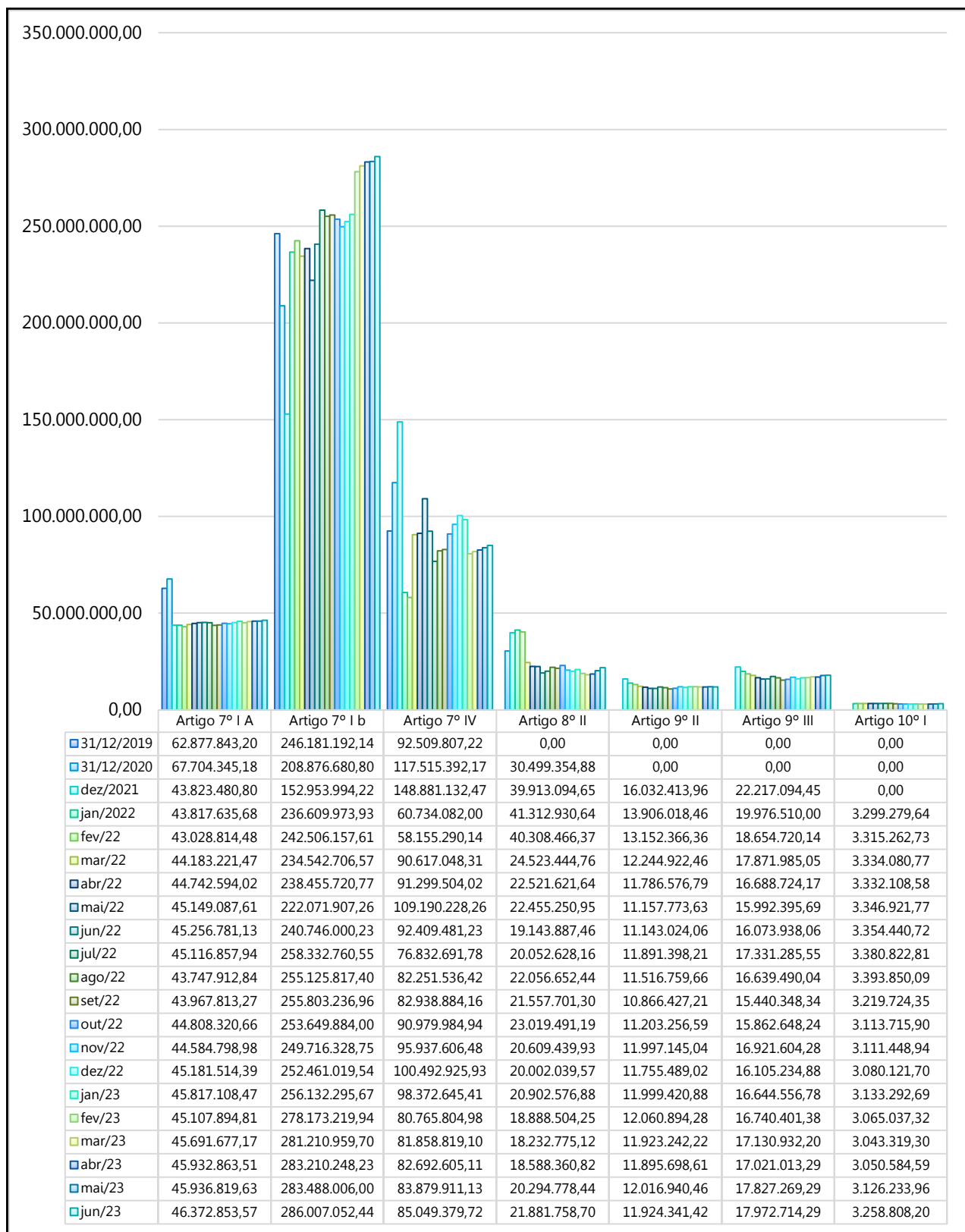




10. – Enquadramento

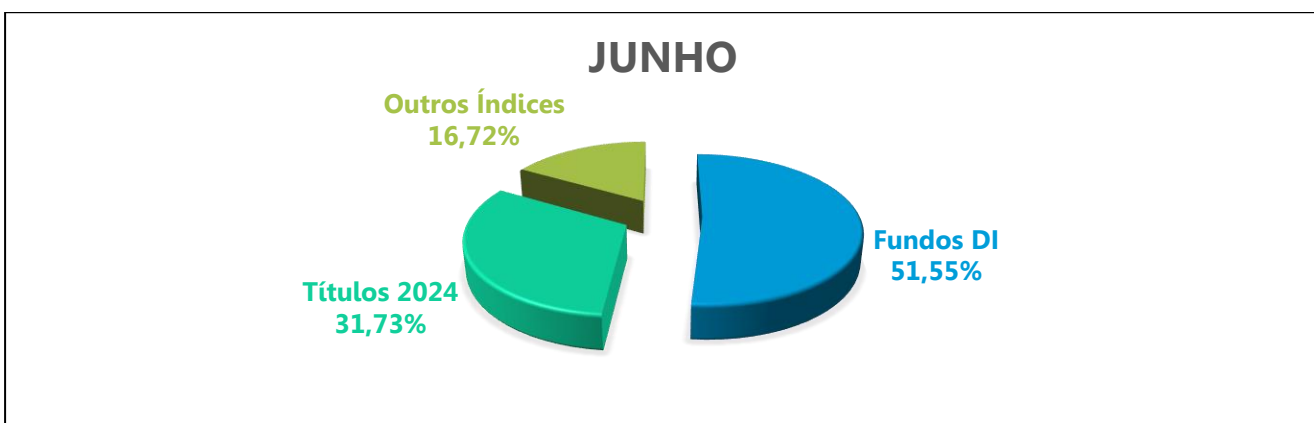
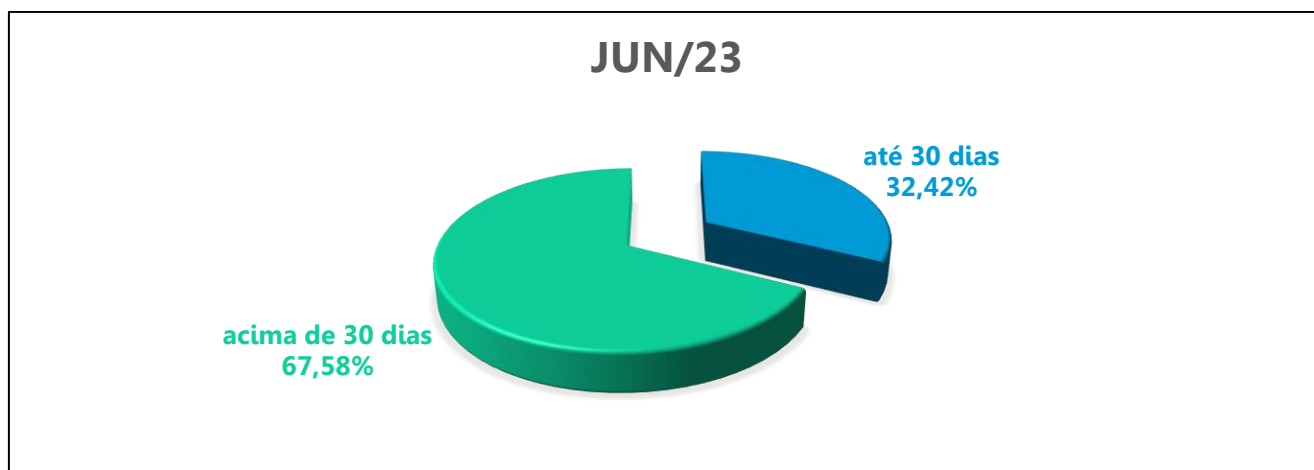
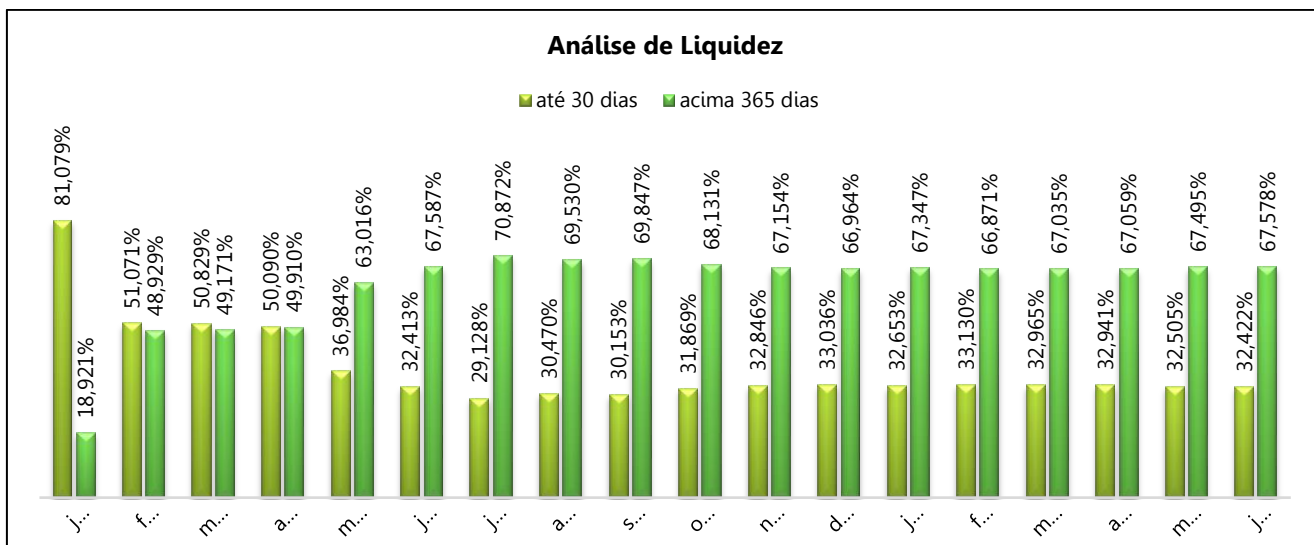
Com relação ao enquadramento, os recursos do IPMU estão corretamente distribuídos conforme os artigos da Resolução 4963/2021. Os investimentos também estão distribuídos em atendimento aos limites estabelecidos na Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelo Comitê de Investimentos. O controle desse risco é feito por meio do acompanhamento dos relatórios de investimentos e a mudança de posição se fará de forma a minimizar perdas de rentabilidade.





11. – Análise de Liquidez

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. Na realidade, a liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.



12. – Alocação por gestor

Para a diversificação de ativos, a Política de Investimentos para 2022 estabelece que o IPMU deverá manter seus recursos em no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) instituições financeiras, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cujos gestores e administradores figurem entre os 10 (dez) primeiros colocados no ranking da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital, não ocorrendo limitação de alocação por gestor/administrador.

Os recursos aplicados pelo IPMU distribuem-se entre instituições financeiras objeto de prévio credenciamento, que atendem aos parâmetros traçados pela Resolução CMN nº 3.922/10 e suas atualizações e pela Portaria MPS nº 519/11.

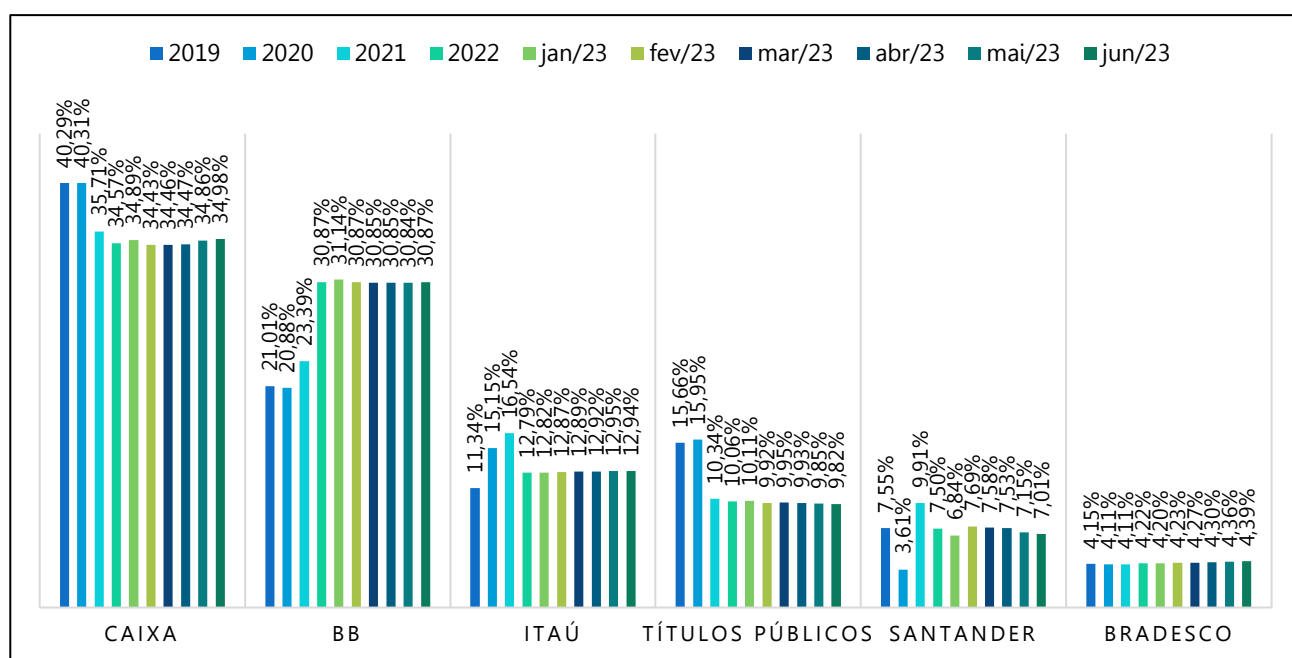
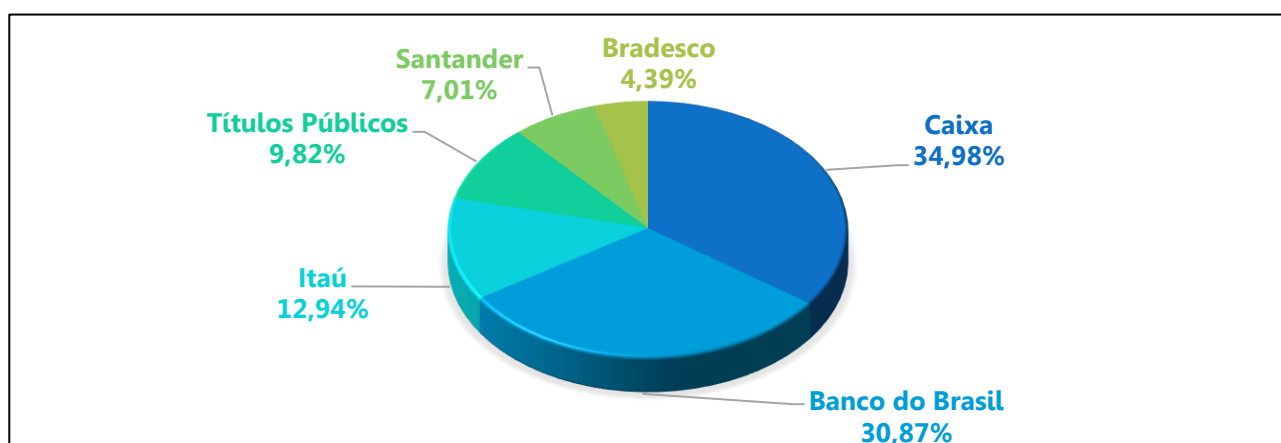
Todas as Instituições Financeiras Credenciadas pelo IPMU estão publicadas no site institucional e podem ser acessadas através do endereço eletrônico:

<https://ipmu.com.br/site/comite-de-investimentos/credenciamento-de-instituicoes-para-investimentos/>

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/administradores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/global.htm



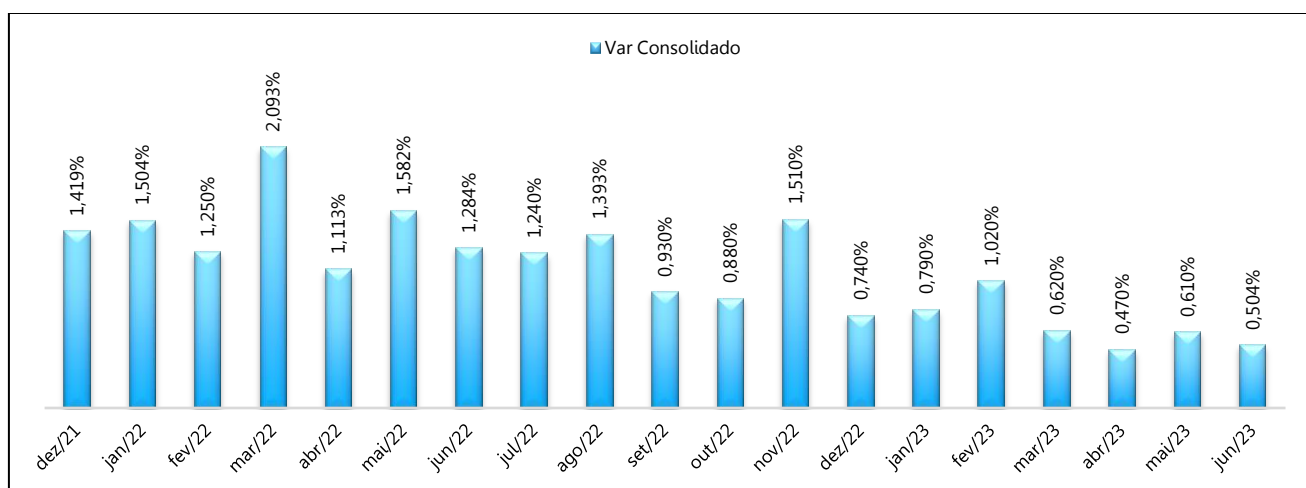
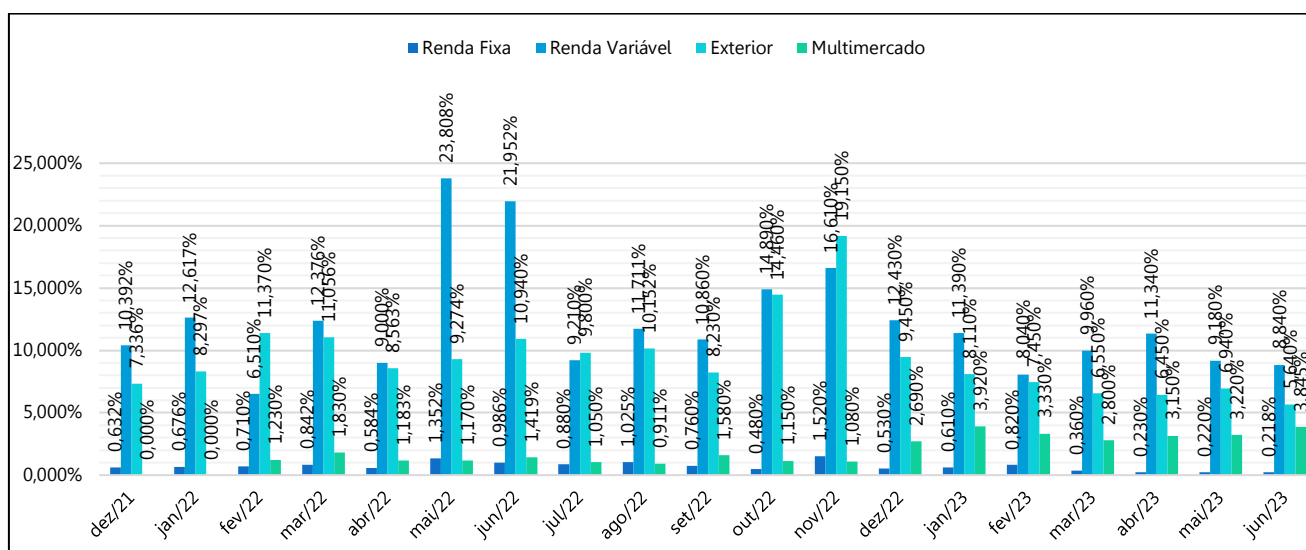
13. – Value at Risk

O VaR - Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

Sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

O VaR da carteira de investimentos no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável estão em conformidade com as estratégias de risco traçadas na Política de Investimentos – PAI 2021.

O VaR apresentado pela carteira de investimentos do IPMU (quando a análise recai em nos fundos de investimentos de maneira individual) é reflexo das oscilações do mercado, mantendo-se a volatilidade e suas incertezas. Observamos os reflexos da oscilação do mercado, com alguns retornos negativos, tantos nos fundos de renda fixa quanto nos fundos de renda variável. Apesar disso, há um leve otimismo quanto a retomada, podendo proporcionar maior rentabilidade para os investimentos do IPMU.



14. – Índice de Sharp

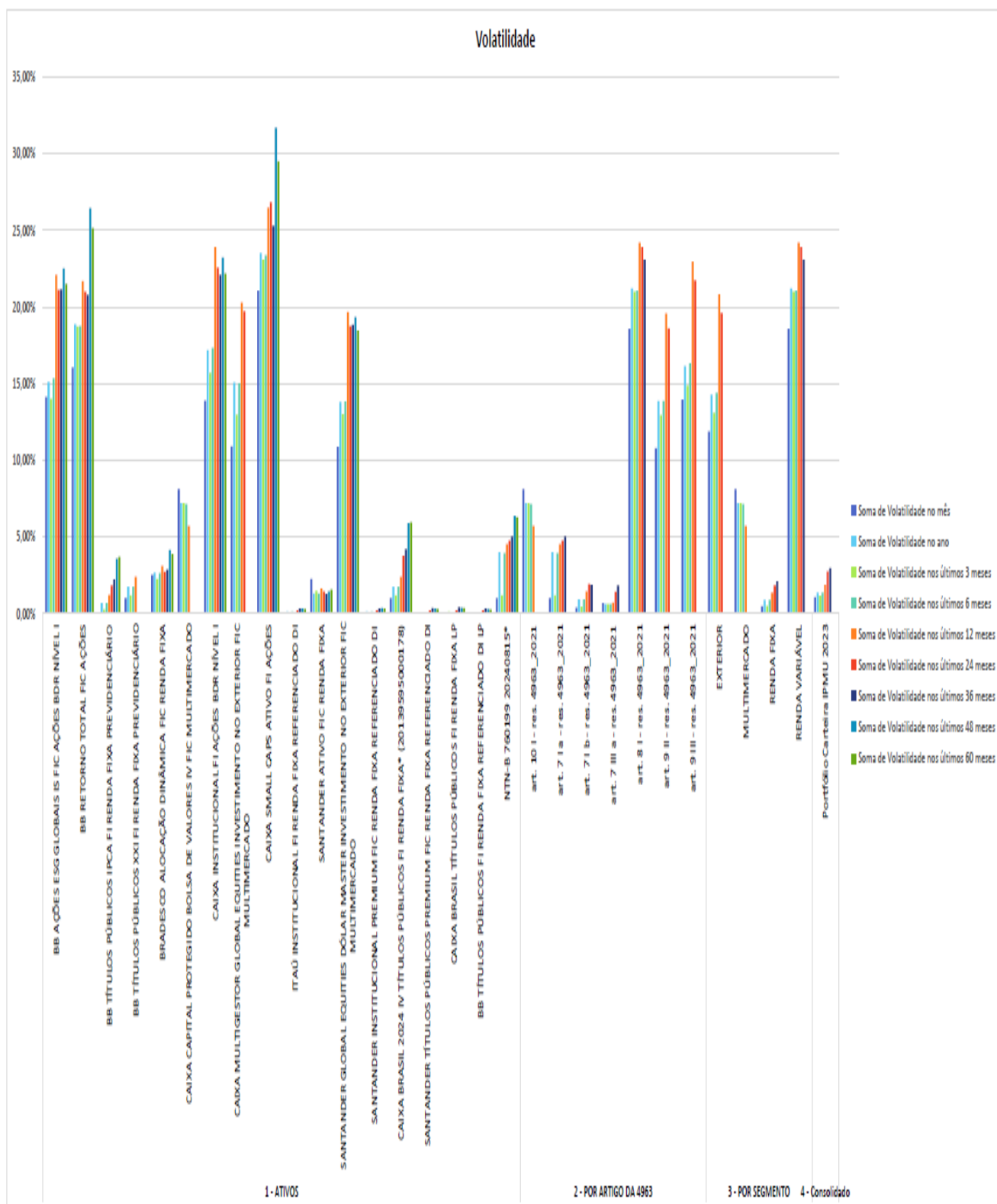
O **Índice de Sharpe** é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

30/06/2023	Sharpe -		Sharpe -		Saldo Consolidado
	Retorno no mês	Selic no mês	Retorno no ano	Selic no ano	
1 - ATIVOS					
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	1,38%	0,02	7,15%	0,04	6.863.762,01
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	7,40%	0,40	2,75%	-0,20	7.278.571,77
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93%	-0,14	5,56%	-0,55	51.985.930,11
BRADERCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,01%	0,38	9,45%	1,12	20.727.996,38
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	4,24%	0,40	5,80%	-0,10	3.258.808,20
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	0,47%	-0,04	14,53%	0,47	11.108.952,28
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,75%	-0,17	3,21%	-0,22	2.304.322,14
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	8,03%	0,34	13,04%	0,28	14.603.186,93
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,17%	1,52	6,46%	-0,34	61.124.311,09
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	1,78%	0,33	7,75%	0,97	3.197.072,25
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-0,78%	-0,17	1,02%	-0,40	9.620.019,28
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	0,93%	-0,14	5,55%	-0,55	51.565.424,21
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,08%	0,37	0,0645059	-1,73	20.316.314,63
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,13%	67,57%	6,55%	57,42%	82.430.725,33
BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,08%	97,96%	6,49%	-51,98%	79.708.658,16
4 - Consolidado					
Portfólio Carteira IPMU 2023	1,36%	27,67%	6,41%	-6,77%	472.466.908,34

15. – Volatilidade

A **volatilidade** é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

30/06/2023	Volatilidade no mês	Volatilidade no ano	Volatilidade nos últimos 3 meses	Volatilidade nos últimos 6 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 24 meses	Volatilidade nos últimos 36 meses	Volatilidade nos últimos 48 meses	Volatilidade nos últimos 60 meses
1 - ATIVOS									
BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BOR NÍVEL I	14,13%	15,11%	14,02%	15,35%	22,10%	21,14%	21,17%	22,52%	21,52%
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	16,05%	18,89%	18,73%	18,76%	21,70%	21,02%	20,81%	26,47%	25,15%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,03%	0,67%	0,24%	0,66%	1,21%	1,83%	2,21%	3,56%	3,68%
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,00%	1,73%	1,17%	1,72%	2,39%				
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	2,51%	2,65%	2,23%	2,63%	3,09%	2,71%	2,86%	4,13%	3,88%
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	8,10%	7,20%	7,19%	7,15%	5,73%				
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BOR NÍVEL I	13,89%	17,18%	15,70%	17,33%	23,92%	22,58%	22,11%	23,23%	22,20%
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	10,89%	15,09%	12,97%	15,03%	20,30%	19,75%			
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	21,07%	23,54%	23,10%	23,37%	26,49%	26,86%	25,29%	31,71%	29,53%
ITÁU INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,06%	0,12%	0,07%	0,12%	0,10%	0,20%	0,31%	0,31%	0,28%
SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	2,24%	1,29%	1,46%	1,28%	1,61%	1,44%	1,26%	1,44%	1,56%
SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	10,86%	13,82%	13,01%	13,84%	19,67%	18,76%	18,06%	19,35%	18,46%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,05%	0,11%	0,07%	0,11%	0,08%	0,19%	0,32%	0,34%	0,31%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178)	1,00%	1,73%	1,17%	1,72%	2,39%	3,75%	4,21%	5,89%	5,94%
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,01%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,18%	0,34%	0,31%	0,27%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,09%	0,09%	0,11%	0,08%	0,07%	0,20%	0,41%	0,38%	0,34%
BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,01%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,18%	0,31%	0,29%	0,26%
NTN-8 780199 20240815*	1,00%	3,98%	1,17%	3,95%	4,52%	4,78%	5,04%	6,36%	6,29%
2 - POR ARTIGO DA 4963									
art. 10 I - res. 4963_2021	8,10%	7,20%	7,19%	7,15%	5,73%				
art. 7 I a - res. 4963_2021	1,00%	3,98%	1,17%	3,95%	4,52%	4,78%	5,04%		
art. 7 I b - res. 4963_2021	0,38%	0,91%	0,44%	0,91%	1,43%	1,93%	1,87%		
art. 7 III a - res. 4963_2021	0,68%	0,62%	0,60%	0,61%	0,71%	1,40%	1,82%		
art. 8 I - res. 4963_2021	18,58%	21,21%	20,99%	21,07%	24,20%	23,92%	23,09%		
art. 9 II - res. 4963_2021	10,77%	13,87%	12,94%	13,88%	19,58%	18,62%			
art. 9 III - res. 4963_2021	13,95%	16,13%	14,88%	16,32%	22,95%	21,74%			
3 - POR SEGMENTO									
EXTERIOR	11,88%	14,27%	13,09%	14,39%	20,83%	19,63%			
MULTIMERCADO	8,10%	7,20%	7,19%	7,15%	5,73%				
RENDA FIXA	0,46%	0,88%	0,49%	0,87%	1,36%	1,84%	2,08%		
RENDA VARIÁVEL	18,58%	21,21%	20,99%	21,07%	24,20%	23,92%	23,09%		
4 - Consolidado									
Portfólio Carteira IPMU 2023	1,06%	1,34%	1,14%	1,34%	1,85%	2,73%	2,96%		



16. – Correlação nos investimentos

A correção é uma medida estatística usada para determinar como um ativo se movimenta com relação a outros. Ela pode ser usada com ativos específicos (como por exemplo a correção da ação de uma empresa com comparação a outra) ou ainda para comparar índices das classes internas de ativos.

A correção é medida em uma escala que vai de -1 a +1.

Uma correlação perfeitamente positiva significa que dois ativos se comportam de maneira idêntica e é representada pelo +1. Uma correção perfeitamente negativa significa que dois ativos se comportam de maneira diametralmente oposta e é representada pelo -1.

Importante destacar que a diversificação não necessariamente significa desconexão.

Investir em ativos diferentes que tem um comportamento parecido não traz os benefícios de uma carteira desconectada.

A correlação é muito utilizada na construção de estratégias de investimentos para mensurar a diversificação efetiva trazida por diferentes ativos de uma mesma carteira.

A Teoria Moderna do Portfólio usa uma medida da correlação entre os ativos de um portfólio para determinar a sua fronteira eficiente, ou seja, a carteira que melhor otimiza o retorno esperado para um determinado nível de risco.

Ao incluir ativos de baixa correção a uma carteira, diminui-se o risco total do portfólio. Busca-se obter o melhor retorno com o menor risco possível.

A correção pode mudar com o passar do tempo. Ela é uma medida histórica. Dois ativos que tinham uma relação próxima podem passar a se comportar de maneira desconectada com o tempo ou vice-versa.

Durante os períodos de alta volatilidade, como a crise financeira de 2008, ações tendem a se tornar mais correlacionadas, mesmo sendo de empresas de diferentes setores da economia. Na crise de 2008, muitas ações perderam seus valores, independente do setor, lucro ou qualidade das empresas.

Mercados emergentes, mesmo tendo dinâmicas singulares entre si, também tendem a se comportar de maneira semelhante durante períodos de alta volatilidade.

Uma das lições mais importantes para os investidores é a importância e o poder da desconexão em um portfólio de investimentos. Com diversos ativos que não tem correlação uns com os outros, tende a melhorar o retorno, ajustando os riscos e diminuindo as chances de retornos negativos.

30/06/2023 Correção 252 d.u.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	20
1- BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	100%	-32%	-6%	-11%	-32%	-44%	-14%	-16%	95%	73%	-24%	-1%	-42%	89%	-6%	-20%	
2- BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	-32%	100%	0%	13%	43%	60%	12%	42%	-32%	-46%	89%	3%	59%	-63%	1%	17%	
31- CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139599000173)	-32%	43%	-6%	48%	100%	69%	2%	24%	-29%	-37%	42%	0%	69%	-39%	-7%	45%	
3- BB TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	-6%	0%	100%	9%	-6%	-2%	59%	-7%	-6%	-9%	-1%	19%	3%	-7%	80%	-11%	
4- BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-11%	13%	9%	100%	48%	20%	-6%	10%	-6%	-9%	11%	7%	18%	-11%	6%	33%	
5- BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-32%	43%	-6%	48%	100%	69%	2%	24%	-29%	-37%	42%	0%	69%	-39%	-7%	45%	
6- BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	-44%	60%	-2%	20%	69%	100%	26%	27%	-40%	-49%	61%	-2%	95%	-52%	-4%	24%	
7- CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-14%	12%	59%	-4%	2%	26%	100%	0%	-12%	-16%	9%	14%	33%	-16%	47%	-2%	
8- CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO	-16%	42%	-7%	10%	24%	27%	0%	100%	-14%	-15%	41%	0%	27%	-17%	-2%	3%	
9- CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	95%	-32%	-6%	-6%	-29%	-40%	-12%	-14%	100%	72%	-23%	-1%	-34%	86%	-7%	-18%	
10- CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	73%	-46%	-9%	-9%	-37%	-49%	-16%	-15%	72%	100%	-40%	2%	-42%	93%	-12%	-21%	
11- CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	-24%	89%	-1%	11%	42%	61%	9%	41%	-23%	-40%	100%	3%	80%	-37%	0%	13%	
12- ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-1%	3%	19%	7%	0%	-2%	14%	0%	-1%	2%	3%	100%	0%	2%	24%	5%	
13- SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	-42%	59%	3%	19%	69%	95%	33%	27%	-30%	-46%	60%	0%	100%	-50%	1%	30%	
14- SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	89%	-42%	-7%	-11%	-39%	-52%	-16%	-17%	86%	93%	-37%	2%	-42%	100%	-6%	-22%	
15- SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-6%	1%	80%	6%	-7%	-6%	47%	-2%	-7%	-12%	0%	24%	1%	-6%	100%	-5%	
16- NITR 760199 20240615*	-20%	17%	-11%	33%	46%	24%	-2%	3%	-18%	-21%	13%	5%	30%	-22%	-5%	100%	

17. – Relatório de Verificação de Regularidade

A verificação da regularidade dar-se-á por após consulta ao sítio do Banco Central do Brasil - BACEN, Relação das Instituições Financeiras em Funcionamento Regular no País, Banco Comercial, Múltiplos e Caixa Econômica. https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento

As instituições financeiras investidas, relacionadas encontram-se registradas e em funcionamento regular, conforme dados do Banco Central do Brasil:

- ✚ BANCO DO BRASIL S.A. (CNPJ 00.000.000/0001-91)
- ✚ BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A (CNPJ 30.822.936/0001-69)
- ✚ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
- ✚ BANCO SANTANDER S.A. (CNPJ 90.400.888/0001-42)
- ✚ BANCO BRADESCO S.A (CNPJ 60.746.948/0001-12)
- ✚ ITAÚ UNIBANCO S.A (CNPJ 60.701.190/0001-04)

18.– Relatório de Verificação de Lastro

Consulta ao sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários: composição das carteiras, comparando-se com os respectivos regulamentos e lâminas registradas. No mês em análise, os lastros referentes aos fundos investidos abaixo, estão de acordo com a composição das carteiras aprovadas em seus regulamentos.

<http://conteudo.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>
https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg



The screenshot shows the CVM website interface. At the top, there's a navigation bar with 'BRASIL', 'CORONAVIRUS (COVID-19)', and other links. Below that, a green banner reads 'CVM agora é GOV.BR/CVM'. A search bar is present with the text 'Buscar' and 'Todos'. The main content area is titled 'Fundos de Investimento' and contains several sections: 'Reuniões do Colegiado', 'Jurisprudência CVM', 'NORMAS E ORIENTAÇÕES', 'PROCESSOS', and 'ACESSO À INFORMAÇÃO CVM'. There are also two prominent buttons: 'FUNDOS DE INVESTIMENTO REGISTRADOS' and 'FUNDOS DE INVESTIMENTO CANCELADOS'. A 'Lembre-se!' section provides information about the Fundo 157 and tax declarations.

19.– Deliberação Comitê de Investimentos

O **Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU se reúne ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se faz necessário para tomada de deliberações que sejam urgentes e prementes, com todo cuidado para não negligenciar sua atuação. Dessa forma, as principais deliberações estão descritas nas Atas e Relatórios Gerenciais dispostas no Portal do IPMU:

<https://ipmu.com.br/site/transparencia/atas/investimentos/>
<https://ipmu.com.br/site/financeiro/demonstrativo-financeiro/>

20.– Resgate e Aplicação

As “Aplicações” e os “Resgates” durante o mês foram realizadas em função das deliberações colegiadas tomadas pela governança a fim de proporcionar os ajustes necessários ao momento que atravessamos, bem como para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária. As movimentações são detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, por meio do Formulário legal denominado de: “Autorizações de Aplicação e Resgate – APR” dispostas no Portal do IPMU. As APRs estão também registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV.

<https://ipmu.com.br/site/financeiro/apr/>

21.– Aplicação por fundo de investimentos

Todos os fundos de investimentos estavam enquadrados no limite da proporção de participação do Instituto sobre o patrimônio líquido do fundo. O art. 19 da Resolução CMN n. 4.963/2021 determina que o total das aplicações do RPPS em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido do fundo, subordinando os fundos de renda fixa de crédito privado ao limite de 5% e dispensando do cumprimento do limite os fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

	Aplicação	Patrimônio	% PL IPMU	Cotista
Artigo 7º I A (até 100% PL)	46.372.853,57			
11.150 NTN-B 15.08.2024 (IPCA)	46.372.853,57			
Artigo 7º I B (até 100% PL)	286.007.052,44			
BB Previdenciário RF TP 2024	51.985.930,11	3.478.619.664,42	1,49%	370
BB Previdenciário RF TP Referenciado DI	79.708.658,16	26.407.746.153,70	0,30%	160
Caixa Brasil TP 2024	51.565.424,21	3.755.106.041,15	1,37%	301
Caixa Brasil TP Referenciado DI	82.430.725,33	14.603.622.203,04	0,56%	714
Santander RF TP Rer. DI Premium	20.316.314,63	6.942.662.276,99	0,29%	679
Artigo 7º III A (até 60% PL)	85.049.379,72			
Bradesco FIC FI Alocação	20.727.996,38	725.460.751,19	2,86%	148
Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	61.124.311,09	4.788.352.840,29	1,28%	379
Santander RF Ativo (350)	3.197.072,25	290.613.636,58	1,10%	61
Artigo 8º I (até 30% PL)	21.881.758,70			
BB Ações Retorno Total	7.278.571,77	843.231.031,13	0,86%	29.477
Caixa FI Ações Small Caps	14.603.186,93	675.053.112,68	2,16%	5.984
Artigo 9º II (até 10% PL)	11.924.341,42			
Caixa Multigestor Equities	2.304.322,14	74.935.929,81	3,08%	656
Santander Global Equiteis	9.620.019,28	635.463.967,91	1,51%	4.967
Artigo 9º III (até 10% PL)	17.972.714,29			
BB Ações ESG Globais	6.863.762,01	646.477.527,53	1,06%	11.624
Caixa Ações BDR Nível I	11.108.952,28	203.642.590,68	5,46%	491
Artigo 10º I (até 10% PL)	3.258.808,20			
Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores IV	3.258.808,20	117.232.808,80	2,78%	83
Consolidado	472.466.908,34			

22.– Fluxo de Caixa e das Aplicações Financeiras

O fluxo de aplicações, resgates e retorno das aplicações financeiras do IPMU ficou distribuída nos seguintes valores ao final do mês de **junho/2023**:

	Fundo	Aplicação	Resgate/Juros	Valorização	Desvalorização	Saldo 06/2023	% PL
1	BB Previdenciário RF TP 2024	0,00	0,00	479.596,74	0,00	51.985.930,11	11,00%
2	BB Previdenciário RF Referenciado DI	0,00	0,00	853.761,03	0,00	79.708.658,16	16,87%
3	BB Retorno Total FIC Ações	0,00	0,00	501.285,45	0,00	7.278.571,77	1,54%
4	BB Ações ESG Globais	0,00	0,00	93.687,32	0,00	6.863.762,01	1,45%
						145.836.922,05	30,87%

1	Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica	0,00	0,00	408.118,60	0,00	20.727.996,38	4,39%
---	-----------------------------------	------	------	------------	------	---------------	-------

1	Caixa Brasil Título Público 2024	0,00	0,00	475.879,06	0,00	51.565.424,21	10,91%
2	Caixa Brasil RF TP Referenciado DI	0,00	0,00	919.553,42	0,00	82.430.725,33	17,45%
3	Caixa FI Ações Small Caps	0,00	0,00	1.085.694,81	0,00	14.603.186,93	3,09%
4	Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE	0,00	0,00	0,00	-17.427,26	2.304.322,14	0,49%
5	Caixa Ações BDR Nível I	0,00	0,00	51.757,68	0,00	11.108.952,28	2,35%
6	Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores	0,00	0,00	132.574,24	0,00	3.258.808,20	0,69%
						165.271.419,09	34,98%

1	Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI	0,00	0,00	705.355,03	0,00	61.124.311,09	12,94%
---	---	------	------	------------	------	---------------	--------

1	Santander RF Títulos Públicos Ref. DI Premium (150)	3.520.000,00	3.960.000,00	230.256,19	0,00	20.316.314,63	4,30%
2	Santander Ativo Renda Fixa (350)	0,00	0,00	55.994,96	0,00	3.197.072,25	0,68%
3	Santander Global Equites Dólar Master	0,00	0,00	0,00	-75.171,78	9.620.019,28	2,04%
						33.133.406,16	7,01%

1	Carteira de Títulos Públicos 2024	0,00	0,00	436.033,94	0,00	46.372.853,57	9,82%
---	-----------------------------------	------	------	------------	------	---------------	-------

3.520.000,00	3.960.000,00	6.429.548,47	-92.599,04	472.466.908,34
				6.336.949,43

23.– Conclusão

Este **Relatório Financeiro** tem como objetivo apresentar a evolução patrimonial e os principais aspectos dos investimentos dos recursos financeiros do IPMU (rentabilidade e risco) em consonância com a legislação em vigor e a transparência da gestão.

A estratégia de investimentos adotada pelos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do IPMU tem como ponto central o respeito às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos ativos financeiros a serem escolhidos mediante avaliações criteriosas, tanto quantitativas quanto qualitativas.

O presente Relatório inicia-se por uma breve abordagem acerca do cenário econômico nacional e internacional e segue com o detalhamento da composição da carteira de investimentos do IPMU por classe de ativos, análise dos indicadores, desempenho e risco. Em seguida, apresenta-se a relação analítica dos ativos e os dados referentes ao gerenciamento de riscos, dentre eles a volatilidade, o retorno mensal e a liquidez da carteira, além da aderência à Política de Investimentos. Acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do IPMU e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.

O relatório contém seus respectivos valores registrados pela Contabilidade. Foram analisadas a legalidade e a conformidade com a **Política de Investimentos – PAI 2023**, refletindo as movimentações financeiras que atenderam aos requisitos legais e que atende às necessidades da gestão dos investimentos.

O IPMU busca rentabilidade ainda que moderada, sem expor o patrimônio a maiores riscos. Consequentemente, os recursos estão alocados em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável de grau de risco “muito baixo/baixo/médio”. Carteira de investimentos com perfil “Moderado” com “Tendência Conservadora” busca manter a maior parte dos investimentos em fundos que tendem a ter retornos positivos, direcionando um percentual para aplicação em fundos com mais riscos que tendem a ter maiores retornos, na busca de cumprir a Meta Atuarial (equilíbrio atuarial e financeiro) para assegurar o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão.

A **Carteira de Investimentos** do IPMU, que reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal.

O IPMU mantém seus investimentos de acordo com a Política de Investimentos-2023, com aplicações de acordo com a Resolução 4963/2021 e seus enquadramentos em fundos de investimentos de renda fixa, renda variável e investimento no exterior, com Perfil Moderado/Conservador, optando por mais segurança, com baixo risco de crédito, com maior objetivo de vencer a crise do coronavírus, mantendo os recursos do IPMU com maior segurança.

As **alocações dos recursos do IPMU** encontram-se em sintonia com as melhores práticas de gestão financeira do mercado para este segmento, considerando que a performance geral da autarquia acompanhou o desempenho do mercado financeiro, diversificada em fundos de investimentos e carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024. A diversificação busca evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, com estratégias em diferentes indexadores para proporcionar o equilíbrio necessário à segurança, liquidez, reduzindo o risco consolidado nos investimentos.

As aplicações financeiras estavam totalmente enquadradas nos limites segmentares determinados na Resolução CMN n. 4.963/2021 para os RPPS, bem como os determinados na Política de Investimentos para o exercício de 2023.

O monitoramento dos indicadores de risco dos fundos que compunham a carteira de investimentos do IPMU em **30/06/2023** estavam adequados às classes de ativos nos quais investiam. O retorno do patrimônio no mês foi de **R\$ 6.336.949,43**, o que representa uma rentabilidade no mês de **1,36%**.

Ao final do mês, a posição do patrimônio dentre os gestores se mostrava adequadamente diversificada em **05 gestores**, sendo os gestores mais concentrados compostos exclusivamente de instituições financeiras integrantes dos conglomerados financeiros enquadrados no segmento de maior regulação prudencial pelo Banco Central naquela data.

Os **riscos da carteira de investimentos** do IPMU permanecem elevados na medida em que segue o cenário de fortes oscilações das cotações das ações e dos preços dos ativos de emissores públicos e privados. No tocante ao risco de crédito na medida em que há uma concentração dos recursos investidos em fundos com carteiras formadas exclusivamente por títulos públicos federais, podemos afirmar que este fator de risco foi bem gerenciado.

Estratégia de Investimentos:

Juro elevado e cenário incerto mantêm o IPMU na renda fixa. Com uma postura mais conservadora e seus ativos de investimento concentrados em **88,35% na renda fixa**, o IPMU enfrenta o desafio de um cenário ainda incerto e vê com pouco otimismo o espaço para redução do juro pelo Banco Central diante das pressões inflacionárias. Vivemos hoje uma realidade de alocação concentrada na renda fixa, principalmente títulos públicos, que é o mais indicado para superarmos a nossa meta atuarial (INPC + 5,15%). Com relação a “bolsa”, posição neutra, sem comprar ou vender nada porque, embora o mercado acredite que possa haver valorização, ainda vemos um cenário desafiador, com muitas dúvidas. O mês de janeiro foi bom para a bolsa, mas fevereiro veio como um balde de água fria e será preciso aguardar pelas mudanças que serão feitas pelo governo antes de mudar a postura mais conservadora. Há uma queda de braço entre o governo e o Banco Central para reduzir a taxa Selic mas não somos muito otimistas. Há espaço para reduzir gradualmente a taxa, mas o Banco Central precisa estar atento à inflação, o que não é tão simples como pode parecer.

Em **renda fixa**, reforço no posicionamento de exposição positiva em ativos indexados à inflação e curto prazo (fundos atrelados à taxa DI), buscando capturar as oportunidades de prêmio na curva de juros. Para **Renda Variável**, continuar acompanhando o mercado, sem movimentação, considerando a volatilidade nos últimos meses, em consequência, desvalorização dos fundos. Em **Investimento no exterior**, manutenção da exposição sem novos aportes, diante da grande volatilidade desde o início de 2022.

Ubatuba, 14 de julho de 2023

Sirleide da Silva
Presidente do Instituto de Previdência
Municipal de Ubatuba
CG RPPS CGINV I
CPA 10

Fernando Augusto Matsumoto
Diretor Financeiro do Instituto de
Previdência Municipal de Ubatuba
CG RPPS CGINV I
CPA 10

Wellington Diniz
Gestor de Recursos
CG RPPS CGINV II
CPA 20